

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

DIOGO ISAO SANTOS SAKAI

**AS MARGENS DO RIO NO DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA:
MEIA PONTE, PAISAGENS EM TRANSFORMAÇÃO**

GOIÂNIA-GO
SETEMBRO DE 2015



DIOGO ISAO SANTOS SAKAI

**AS MARGENS DO RIO NO DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA:
MEIA PONTE, PAISAGENS EM TRANSFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Projeto e Cidade, sob a orientação do Prof. Dr. José Artur D'Aló Frota.

Linha de Pesquisa do Mestrado:
História e Teoria da Arquitetura e da Cidade

Orientador:
Prof. Dr. José Artur D'Aló Frota

GOIÂNIA-GO
SETEMBRO DE 2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Isao Santos Sakai, Diogo

As Margens do Rio no Desenvolvimento de Goiânia: Meia Ponte,
Paisagens em Transformação [manuscrito] / Diogo Isao Santos Sakai. -
2015.

CXCIV, 194 f.: il.

Orientador: Prof. José Artur D'Aló Frota.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Artes Visuais (FAV) , Programa de Pós-Graduação em Arquitetura -
Projeto e Cidade, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista
de figuras, lista de tabelas.

1. Paisagem Ribeirinha. 2. Rios Urbanos. 3. Rio Meia Ponte em
Goiânia. I. Artur D'Aló Frota, José, orient. II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

| | | | |
|---|--|--------|-------|
| Autor (a): | Diogo Isao Santos Sakai | | |
| E-mail: | arquiogo@hotmail.com | | |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | | |
| Vínculo empregatício do autor | | | |
| Agência de fomento: | | Sigla: | |
| País: | | UF: | CNPJ: |
| Título: | AS MARGENS DO RIO NO DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA: MEIA PONTE, PAISAGENS EM TRANSFORMAÇÃO. | | |
| Palavras-chave: | Paisagem ribeirinha; Rios Urbanos; Rio Meia Ponte em Goiânia. | | |
| Título em outra língua: | THE RIVER BANKS IN GOIÂNIA DEVELOPMENT: MEIA PONTE, LANDSCAPES IN TRANSFORMATION | | |
| Palavras-chave em outra língua: | Riverside Landscape; Urban rivers; Meia Ponte river in Goiânia. | | |
| Área de concentração: | Projeto, Teoria, História e Crítica. | | |
| Data defesa: (dd/mm/aaaa) | 25/08/2015 | | |
| Programa de Pós-Graduação: | Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade | | |
| Orientador (a): | José Artur D'Alo Frota | | |

| | | |
|---------------------|-----------------------|--|
| E-mail: | arturfav@yahoo.com.br | |
| Co-orientador (a):* | | |
| E-mail: | | |

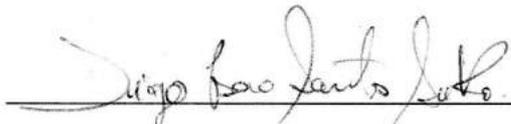
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



Assinatura do(a) autor(a)

Data: 25 / 09 / 2015

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

DIOGO ISAO SANTOS SAKAI

**AS MARGENS DO RIO NO DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA:
MEIA PONTE, PAISAGENS EM TRANSFORMAÇÃO**

Dissertação defendida à banca de defesa em 25 de Agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Artur D'Aló Frota – FAV/UFG
Orientador e presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a Maria Eliana Jubé Ribeiro – PUC-GO
Membro externo

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Sá Antunes Costa – FAU/UFRJ
Membro externo

Prof.^a Dr.^a Valéria Cristina Pereira da Silva – IESA/UFG
Suplente

Prof.^a Dr.^a Deusa Maria Rodrigues Boa Ventura – UEG/PUC-GO
Suplente

No rio da minha vida,
Minha vida desce o rio,
Água turva ou cristalina,
Correnteza conduziu,
Da nascente ao poente,
Genioso e inconstante,
Faz da vida, reviravolta,
Faz da volta, a vida inteira.

Diogo Sakai

AGRADECIMENTOS

A Deus, por possibilitar a experiência de corrigir os defeitos e aperfeiçoar as virtudes conquistadas.

Ao meu orientador, José Artur D'Aló Frota, e a todos os demais professores do programa pelo acolhimento, companheirismo e dedicação na tarefa árdua de condução da construção do conhecimento.

À minha mãe Lindinalva, irmã Thais e irmão Rodrigo; à minha família e aos meus parentes, por deixar sempre as portas abertas e os corações receptivos aos meus retornos incertos.

Ao meu pai, Isao Sakai. A saudade, embora triste, te manteve sempre presente nos meus pensamentos.

Aos queridos colegas e amigos de mestrado; à Helloá Fernandes, pela companhia nos momentos de dúvidas; à Lorena Cavalcanti, pela firmeza nas horas necessárias; à Irina, pelas palavras de carinho e esperança; aos Lucas Felício e Lucas Badan, sempre cordiais e receptivos. A todos os demais colegas que, com o carinho próprio de cada um, acolheram este imigrante perdido em Goiânia.

À Glauciene e Bruna, queridas companheiras, sempre dispostas a auxiliar.

Aos amigos e amigas; ao José Divino, por suportar minhas inquietações constantes; e a todos os demais que, de perto ou de longe, me apoiaram e me apoiam sempre.

Tudo o que sou existe pela presença única e imprescindível de cada um. Assim, este trabalho é parte de vocês. Obrigado.

RESUMO

AS MARGENS DO RIO NO DESENVOLVIMENTO DE GOIÂNIA: MEIA PONTE, PAISAGENS EM TRANSFORMAÇÃO

A avaliação da paisagem dos rios nas cidades é o tema deste trabalho, considerando que, em sua maioria, margens e cursos são transformados ao longo do tempo pela ação de usos e ocupações perniciosos, sublimando sua identidade e resultando no que Ferrara (2000) conceitua de “espaço residual”. A condição degradante de mananciais urbanos, à primeira vista, sugere estranhamento ao estudo da paisagem, mas impõe-se como um dos fatores que exigiram a ampliação do termo na contemporaneidade (CAUQUELIN, 2007). A percepção estética adquire importância a partir da gravidade relativa às questões ambientais, em vista da progressiva degradação espacial de córregos, lagoas, mangues, nascentes, praias e rios, como, por exemplo, o percurso do rio Meia Ponte em Goiânia. No município, dentre os 85 cursos d’água que drenam o território da região metropolitana existem apenas dois rios sendo um deles o Meia Ponte, tendo suas margens atingidas por altos níveis de poluição (ANA, 2012). Mesmo que, no passado, o manancial tenha representado motivo para a escolha do território da nova capital goiana e, posteriormente, seu planejamento tenha se baseado no idealismo preservacionista do sistema de áreas verdes proposto pelos urbanistas Atílio Corrêa Lima e Armando de Godói (RIBEIRO, 2011), ainda amargura títulos como o de sétimo manancial mais poluído do Brasil (ANA, 2011). As percepções espaciais, aliadas às necessidades de subsistência, possivelmente levaram o homem a eleger a proximidade com os cursos d’água um dos fatores responsáveis para a sua fixação no território. Ironicamente, nos dias de hoje, está se constitui a razão para o seu distanciamento. As diferentes condutas acerca da utilização das margens de rios expressam relações representativas no contexto social do lugar, atuando de forma decisiva na potencialização ou na limitação dos seus recursos.

Palavras-chave: Paisagem de rios urbanos, Rios urbanos, Rio Meia Ponte.

ABSTRACT

THE RIVER BANKS IN GOIANIA DEVELOPMENT: MEIA PONTE, LANDSCAPES IN TRANSFORMATION

Assessing the landscape of rivers in cities is the subject of this work, considering that, in most cases, banks and courses are transformed over time by the action of uses and harmful occupations, sublimating their identity and resulting in "residual space", according to Ferrara (2000). The degrading condition of urban fountains, at first glance, suggests the strangeness of landscape study, but imposes itself as one of the factors that required the extension of the term in contemporary (Cauquelin, 2007). The aesthetic perception becomes important from the relative seriousness of environmental issues in view of the progressive spatial degradation of streams, ponds, swamps, springs, beaches and rivers, for example, the Meia Ponte river route in Goiania. In the city, among the 85 water bodies that drain the territory of the metropolitan region there are only two rivers being one of them being the Meia Ponte, having their margins hit by high pollution levels(ANA, 2012). Even if in the past the fountain has represented reason for choosing the territory of the new capital Goias and subsequently their planning has been based on idealism preservationist system of green areas proposed by planners Attilio Corrêa Lima and Armando de Godoi (RIBEIRO, 2010), even bitterness titles as the seventh most corrupt spring of Brazil (ANA, 2011). The spatial perceptions, combined with the subsistence needs, possibly led man to elect the proximity to waterways one of the factors responsible for its fixation in the territory. Ironically, these days, this one is the reason for their estrangement. The different behaviors regarding the use of riverbanks express representing relationships in the social context of the place, acting decisively in the potentiation or limitation of its resources.

Keywords: Urban rivers landscapes; Urban rivers, Meia Ponte river.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Mapa Bacias Hidrográficas Estado de Goiás.
- Figura 2 Modelo Espacial do rio Meia Ponte em Goiânia.
- Figura 3 “The Clearing” Paul Cézanne.
- Figura 4 Diagrama dos componentes de apreciação da paisagem baseado em Saraiva (1999).
- Figura 5 Diagrama de análise das transformações estéticas num contexto histórico.
- Figura 6 Mapa fundiário das terras adquiridas pelo Estado.
- Figura 7 Represa do Jaó no Plano de Atílio Corrêa Lima, baseado em Ribeiro (2004).
- Figura 8 Represa do Jaó no Plano de Urbanização de Goiânia de Armando de Godói.
- Figura 9 Construção Usina do Jaó e Lagoa.
- Figura 10 Construção Usina do Jaó e Lagoa.
- Figura 11 Construção Usina do Jaó e Lagoa.
- Figura 12 Construção Usina do Jaó e Lagoa
- Figura 13 Construção Usina do Jaó.
- Figura 14 Autoridades visitam Usina do Jaó c. 1939.
- Figura 15 Construção Usina do Jaó.
- Figura 16 Usina do Jaó.
- Figura 17 Inauguração Usina do Jaó 1936.
- Figura 18 Inauguração Usina do Jaó 1936.
- Figura 19 Enxurrada Usina do Jaó 1945.
- Figura 20 Represa do Jaó na evolução dos loteamentos aprovados em Goiânia, de 1933 a 1939, até 1951, até 1959, baseado em Ribeiro (2004).
- Figura 21 Represa do Jaó na evolução dos loteamentos aprovados em Goiânia, de 1933 a 1939, até 1951, até 1959, baseado em Ribeiro (2004).
- Figura 22 Represa do Jaó na evolução dos loteamentos aprovados em Goiânia, de 1933 a 1939, até 1951, até 1959, baseado em Ribeiro (2004).
- Figura 23 Represa do Jaó no mapa de orientação de vendas de lotes do Setor Moraes, baseado no jornal “O popular” (1951).
- Figura 24 Represa do Jaó no mapa de aprovação de implantação Setor Jaó, baseado Jornal Opção (2013).

- Figura 25 Fotocópia de propaganda do Clube de Regatas Jaó, 1962.
- Figura 26 Imagem aérea represa do Jaó na época do Clube Jaó.
- Figura 27 Imagem aérea represa do Jaó na época do Clube Jaó.
- Figura 28 Fotos Represa do Jaó.
- Figura 29 Mapa delimitando a reserva do Jaó com destaque para os loteamentos ao redor.
- Figura 30 Vila Mutum, 1987.
- Figura 31 Vila Mutum, 1987.
- Figura 32 Vila Coronel Cosme, 1987, com o título “A água suja do Meia Ponte está sendo usada para lavar roupa”.
- Figura 33 Vila Coronel Cosme, 1987 com o título “A água suja do Meia Ponte está sendo usada para lavar roupa”.
- Figura 34 Vila Coronel Cosme, as margens da antiga linha do trem.
- Figura 35 As margens do rio Meia Ponte em Goiânia.
- Figura 36 Rio Meia Ponte Fonte em Goiânia.
- Figura 37 Ruínas Represa do Jaó 1999.
- Figura 38 Vila Negrão de Lima próximo à margem do rio Meia Ponte.
- Figura 39 Vila Negrão de Lima na Linha do Trem.
- Figura 40 Represa do Jaó no Plano de Áreas Verde de Wilhelm 1969, baseado em Ribeiro (2010).
- Figura 41 Parque Represa do Jaó no Plano Diretor 2007.
- Figura 42 Área da Represa do Jaó com setores que o delimitam.
- Figura 43 Mapa percurso análise da paisagem no Parque Represa do Jaó.
- Figura 44 Ponto 01 – Paisagem na da ponte Avenida Vereador José Monteiro/Av. Meia Ponte.
- Figura 45 Ponto 02 – Paisagem da ponte Avenida Vereador José Monteiro/Av. Meia Ponte.
- Figura 46 Ponto 03 – Paisagem Av. Meia Ponte com Vereador José Monteiro.
- Figura 47 Ponto 04 – Paisagem Av. Meia Ponte com a Rua Mariquinha.
- Figura 48 Ponto 05 – Paisagem Av. Meia Ponte com a Rua Dona Santinha.
- Figura 49 Ponto 06 – Paisagem Av. Meia Ponte com a Rua Dona Santinha.
- Figura 50 Ponto 07 – Paisagem Av. Meia Ponte.
- Figura 51 Ponto 08 – Paisagem Av. Meia Ponte.
- Figura 52 Ponto 09 – Paisagem Av. Meia Ponte com a Rua Cândido das Neves.

- Figura 53 Ponto 10 – Paisagem Av. Meia Ponte com a Rua Senador Péricles.
- Figura 54 Paisagem Ponto 11 – Av. Meia Ponte com a Rua Senador Péricles.
- Figura 55 Ponto 12- Paisagem Av. Meia Ponte com a Rua Dona Maria de Fátima.
- Figura 56 Ponto 13 – Paisagem da Rua Três Marias.
- Figura 57 Ponto 14 – Paisagem da Rua Três Marias.
- Figura 58 Ponto 15 – Paisagem da Rua Dona Maria de Fátima com a Rua Três Marias.
- Figura 59 Ponto 16 – Paisagem da Rua Dona Darci com a Rua Três Marias.
- Figura 60 Ponto 17 – Paisagem da Rua Dona Estela com a Rua Três Marias
- Figura 61 Ponto 18 – Paisagem da Rua Dona Gercina com a Rua Três Marias.
- Figura 62 Ponto 19 – Paisagem da Rua Comendador Negrão de Lima.
- Figura 63 Ponto 20 – Paisagem da Rua 410 com Comendador Negrão de Lima.
- Figura 64 Ponto 21 – Paisagem da Rua 410.
- Figura 65 Paisagem da Rua 410.
- Figura 66 Ponto 22 – Paisagem da Rua 406-A com 410.
- Figura 67 Ponto 23 – Paisagem da Rua 406 com 406
- Figura 68 Ponto 24 – Paisagem da Rua 406.
- Figura 69 Ponto 25 – Paisagem da Rua 404/402 com 406
- Figura 70 Ponto 26 – Paisagem da Rua 402/404 com antiga linha férrea.
- Figura 71 Ponto 27 – Paisagem da Linha Férrea.
- Figura 72 Ponto 28 – Paisagem da Linha Férrea.
- Figura 73 Ponto 29 – Paisagem da Linha Férrea.
- Figura 74 Ponto 30 – Paisagem da Linha Férrea.
- Figura 75 Canalização do Córrego da Onça sob a Linha Férrea e rua Coronel Cosme.
- Figura 76 Ponto 31 – Paisagem da Rua Perdiz.
- Figura 77 Ponto 32 – Paisagem da Rua Sabiá.
- Figura 78 Ponto 33 – Paisagem da Rua Sabiá com a Rua Beija Flor.
- Figura 79 Ponto 34 – Paisagem da Rua 405 com a Rua Sabiá.
- Figura 80 Ponto 35 – Paisagem de rua sem nome com a Rua 405.
- Figura 81 Ponto 36 – Paisagem da Avenida Jaó com a Rua sem nome.
- Figura 82 Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 83 Ponto 37 – Paisagem da Avenida Jaó.

- Figura 84 Ponto 38 – Paisagem da Rua sem nome.
- Figura 85 Ponto 39 – Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 86 Ponto 40 – Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 87 Ponto 41 – Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 88 Ponto 42 – Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 89 Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 90 Paisagem da Avenida Jaó.
- Figura 91 Ponto 43 – Paisagem da Rua 8.
- Figura 92 Ponto 44 – Paisagem da Rua Oito.
- Figura 93 Ponto 45 – Paisagem da Rua L-10 com a Rua 08.
- Figura 94 Ponto 46 – Paisagem da Rua L-10.
- Figura 95 Ponto 47 – Paisagem da Rua L-10.
- Figura 96 Ponto 48 – Paisagem da Rua L-10.
- Figura 97 Ponto 49 – Paisagem da Rua L-10.
- Figura 98 Ponto 50 – Paisagem da Rua L-11.
- Figura 99 Ponto 51 – Paisagem da Rua L-11.
- Figura 100 Ponto 52 – Paisagem da Rua L-11.
- Figura 101 Ponto 53 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem.
- Figura 102 Ponto 54 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem.
- Figura 103 Ponto 55 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem.
- Figura 104 Ponto 56 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem.
- Figura 105 Ponto 57 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem.
- Figura 106 Paisagem das ruínas da Usina do Jaó.
- Figura 107 Paisagem das ruínas da Usina do Jaó.
- Figura 108 Ruínas da Usina do Jaó.
- Figura 109 Ruínas da Usina do Jaó.
- Figura 110 Ponto 58 – Paisagem da Rua Elias Zahran com a Avenida Laurício Pedro Rasmussem.
- Figura 111 Ponto 59 – Paisagem BR 153 com a Rua Elias Zahran.
- Figura 112 Ponto 60 – Paisagem BR 153 sentido Brasília.
- Figura 113 Ponto 61 – BR 153 sentido Goiânia.
- Figura 114 Paisagem lateral da ponte da BR 153.
- Figura 115 Paisagem sob a estrutura da ponte abaixo da ponte da BR 153

- Figura 116 Ruínas da Usina do Jaó.
- Figura 117 Ponto 62 – Paisagem BR 153 sentido Goiânia.
- Figura 118 Ponto 63 – Paisagem BR 153 sentido Brasília.
- Figura 119 Ponto 64 – Paisagem BR 153 sentido Brasília.
- Figura 120 Ponto 65 – Paisagem BR 153 sentido Goiânia.
- Figura 121 Ponto 66 – Paisagem BR 153 sentido Goiânia.
- Figura 122 Ponto 67 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite com BR 153.
- Figura 123 Ponto 68 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 124 Ponto 69 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 125 Ponto 70 – Paisagem de rua sem nome com a Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 126 Ponto 71 – Rua sem nome com a Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 127 Rua sem nome.
- Figura 128 Ponto 72 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 129 Ponto 73 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 130 Ponto 74 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 131 Ponto 75 – Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 132 Ponto 76 – Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 133 Ponto 77 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Ubirajara Berocan Leite.
- Figura 134 Ponto 78 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Pedro A. Cabral.
- Figura 135 Ponto 79 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Pedro A. Cabral.
- Figura 136 Ponto 80 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-70.
- Figura 137 Ponto 81 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-70.
- Figura 138 Ponto 82 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-62.
- Figura 139 Ponto 83 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-62.
- Figura 140 Ponto 84 – Paisagem da Alameda Paraná com a Alameda Maracanã.
- Figura 141 Ponto 85 – Paisagem da Alameda Paraná com a Alameda Maracanã.
- Figura 142 Ponto 86 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-47.
- Figura 143 Ponto 87: Alameda Paraná com a Rua J-47.
- Figura 144 Ponto 88 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-46.
- Figura 145 Ponto 89 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-46.
- Figura 146 Ponto 90 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Quitandinha (Rua J-19).

- Figura 147 Ponto 91 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Quitandinha (Rua J-19).
- Figura 148 Ponto 92 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-38.
- Figura 149 Ponto 93 – Paisagem da Rua J-38.
- Figura 150 Ponto 94 – Paisagem da Alameda Pampulha.
- Figura 151 Ponto 95 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Avenida Guanabara.
- Figura 152 Ponto 96 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Avenida Guanabara.
- Figura 153 Ponto 97 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-32 e J-36.
- Figura 154 Ponto 98 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-32 e J-36.
- Figura 155 Ponto 99 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-31.
- Figura 156 Ponto 100 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-31.
- Figura 157 Ponto 101 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-37.
- Figura 158 Ponto 102 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-37.
- Figura 159 Ponto 103 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-36.
- Figura 160 Ponto 104 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-36.
- Figura 161 Ponto 105 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-28.
- Figura 162 Ponto 106 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-22 e J-88.
- Figura 163 Ponto 107 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-23.
- Figura 164 Ponto 108 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-23.
- Figura 165 Ponto 109 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-24.
- Figura 166 Ponto 110 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-24.
- Figura 167 Rua Acesso ao rio.
- Figura 168 Ponto 111 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-27 (Rua Irmã Matilde).
- Figura 169 Ponto 112 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-27 Rua (Irmã Matilde).
- Figura 170 Ponto 113 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-25.
- Figura 171 Ponto 114 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-25.
- Figura 172 Ponto 115 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-25.
- Figura 173 Ponto 116 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-03.
- Figura 174 Ponto 117 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-03.
- Figura 175 Ponto 118 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-02.
- Figura 176 Ponto 119 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-02.
- Figura 177 Ponto 120 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-04.

- Figura 178 Ponto 121 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-04.
- Figura 179 Ponto 122 – Paisagem da Avenida Prof. Venerando de Freitas Borges com a Alameda Pampulha.
- Figura 180 Ponto 123 – Paisagem da Avenida Prof. Venerando de Freitas Borges.
- Figura 181 Ponto 124 – Paisagem da Avenida Prof. Venerando de Freitas Borges com a Avenida Meia Ponte.
- Figura 182 Ponto 125 – Paisagem da Avenida Prof. Venerando de Freitas Borges com a Avenida Meia Ponte.
- Figura 183 Ponto 126: Avenida Prof. Venerando de Freitas Borges com a Avenida Meia Ponte.
- Figura 184 Ruínas da Usina do Jaó
- Figura 185 Ruínas da Usina do Jaó
- Figura 186 Margem do rio Meia Ponte, nos fundos de chácara no Setor Jaó
- Figura 187 Margem do rio Meia Ponte sobre a Ponte Av. Vereador José Monteiro/ Av. Meia Ponte
- Figura 188 Espaço Verde na margem do rio Meia Ponte/Rua 406, Setor Vila Viana
- Figura 189 Margem do rio Meia Ponte na Avenida Jaó, Setor Parque Industrial de Goiânia
- Figura 190 Margem do rio Meia Ponte na Avenida Jaó, Setor Parque Industrial de Goiânia
- Figura 191 Margem do rio Meia Ponte na Avenida Jaó, Setor Parque Industrial de Goiânia

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ANA | Agência Nacional de Água. |
| AMMA | Agência Municipal do Meio Ambiente. |
| APA | Área de Proteção Ambiental. |
| APP | Área de Preservação Permanente. |
| COBAMP | Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte. |
| CONAMA | Conselho Nacional de Meio Ambiente. |
| CR | Carta de Risco. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| PRH | Plano de Ação de Recursos Hídricos. |
| SEMDUS | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável. |
| SEMARH | Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás. |
| UC | Unidade de Conservação. |
| UCA | Unidade de Conservação Ambiental. |
| UNESCO | União |
| ZA | Zoneamento Ambiental. |
| ZPA | Zona de Proteção Ambiental. |
| ZEE | Zoneamento Ecológico Econômico. |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-------------|---|
| Tabela I | Definição do Conceito de paisagem pela evolução dos cursos d'água e sua relação com a sociedade – (Gorsky, 2011). |
| Tabela II | Investigação histórica da relação das cidades com os corpos d'água conforme o “domínio das águas”. Mello (2008). |
| Tabela III | Elementos de identificação espacial definidos por Lynch (2011). |
| Tabela IV | Aspectos da análise da paisagem definidos por Culen(2006). |
| Tabela V | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: Pontos no Percurso. |
| Tabela VII | Vulnerabilidade da Biodiversidade da Macrozona Construída do Parque Represa do Jaó. (ZEE, 2007). |
| Tabela VII | Evolução do planejamento e usos das margens do rio Meia Ponte. |
| Tabela VIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P01 e P02. |
| Tabela IX | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P03 e P04. |
| Tabela X | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P05 e P06. |
| Tabela XI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P07. |
| Tabela XII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P08. |
| Tabela XIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P09. |
| Tabela XIV | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P10 e P11. |
| Tabela XV | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P12. |
| Tabela XVI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P13 e 14. |
| Tabela XVII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P15 à P18. |
| Tabela XVII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P15 à P18. |
| Tabela XIX | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P20 e P21. |
| Tabela XX | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P22 à P24. |

| | |
|----------------|---|
| Tabela XXI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P25 e P26. |
| Tabela XXII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P27 à P30. |
| Tabela XXIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P31. |
| Tabela XXIV | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P32 e 33. |
| Tabela XXV | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P34. |
| Tabela XXVI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P35. |
| Tabela XXVII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P36 e P37. |
| Tabela XXVIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P38. |
| Tabela XXIX | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P39 à P42. |
| Tabela XXX | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P43 e P44. |
| Tabela XXXI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P45 à P49. |
| Tabela XXXII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P50 à P52. |
| Tabela XXXIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P53 à P57. |
| Tabela XXXIV | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P58. |
| Tabela XXXV | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P59 à P61. |
| Tabela XXXVI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P62 à P66. |
| Tabela XXXVII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P67 à P69. |
| Tabela XXXVIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P70 à P71. |
| Tabela XXXIX | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P72 à P76. |
| Tabela XL | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P77 à P89. |
| Tabela XLI | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P90 à P98. |

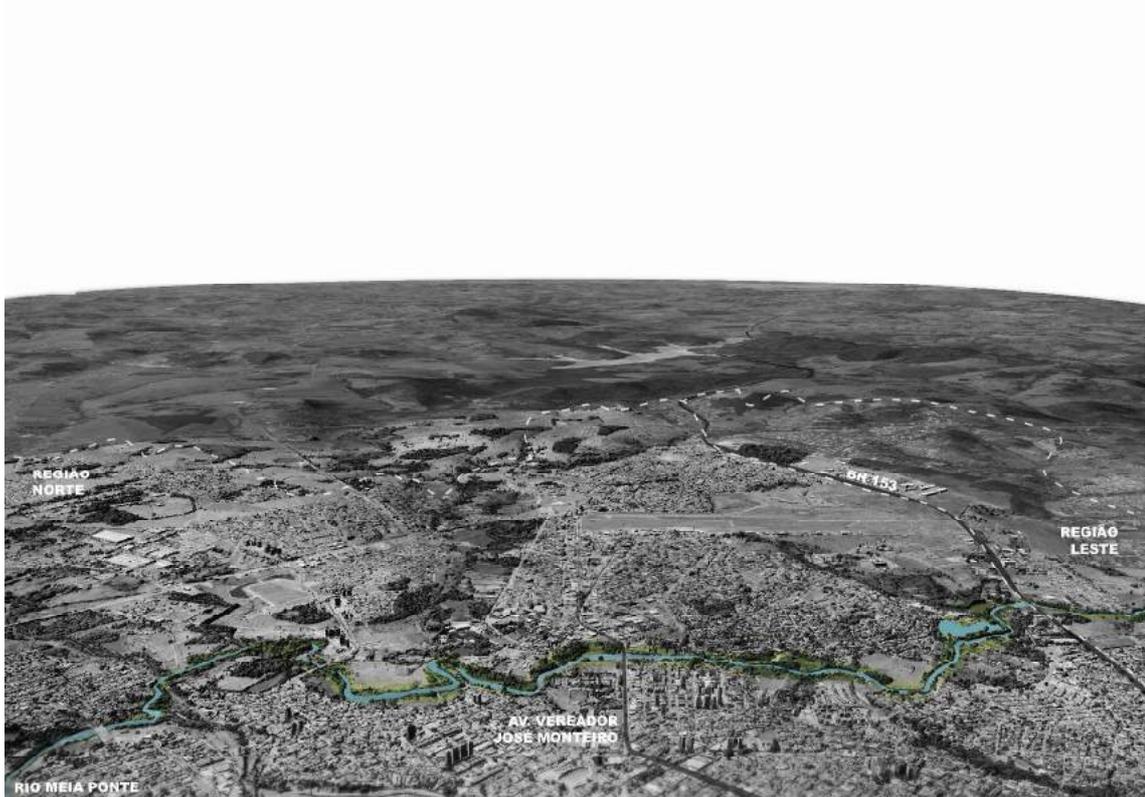
| | |
|--------------|---|
| Tabela XLII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P99 à P122. |
| Tabela XLIII | Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P124 à P126. |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 00 |
| CAPÍTULO 1 - O RIO COMO PAISAGEM..... | 00 |
| 1.1 A paisagem da borda: percepção estética e sensorial da água..... | 00 |
| 1.2 Áreas ribeiras e cidades: paisagens em transformação..... | 00 |
| 1.3 A paisagem na análise urbana dos rios..... | 00 |
| CAPÍTULO 2 - GOIÂNIA PELO RIO MEIA PONTE..... | 00 |
| 2.1 Goiânia e a apropriação da paisagem do rio: primeiros planos..... | 00 |
| 2.2 A paisagem do rio no desenvolvimento da cidade..... | 00 |
| 2.3 Outras paisagens do rio..... | 00 |
| 2.4 Outros planos: paisagem de degradação..... | 00 |
| 2.5 Conclusão do capítulo..... | 00 |
| CAPÍTULO 3 - PESQUISA EMPÍRICA: UM PERCURSO A SER TRAÇADO..... | 00 |
| 3.1 No percurso do rio..... | 00 |
| 3.2 Estudo de caso preliminar..... | 00 |
| 3.3 Conclusão da pesquisa empírica..... | 00 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA.. | 00 |
| REFERÊNCIAS..... | 00 |
| ANEXOS..... | 00 |

Sudeste, abrangendo seis regiões administrativas, sendo elas: Região Noroeste, Região do Vale do Meia Ponte, Região Norte, Região Central, Região Leste e Região Sudeste (Plano Diretor de Goiânia, 2007).

Figura 2: Modelo Espacial do rio Meia Ponte em Goiânia



Fonte: Mapa adaptado pelo autor

Sua geologia localiza-se em uma área de planícies aluviais (Depressão do Meia Ponte), distribuídas ao longo das principais drenagens e de caráter sazonal, ou seja, ocorrem indistintamente em qualquer domínio rochoso ou compartimentação geomorfológica. Apresentam topografia plana, com desenvolvimento de terraços: um de várzea, inundável, e outro um pouco mais elevado, descontínuo e periodicamente inundável. São constituídos por solos aluviais quaternários, com argilas, siltes, areias, cascalhos e, eventualmente, depósitos (ZEE, 2008).

A respeito da vegetação às margens do rio Meia Ponte, estas abrigam remanescentes de fitofisionomias variadas do bioma do Cerrado, importantes para a

proteção dos recursos hídricos, com predomínio da Floresta Estacional Semidecidual nas Matas Secas, Matas Ciliares e Matas de Galeria e, também, a presença do Cerrado *Sensu Stricto* (ZEE, 2008).

A análise da biodiversidade identifica principalmente a Mata Ciliar, que se diferencia da Mata de Galeria pela largura dos rios e dos córregos. A Mata Ciliar é aquela que acompanha os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galeria, enquanto que a Mata de Galeria ocorre às margens de pequenos rios e córregos, e a vegetação forma galeria sobre o curso d'água.

Outra diferença se dá pela deciduidade e pela composição florística, sendo que na Mata Ciliar há diferentes graus de caducifólias na estação seca, enquanto que a Mata de Galeria é perenifólia. Floristicamente, é similar à Mata Seca, diferenciando-se desta pela associação ao curso d'água e pela estrutura, que, em geral, é mais densa e mais alta (ZEE, 2008).

Por outro lado, há mais de oitenta anos no passado, as características físicas da região de Campinas, assim descrita na época, constituíram fatores importantes para a implantação da cidade, em 1933, da qual a geografia possuía características físicas que a tornariam, com o tempo, o principal abastecedor aquífero no passado e cuja contribuição parcial predomina até os dias de hoje.

O rio localiza-se, ainda, no contexto administrativo como o terceiro eixo logístico de desenvolvimento do Brasil (Goiânia-Brasília), orientado, principalmente, pelas características da bacia do rio Meia Ponte, em seu potencial econômico (PARH, 2013):

Esta bacia, que vem apresentando um expressivo desenvolvimento nos últimos anos, se consolida cada vez mais como um importante eixo logístico, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e também como uma fronteira agrícola em franca expansão, em especial para a produção de grãos e café, ao qual se associa uma forte agroindústria, associada principalmente à cadeia da cana-de-açúcar. Além disso, apresenta importante trecho navegável da Hidrovia do Paraná e um expressivo parque de geração hidrelétrica, que é complementada pela atividade industrial e forte concentração populacional nos centros urbanos, que abrigam cerca de 8,5 milhões de habitantes.

Todas estas características, somadas às potencialidades da bacia em termos de clima, solos, bens minerais e biodiversidade, realçam a importância crescente

da região para o País (PARH, 2013, p. 15 e 16).

Todas essas especificidades físico-territoriais, históricas e administrativas acerca do rio Meia Ponte são significativas para a caracterização do município goianiense e na descrição do seu espaço urbano, uma vez que este não pode ser indiferente à topografia de seu território. As peculiaridades que lhe são únicas são imprescindíveis para a representação de uma entre outras tantas paisagens pela qual Goiânia pode ser representada.

As representações são o resultado do estudo observado pelas diversas disciplinas que se preocupam em estudar a cidade, cujas perspectivas podem descrever a paisagem urbana do rio Meia Ponte baseadas em conceitos, objetivos e intenções relativos a cada área.

A respeito das condições físicas e hidrológicas do manancial, sua descrição pode ser retratada como um dos dois rios entre os 85 cursos d'água que cortam o município de Goiânia, marcado pela poluição que atinge suas margens com altos níveis. Conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SEMDUS), são lançados mais de 180 mil m³ de esgoto e uma tonelada de resíduos sólidos todos os dias no leito do rio Meia Ponte, que ocupa o posto de sétimo rio mais poluído do Brasil (ABREU, 2011).

Nos 10% de extensão do rio ocupados pela capital, a degradação ocorre devido a problemas diversos, que vão desde a especulação imobiliária nas áreas do seu entorno até o lançamento de esgoto com ou sem algum tratamento (ANA, 2011). Uma contradição ao fato de Goiânia ser sua maior beneficiada pelo abastecimento, que ainda acaba comprometendo os 150 km à jusante do rio e os municípios que o margeiam com uma água de péssima qualidade (ANA, 2011).

Em janeiro de 2011, o nível de qualidade da água do rio Meia Ponte na região metropolitana de Goiânia foi considerado ruim segundo Índice de Qualidade da Água (IQA) definido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Fatos comprovados pelo lançamento de esgoto doméstico e, principalmente, industrial no leito do rio Meia Ponte, que obteve as piores avaliações nos quesitos: lixo flutuante ou

acumulado nas margens, cheiro fétido, quantidade de sedimentos, presença de coliformes fecais ou termotolerantes, fosfatos e oxigênio dissolvido (CONAMA apud COSTA e GOMES, 2011).

Segundo Borsoi e Torres (1997), a deterioração dos recursos hídricos urbanos afeta direta ou indiretamente a segurança e o bem estar da população, assim como as atividades sociais e econômicas, a fauna e a flora, tornando-se evidente através das paisagens. Para os autores, o controle da poluição da água visando a assegurar e manter níveis de qualidade compatíveis com a sua utilização é de vital importância para a humanidade, pois a água deve ser considerada um bem ecológico, social e econômico, porque é finita, vulnerável e essencial para a conservação da vida e do meio ambiente.

A partir da década de 50, as áreas centrais de Goiânia em posse de particulares eram proliferadas sem loteamentos, numa proporção absurda, obrigando a população mais desprovida a ocupar áreas públicas, entre elas os fundos de vale (RIBEIRO, 2004). Até 1947, o parcelamento urbano era prerrogativa exclusiva do poder público quando ainda prevalecia o plano urbanístico de Atílio Corrêa Lima pela aprovação da Lei Municipal nº 574, através do novo Código de Edificações de Goiânia, aprovada em 12 de maio desse ano.

Estudos mais recentes constataram que, em consequência desse movimento, a cidade apresenta uma série de problemas ambientais relativos à degradação dos recursos hídricos, como surgimento de processos erosivos, depósitos tecnorgânicos e poluição, relacionados principalmente à ocupação dos fundos de vale (ARAÚJO, RUBIN e SILVA, 2006).

Os impactos gerados pela supressão das matas ciliares, principalmente devido à construção de construções às margens do rio, provocam a eliminação da biodiversidade inerente a esses sistemas, aumentando a probabilidade de reduzir a vazão e a alimentação dos lagos e rios.

Aliado a isso, ainda existe o processo de crescimento vertical em zonas de alta densidade, que promove a redução da recarga com a impermeabilização do solo, acompanhada da prática de bombeamento constante da água que aflora no subsolo

das garagens de edifícios, comprometendo ainda mais a hidrologia com danos ao lençol freático.

Nos últimos 20 anos, a redução da vazão ficou em torno de 8,62%, enquanto que, entre os anos de 1990 e 2010, o nível da água do rio chegou a 23,38m³ nos períodos de seca, segundo dados da Superintendência Regional da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais/Serviços Geológicos do Brasil - CPRM. (CPRM *apud*, VEIGA, 2013).

Como exemplo, podemos citar a escassez qualitativa da água, que atinge sobremaneira a qualidade da saúde da cidade. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% das enfermidades conhecidas são transmitidas pela água, o que exerce grave ameaça à economia, à saúde pública e, em consequência, ao meio ambiente (GORSKY, 2010).

Assim como o Rio Meia Ponte no Centro Oeste, muitos outros corpos d'água urbanos brasileiros têm sido representados como um problema, cuja denúncia parte das imagens retratadas, como as do referido rio, expondo a urgência de estudos sobre a temática acerca da paisagem dos corpos d'água inseridos no contexto das cidades.

Nesse sentido, a abordagem de casos como o do rio goianiense pode trazer contribuições sobre a discussão da relação entre a natureza e o homem, a respeito da realidade degradante da água. Porém, muito mais do que destacar a degradação de mananciais urbanos, a temática levou a uma reflexão cujo aprofundamento nos remete ao plano conceitual e empírico da relação entre cidades e rios.

Assim, no Capítulo 1, propôs-se a revisão conceitual acerca do termo paisagem, cuja evolução deu-se a partir da apreciação estética da paisagem e da natureza através de modificações conceituais ao longo das diversas fases da evolução das sociedades (SARAIVA, 1999). Segundo a autora, a componente relativa às impressões estéticas é o resultado das dinâmicas da relação integrada entre os elementos biofísicos e sociais que constituem determinado sítio.

Gorsky (2010) conclui que o conceito de paisagem implica na interação dos componentes ecossistêmicos, socioeconômicos e culturais em processo, no qual os

resultados assumem significados por meio de uma percepção que inclui a valoração estética e emocional, de maneira que seja possível compreender os corpos d'água urbanos como elemento natural e como paisagem, resgatando o seu valor ambiental e cultural.

Assim, a análise da paisagem pode ser obtida pela percepção das imagens de determinado grupo de componentes físicos que constituem um ambiente. Esses componentes estão sujeitos ao processo constante de transformação no tempo e no espaço, influenciando a forma, a organização e a estrutura da mesma, como resposta às relações entre os espaços e os usuários.

Para Ferrara (2000), a cidade é o resultado do processo contínuo de adaptação às necessidades da população por espaço, trabalho, transporte e serviços. Nesse sentido, a drenagem urbana, o saneamento ambiental, a gestão da água e dos resíduos sólidos e, conseqüentemente, a condição dos corpos d'água urbanos, em sua maioria, são questões à mercê da expansão urbana desordenada, como explica Mello:

A afirmação de que fatores econômicos e falta de interesse político sobrepujam fatores técnicos, no impedimento da adoção generalizada de infraestrutura sanitária, é válida especialmente em cidades marcadas por graves discrepâncias socioeconômicas, como o contexto brasileiro. Esses fatores, associados ao gigantismo da cidade contemporânea, fazem com que as questões de coleta, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos e sólidos estejam ainda longe de ser equacionadas (MELLO, 2008, p. 123).

Portanto, as virtudes e os defeitos dos mananciais urbanos são o reflexo do resultado da ação dos processos naturais e urbanos, efeito dos usos e ocupações das orlas aquáticas através do domínio das tecnologias sobre a água, bem como sua representação nos diferentes períodos, onde as formas de intervenção influenciam variações de significado (SARAIVA, 1999).

Segundo entende Porath (2004), as condições de depredação ocorrem porque os cursos d'água são, frequentemente, interpretados como obstáculos geográficos, fundos de vale responsáveis pela drenagem urbana e pelo recolhimento do saneamento.

Nesse sentido, o efeito das ações sobre os mananciais pode ser traduzido na

paisagem, ou seja, são fatores que podem contribuir no entendimento de como a cidade é usada e construída. Destarte, os corpos d'água urbanos se tornam evidentes porque podem constituir elementos formais marcantes na paisagem, limites topográficos de forte influência espacial no território (LYNCH, 2011). Assim, as representações da paisagem dos corpos d'água, sobretudo as estéticas, são valores cuja percepção tem influência fundamental na determinação da condição desses espaços.

Essa afirmação promove um avanço na compreensão dos cursos d'água, que ultrapassa o conceito de rios como problemas de saneamento e drenagem urbana, uma vez que tanto os rios urbanos como as cidades são paisagens mutantes, com destinos entrelaçados (GORSKY, 2011).

A reflexão sobre esses conceitos busca responder à hipótese de que as ações sobre as margens dos corpos d'água urbanos podem induzir, potencializar ou limitar o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos mananciais que percorrem o espaço das cidades.

Para Gorsky (2011), esse paradigma se traduz, principalmente, na leitura da paisagem da cidade a partir da sua bacia hidrográfica, que vai além das funções urbanas de fornecer água para abastecimento, possibilitando um olhar abrangente e generoso sobre o território.

O Capítulo 2 tem o objetivo de resgatar as paisagens retratadas no contexto histórico do rio no passado, cuja paisagem contemporânea, necessariamente, resulta do processo de trocas de funções, usos e imagens no decorrer do tempo (FERRARA, 2000). Nessa perspectiva, faz-se necessário buscar dados, por meio de revisão bibliográfica disponível, sobre sua concepção e sua evolução em distintos períodos da história, de forma a tentar reconstituir os fatores que definiram sua paisagem contemporânea.

O referido panorama histórico será abordado tomando como base de análise os registros históricos dos sistemas de áreas verdes intencionados desde os primeiros planos diretores de Goiânia (RIBEIRO, 2004; 2011). A partir da década de 50, inicia-se uma desfiguração, em relação ao seu projeto urbanístico original, do plano do urbanista Atílio Corrêa Lima, que previa um sistema de áreas verdes protegidas pelo

Estado.

Cronologicamente, o planejamento da capital pode ser dividido em: planos de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godói, Plano de Luís Saia, Plano de Jorge Whilhelm, Plano da Engevix Engenharia S.A, Plano Diretor de 1992 e Plano Diretor de 2007, respectivamente. Como fundamentação, será utilizada a bibliografia complementar de documentos relevantes ao estudo.

O Capítulo 3 compreende a análise empírica, a partir dos conceitos e da metodologia apreendidos no Capítulo 1. Como principal objetivo desta pesquisa, pretendeu-se investigar quais as paisagens do rio são oferecidas ao goianiense. Para tanto, elegeu-se o trecho do rio do Parque Represa do Jaó (ZEE, 2008), inserido na região metropolitana de Goiânia, cuja presença é destacada desde o plano de Atílio Corrêa Lima, autor do primeiro projeto.

O resultado da análise desses dois momentos direcionou o presente trabalho a partir dos seguintes questionamentos: Qual será o futuro do rio Meia Ponte, da sua sub-bacia hidrográfica e dos demais mananciais que compõe o Estado? Rios, lagoas, nascentes e ribeirões poluídos serão uma realidade constante nas cidades goianas e brasileiras?

O potencial paisagístico e cultural proporcionado pelos rios, córregos e nascentes no espaço urbano pode se integrar à paisagem urbana, conectando espaços públicos obsoletos aos usuários e, ao mesmo tempo, despertando a sua importância para a sociedade. Conforme destaca Mello (2008), o planejamento dos espaços das margens dos corpos d'água se apresenta como um dos grandes desafios na pauta da gestão ambiental e urbana contemporânea. Nesse contexto a representação dos cursos d'água a partir das suas paisagens implica na inserção sustentável dos mananciais urbanos no cotidiano dos usuários da cidade.

[...] Ao fluir, seu percurso vai riscando linhas na paisagem, como um pincel d'água desenhando meandros, arcos e curvas. O rio traz o sentido de uma maleabilidade primordial no desenho da paisagem.

Lúcia Maria Sá Antunes Costa

CAPÍTULO 1

O RIO COMO PAISAGEM

1.1 A paisagem da borda: percepção estética e sensorial da água

A variedade de manifestações da água na cidade se expressa desde a fonte que serve a uma pequena comunidade ou um grande rio que acolhe cidades inteiras. São estruturas naturais que marcam e demarcam o território de forma peculiar, ao mesmo tempo em que auxiliam a compor o conjunto de imagens que representam ou não uma cultura local ou a identidade global de determinado lugar.

O olhar sobre rios, riachos, lagos e superfícies oceânicas revela uma diversidade de usos como o resultado das relações entre o homem e as bordas dos corpos d'água. Semelhantemente, o termo *paisagem* também é múltiplo, ao assumir significados heterogêneos e ao tanger disciplinas cujas perspectivas partem de pontos distintos.

Como descrito por Cauquelin (2007), existe a predominância de um conceito essencial de paisagem equivalente à natureza. Nos dizeres da autora, a percepção espacial é o resultado do decurso da reflexão sobre o “estatuto do *análogon*” e de uma prática pictórica que possibilitaram o desenvolvimento de categorias cognitivas na qual a apreensão da natureza podia ser percebida apenas por meio de quadros e perspectivas.

Segundo a análise etimológica de Magalhães (2001), o caráter visual relativo ao significado da expressão pressupõe um contraste “[...] entre a vida inóspita das cidades e a natureza [...]”, cuja origem é anglo-saxã e germânica, diferentemente dos países de raiz latina onde a ruralidade tem uma conotação mais forte com o termo.

Ambas as autoras sublimam que essa ambiguidade dificulta a proposição de uma definição que aproxime os espaços naturais dos ocupados pelo homem, gerando uma incompreensão no entendimento da relação entre os aspectos ambiental e urbano e, conseqüentemente, da paisagem da cidade.

Cauquelin (2007) alega que a permanência dessa dicotomia deu-se, principalmente, porque a concepção inicial do conceito estava submetida à artificialidade perdurável da perspectiva, possibilitada pela pintura do Ocidente do século XV. De acordo com Magalhães (2001), os paisagistas têm sua primeira designação atribuída aos pintores de paisagens a partir do Renascimento, quando a concepção passa a ser ligada à pintura.

Esse artifício ganha maior expressão no século XVII, quando o ambiente rural, nesse período, representava o espaço dedicado ao lazer e ao recreio, refúgio do meio citadino. Do ponto de vista de Cauquelin (2007), a posição estática da percepção da paisagem constitui uma crença que dificulta a continuidade e a ampliação do conceito na época contemporânea. Ainda que, na visão de Panerai (2014), a análise pitoresca da paisagem, apreendida a partir de um ponto fixo, perdurou até o século XIX.

Figura 03: “The Clearing”, de Paul Cézanne



Fonte: <<http://www.paul-cezanne.org/The-Clearing.html>>.

De acordo com Magalhães (2001), surge um conceito globalizante que se coloca como uma alternativa à prevalência da ideologia anterior, nos fins do século XIX e no

princípio do século XX. Conforme descreve a autora, a paisagem passou a se constituir a partir do conhecimento alcançado pelo domínio da ecologia, incluindo os subsistemas implícitos a ela e, também, os processos de humanização ligados às atividades rurais, urbanas ou industriais, o que gerou um alargamento da compreensão daquilo que se vê.

Em outras palavras, o conhecimento do observador passa a ser determinante na significação da paisagem, compreendida então como a ação do homem sobre um substrato natural. Assim, o ecólogo compreende a percepção sensorial do ecossistema adjacente; o esteta ou o literário, o espaço que se abrange com um lance de vista; o arquiteto, o espaço que se vê, ou o espaço não edificado (MAGALHÃES, 2001).

Na opinião de Cauquelin (2007), a ampliação dos conceitos sobrevém a partir de abordagens diferentes, exigidas e possibilitadas pela contemporaneidade. No caso da paisagem, ocorrem interpelações outras de natureza, do real e de sua imagem pelo surgimento de novas práticas cujas ações desmentem constantemente a naturalidade da paisagem.

A autora afirma ainda que uma das ampliações do termo deu-se pelo desdobramento da apreensão visual do meio ambiente físico, que exprime a condição de degradação percebida na própria paisagem. Ela constitui o fator que pressupõe uma inquietude em face da poluição, introduzindo uma preocupação ecológica no interesse pela paisagem, instaurando práticas de saneamento que recobrem a antiga ideia de harmonia natural.

[...] A mescla dos territórios e a ausência de fronteiras entre os domínios são uma marca bem próprio do contemporâneo; a paisagem não foge a essa regra. Sua esfera se ampliou e oferece um panorama bem vasto em apoio à tese construtivista; ela compreende noções como a do meio ambiente, com seu cortejo de práticas, ao passo que as novas tecnologias áudio visuais propõem versões perceptuais inéditas de paisagens “outras” (CAUQUELIN; 2007, p. 8).

Do ponto de vista de Panerai sobre a leitura e a compreensão da cidade pela paisagem, o deslocamento provoca uma “nova mecânica do olhar”, introduzindo outra sensibilidade que é “[...] moldada pela associação da imagem e do percurso, da

imagem e do tempo. [...]” (2014)

Panerai (2014) afirma que o deslocamento é o artifício que proporcionou a evolução da análise da paisagem urbana, conjuntamente com o projeto urbano, através de uma operacionalidade imediata. Destaca ainda que o arquiteto Kevin Lynch (2011), com o seu livro “The image of the city”, de 1960, quem recuperaria a perdida legitimidade da análise visual, propondo-se a constatar as relações do homem com a cidade, na análise dos conjuntos dos elementos, a fim de formar a imagem de um determinado sítio.

Na cidade, os elementos que compõe o espaço urbano são decorrentes da relação entre as dinâmicas do meio ambiente e o desenvolvimento das atividades nos espaços das aglomerações humanas que pressupõe uma dependência mútua. Em Swungedouw (2009), encontraremos o esclarecimento de que não existem processos puramente sociais ou naturais na cidade, pois ambos são ligados, integrados mutuamente de forma inseparável; a simultaneidade de contradições, tensões e conflitos os tornam processos híbridos, tanto em sua construção quanto na sua representação.

Assim a representação a partir da paisagem é tão dinâmica quanto o seu processo. Saraiva (1999) utiliza-se do argumento de que a evolução do conceito de paisagem é fundamentada na apreciação estética associada ao desenvolvimento da sociedade. Observa-se esse entendimento no estudo do filósofo Muniain (apud SARAIVA, 1999), “Estética del paisaje natural”, de 1945, cuja análise Saraiva concluiu que foi pela apreciação estética da paisagem e da natureza que se deram as modificações ao longo das diversas fases da evolução das sociedades, desde o conceito globalizante e integrado com a percepção e o entendimento do mundo, subjacente ao pensamento pré-renascentista, até a visão analítica e exterior ao homem das sociedades modernas.

[...] A deterioração das qualidades cênicas da paisagem, como resultado de modelos de uso do território, assentes em visões de crescimento economicistas, baseadas predominantemente em fatores tangíveis, levou não só à tomada de consciência da necessidade de desenvolver estudos e metodologias de percepção e avaliação da qualidade estética da paisagem,

como também, de considerar, na tomada de decisão, esse tipo de valores intangíveis. Por outro lado, a necessidade de salvaguardar paisagens de valor inestimável ou de caráter raro, conduziu à necessidade de estabelecer critérios para a sua classificação (SARAIVA, 1999, p.226-227).

No tocante às paisagens fluviais, Gorsky (2010) sintetiza o conceito a partir de definições do termo atribuídas por autores em diferentes áreas de conhecimento, pela evolução das visões de mundo e dos vários contextos, conforme Tabela I abaixo:

Tabela I. Definição do conceito de paisagem pela evolução dos cursos d'água e sua relação com a sociedade, conforme Gorsky (2010)

| Autor | Área de Conhecimento | Definição, segundo Gorsky |
|--|-------------------------|---|
| Max Sorre (1962) | Geografia | [...] paisagem urbana expressa o conjunto de elementos que influíram na formação e o conhecimento da cidade localizada em um sítio. O autor entende que o desenho da paisagem não foi baseado no traçado dos cursos d'água, mas teve de adaptar-se à rede natural que delineavam, cumprindo os rios assim seu papel de obstáculo, sobre os quais a população hesita ao tentar localizar sua moradia (GORSKY, 2010, p. 39). |
| Milton Santos (1985) | Geografia | [...] o conjunto de objetos geográficos, distribuídos em sua configuração espacial sobre um território. Apreensíveis em sua continuidade visível, esses objetos são vivificados pelos processos sociais. Na Paisagem, por meio das funções, os processos concretizam-se em formas e, corporificados, ganham significação. (GORSKY, 2010, p. 39). |
| Jean Paul Metzger (2001) | Ecologia da Paisagem | Em texto que trata da ecologia da paisagem, Metzger discorre sobre as acepções que a palavra paisagem pode assumir a partir do ângulo em que é empregada – por pintores, fotógrafos, turistas, planejadores e ecólogos. E como ecólogo, o autor propõe uma definição por unidades interativas, sendo que essa heterogeneidade existe por, pelo menos, um observador específico e uma determinada escala (GORSKY, 2010, p. 39). |
| J. B. Jacson (1984) e John Tillman Lyle (1994) | Pesquisador e arquiteto | Em reflexão acerca do vocábulo paisagem e do projeto da paisagem, Lyle cita J. B. Jackson, segundo o qual, apesar dos diferentes significados da palavra, prevalece a ideia de cenário ou cenas visíveis de diferentes ângulos. Lyle, porém, vai além da ideia de cenário e propõe a abordagem ecológica das últimas décadas, afirmando que a apreensão que se tem da paisagem corresponde a uma manifestação visível de processos dinâmicos. |
| Maria da Graça A. M. Saraiva (2005) | Arquitetura | Para Saraiva, a paisagem pressupõe a integração de três ordens de componentes relacionados: ordem biofísica e ecológica; ordem sociocultural e econômica; e ordem perceptiva, estética e emocional. Em outras palavras, num determinado sítio físico, num contexto de espacialidade e temporalidade, as relações entre homem e natureza compõem a paisagem (GORSKY; 2010, p. 40). |

| | | |
|-----------------------|-------------|--|
| L. Fadilgas (2005) | Arquitetura | As paisagens fazem-se e desfazem-se, evoluem, ganham e perdem complexidade por ação conjugada do homem e da natureza. Nelas se ligam interativamente comportamentos físicos, químicos e biológicos. Com uma intervenção humana que, direta ou indiretamente, condiciona e interfere com o ciclo e o percurso da água, tornando-o fácil, suave, controlado e aproveitando dela o máximo como recurso essencial à vida ou, pelo contrário, acelerando-o e fazendo-o violento, caprichoso, capaz das maiores destruições. Um castigo em vez de uma benesse (FADILGAS apud GORSKY, 2010, p. 40). |
|-----------------------|-------------|--|

Efetivamente, a paisagem compreende o componente relativo às impressões estéticas compostas pelos elementos que constituem determinado sítio, como o resultado da relação integrada entre as dinâmicas naturais e as dinâmicas urbanas.

Conforme descrito por Gorsky (2010), a paisagem pressupõe a interação dinâmica dos componentes ecossistêmicos bióticos e abióticos, socioeconômicos e culturais, cujos processos tomam formas e assumem significados apreensíveis pelos atores, através de uma percepção que inclui a valoração estética e emocional.

Esse conceito dialoga com a definição de paisagem cultural, que, no entendimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, colabora para manter a interação profunda entre as pessoas e o meio ambiente.

Portanto, a análise da paisagem pode ser obtida pela percepção das imagens de determinado grupo de componentes físicos que constituem um ambiente. Esses componentes estão sujeitos ao processo constante de transformação no tempo e no espaço, influenciando a forma, a organização e a estrutura da mesma, como resposta às relações entre os espaços e os usuários.

No entendimento de Lynch (2011), a imagem da cidade é constituída por um aspecto social. Para o autor, as pessoas e suas atividades, divididas em classes sociais e com características extremamente diversas, modificam a estrutura da cidade, ao promoverem construções conduzidas por interesses próprios. Nesse sentido, Lynch desmistifica a imutabilidade da cidade, que, para ele, pode ser estável por um tempo, mas está sempre sofrendo modificações em seus detalhes.

No que se refere aos componentes que formam as paisagens, os cursos d'água reagem sensivelmente à relação homem/natureza. Em relação aos rios, Saraiva (1999) sublinha que a problemática da avaliação estética da paisagem nasceu a partir da emergência sobre as preocupações relativas às questões ambientais, em vista da progressiva degradação e do seu quadro espacial de exploração, como, por exemplo, o percurso do rio Meia Ponte, em Goiânia.

Com efeito, as características estéticas das bordas dos mananciais atuam de forma incisiva na exploração dos seus recursos, com base nas percepções espaciais, aliadas às necessidades de subsistência, o que levou, possivelmente, o homem a eleger a proximidade com os cursos d'água um dos fatores contribuintes para a sua fixação no território.

De acordo com Munford (1998), as primeiras ocupações humanas sugerem o surgimento da relação entre as orlas aquáticas e a urgência por sítios favoráveis. O suprimento de água, o terreno acessível e protegido por um rio ou represa e o estuário farto em peixes e crustáceo são exemplos de usos agregados a esses locais. Conforme destaca o autor, o conjunto dessas novas atividades “[...] já servia, em muitas regiões, para a economia mesolítica intermediária, em sítios cuja ocupação permanente é atestada por montes enormes de conchas abertas”.

Conclui-se que o apelo estético proporcionado pelos cursos d'água ascende aos primórdios da humanidade, sobretudo os rios, cuja atração exercida pelo movimento da água sobre o leito pressupõe uma harmonia natural. Segundo Gorsky (2010), a presença marcante de rios no território é expressa na continuidade da correnteza, cuja ação altera ininterruptamente a superfície e o subsolo da terra.

Costa (2006) explicita que eles são como estruturas vivas, cuja própria natureza lhe permite expandir e retrain, no seu ritmo e tempo próprios; que, “[...] ao fluir, seu percurso vai riscando linhas nas paisagens, como um pincel de água desenhando meandros, arcos e curvas. O rio traz o sentido de uma maleabilidade primordial no desenho da paisagem”. Essa fluidez é uma característica peculiar da água e determinante na formação do cenário.

Concomitantemente, o desenvolvimento de tecnologias a partir do

aproveitamento desses mananciais possibilitou outras utilidades dos mesmos no ambiente da cidade. Nos dizeres de Costa (2006), os rios, por terem muito a oferecer além da água, tiveram suas paisagens naturais apropriadas por paisagens urbanas, ao propiciar o progresso das atividades humanas: circulação de bens e pessoas, energia e lazer, entre outras facilidades.

Por outro lado, os ciclos naturais, sobretudo o da água, relativos à bacia hidrográfica a qual pertencem, são alterados por essas intervenções, principalmente nas orlas aquáticas, tornando-se dependentes das dinâmicas urbanas e perdendo a característica de ambientes submetidos à dimensão essencialmente natural.

Os cursos d'água são partes componentes que estruturam uma bacia hidrográfica. Na opinião de Gorsky (2011), um rio constitui uma unidade espacial paisagística que não pode ser dissociada do sistema aquífero a que pertence. Guardadas as categorias de classificação hidrográficas, os mananciais respondem à drenagem de uma região destinada a um rio principal, cuja influência sobre a área drenada se reflete nesse sistema.

Paulatinamente, a estrutura viva e contínua dos rios é transformada pela dinamicidade das atividades humanas, por meio da construção e do desenvolvimento das cidades que, conforme explica Lynch (2011), são uma das materializações mais complexas da inteligência e da imaginação do homem. Assim, as alterações ao redor das áreas ribeirinhas tornam a interdependência homem/natureza mais evidente, estampada em paisagens urbanas.

Nesse sentido, o potencial característico dos rios pode sublimar ou não a percepção visual das cidades, à medida que a identidade de suas bordas é construída assumindo ou negando essa qualidade. O resultado são transformações cujas percepções estéticas carregam informações sensoriais que possibilitam a elaboração de um valor emocional que se instala na cultura dos usuários.

Dessa forma, a zona de influência dessas orlas aquáticas atua de forma direta na valorização da paisagem. No entendimento de Costa (2006), o limite ou a orla do sistema composto por água, solo, vegetação e estruturas humanizadas é uma componente visual de relevante destaque e significado na sua percepção, constituindo-

se como o espaço de transição entre a água e seu entorno adjacente e associando uma forte dimensão de contraste.

Segundo Saraiva (1999), o próprio movimento e o fluxo direcional da água, característicos dos rios, são fundamentais para distingui-los dos outros elementos – mares, lagos, pântanos. Esta particularidade assume um caráter simbólico de renovação e continuidade, ao mesmo tempo em que liga elementos físicos, biológicos e socioculturais, conferindo-lhes unidade e, simultaneamente, complexidade.

Outro detalhe importante relativo à água, que é bem ressaltado por Saraiva (1999), consiste na relação entre as suas formas de ocorrência na paisagem e a possibilidade de valorização ou repúdio, quando esta manifeste “[...] alterações sensíveis de qualidade ou representem perigo ou desajustes face a situações consideradas normais[...]” (1999, p. 236). Principalmente, porque as “[...] irregularidades na distribuição espacial e temporal dos ciclos naturais da água e no seu grau de limpidez são geralmente percebidas como uma ameaça ou redução da qualidade ambiental” (1999, p. 236).

Saraiva (1999) destaca, ainda, a especificidade da água, por ser considerada um elemento de atração praticamente universal, ativado por múltiplas dimensões da percepção humana, cuja apreciação não se restringe apenas à visão, mas também aos demais sentidos.

Em resumo, a percepção estética e sensorial proporcionada pela água pressupõe que os componentes relacionados ao conjunto de processos físicos e ecológicos que condicionam o fluxo das águas e as variáveis espaciais e temporais afetam diretamente a qualidade do lugar e da representação dessas paisagens.

Nesse sentido, rios como o Meia Ponte, em Goiânia, cuja situação se mostra degradante, principalmente pela qualidade da água, pressupõem a necessidade de avaliação estética como análise da relação do espaço de suas bordas com o entorno imediato e seus usuários, a fim de constatar o nível de valoração dessa paisagem, tanto na situação de deterioração como de uma futura fase de recuperação.

Nesse sentido o rio Meia Ponte, como um dos dois rios dentre os 85 cursos

d'água que cortam o município pode ter sua representação afetada uma vez que tem suas margens impactadas com altos níveis de poluição, devido a problemas diversos que vão desde a especulação imobiliária nas áreas do seu entorno até o lançamento de esgoto com ou sem algum tratamento (ANA, 2011).

1.2 Áreas ribeiras e cidades: paisagens em transformação

As cidades podem ser reconhecidas por diversas formas, dentre elas por seus rios. Rios podem se constituir referência natural e cultural por meio de múltiplas simbologias, que vão desde a inspiração para poetas e pintores a marcos ou referenciais territoriais e turísticos importantes na identificação e na caracterização de cidades. Segundo Saraiva (1999), as paisagens fluviais serviram de cenário para diversas formas de representação no mundo.

Do acordo com Panerai (2014, p. 26), a contemplação de paisagens constitui uma tradição alcançada “[...] por mapas em relevo, perspectivas a cavaleiro e vistas *à vol d’oiseau*, panoramas e cartões postais, ilustrações de tampas de caixas e globos terrestres nevados [...]”.

No decorrer do tempo, muitas civilizações exploraram os cursos d’água e transformaram suas paisagens com a ocupação das áreas lindeiras a rios, pela transfiguração de áreas naturais a espaços estratégicos, culturais ou patrimoniais.

Do ponto de vista de Mello (2008) e Gorsky (2010), o surgimento das primeiras cidades de grandes civilizações se deu nos vales de grandes rios, adaptando o seu espaço geográfico a sua cultura. Citam as autoras as cidades mesopotâmicas, às margens do Tigre e do Eufrates, como Nínive e Babilônia; as egípcias, nas imediações do Nilo; as greco-romanas, junto à bacia do Mediterrâneo e ao rio Tibre; as orientais, nas imediações dos rios do Himalaia; Harappa, no rio Indo; as chinesas, no rio Huang; as medievais europeias, a exemplo de Londres, ao longo do Tâmis; Paris, no Sena; Viena, ao longo do Danúbio, e Praga, ao longo do Vlatva.

Como caracteriza Gorsky (2010), os rios adquiriram funções importantes no

desenvolvimento da humanidade. Através deles, incrementou-se a produção agrícola; possibilitou-se a locomoção de pessoas e produtos com o advento das tecnologias de transporte aquático; a geração de energia elétrica nos espaços cuja força das águas possibilitou a sua utilização; além de preservar sua importância natural por constituírem corredores verdes de fauna e flora específicos às condicionantes naturais da água, tanto no espaço rural quanto no urbano.

De fato, a pluralidade de funções foi possível a partir do domínio das dinâmicas hidráulicas, conferindo ao homem as tecnologias necessárias para manipular as paisagens. Mello (2010) exemplifica esse argumento, ao investigar as relações dos corpos d'água com as cidades. Nos dizeres da autora, existem padrões universais, em distintos contextos históricos e geográficos, e padrões peculiares a determinadas culturas, regiões e localidades.

Tabela II: Investigação histórica da relação das cidades com os corpos d'água conforme o "domínio das águas" baseado em Mello (2008)

| Período | Relação da cidade com os corpos hídricos | |
|--------------------------|--|--|
| Primeiras Civilizações | Relações de necessidades materiais criam a aproximação do homem pelos corpos d'água (água para beber e alimentos ofertados pelas zonas ripárias). Com o cultivo, houve a necessidade da irrigação (agricultura rústica nas terras baixas e agricultura irrigada nas terras altas). A proximidade gerava conflitos de convivência como enchentes periódicas e a busca por proteção contra elas. | |
| Cidade Plena | Localização mais próxima ao rio devido ao domínio de técnicas de contenção e controle das dinâmicas das águas. | |
| Idade Média | Cidades muradas devido às guerras, onde os corpos d'água influenciavam a estruturação das cidades ao seu redor. Relação cíclica de intervenções sobre a dinâmica da água, marcada por períodos de ocorrência ou não de guerras. | Período de guerras: cidade refugiada dentro dos muros. Áreas externas desocupadas e fartas de água. |
| | | Período de paz: cidade se expande para além dos muros, ocupando as bordas dos corpos d'água e posteriormente áreas pantanosas. No período de expansão da Idade Média, houve um crescimento populacional que induziu a ocupação das bordas dos corpos d'água, como construções inclusive sobre pontes (Ponte de Vecchio Florença). Drenagem de áreas pantanosas para a expansão urbana, onde o escoamento dinamizava as águas estagnadas com o aproveitamento do potencial hidráulico para rodar moinhos. |
| Entre séculos XIV à XVII | Período marcado por vários ciclos de guerras. Cidade refugiada nos muros com técnicas de fortificação aprimoradas com a ampliação dos fossos. Dissipação de uma parte da energia hidráulica cinética destinada à alimentação dos canais intramuros. Período de estagnação das águas com incidência de proliferação de doenças. | |

| | | |
|----------------------|---|--|
| Fins do século XVIII | Surgimento da aversão à água estagnada, pois na abordagem de pensadores, cientistas, filósofos e técnicos a atmosfera era envenenada pelos vapores do rio. | Surgimento de uma nova tecnologia urbana baseada na dinamização da água: Hidrodinâmica, sendo considerada a “Ciência do Século das Luzes”, marcado pela viabilização do aumento da riqueza de nações onde a água corrente se tornou matriz do desenvolvimento de setores-chave da economia: a agricultura, a indústria nascente e o comércio. Ao mesmo tempo, também, o início do processo de “morte da rede hídrica”. Para as doutrinas agronômicas, a água natural é limitada em quantidade. |
| Século XIX | Advento do Positivismo e surgimento do higienismo e do sanitarismo como propostas técnicas à premência em acelerar o escoamento das águas estagnadas. Áreas alagadiças deviam ser aterradas para evitar a propagação de vetores transmissores de doenças; obras de retificação dos leitos d’água para evitar inundações. Os rios principais sofrem intervenções para maximizar a navegação, demandada pelo comércio regional e internacional. Os cursos d’água sem função econômica passaram a cumprir a função de recepção de excrementos. | |

A partir da Tabela II apresentada, constata-se o avanço nos tipos de usos e ocupações das orlas aquáticas pela evolução tecnológica sobre a água, bem como sua representação nos relativos períodos onde as formas de intervenção influenciam variações de significado. Segundo Saraiva (1999), no caso dos rios, suas virtudes e defeitos são o reflexo dos usos humanos no talvegue, refletindo o resultado da ação dos processos naturais e antrópicos.

Muitas formas de usos ultrapassam os limites da área de influência de escoamento das orlas aquáticas, privilegiando outras lógicas de ocorrência espacial que subalternizam a dinâmica da bacia hidrográfica, afetando sua relevância no contexto da localização de grande parte das atividades socioeconômicas que nela ocorrem.

Essa prática é oposta a lógica territorial da bacia hidrográfica, cuja determinação tem em conta a capacidade de renovação e de manutenção desse recurso em condições de quantidade e qualidade que permitam a sua utilização pelos seres vivos.

A exemplo dessa ocorrência, Benévolo (2009), em sua trajetória pela história das cidades, faz uma descrição das condições do Tâmis, em Londres, durante a Revolução Industrial, relacionando as dificuldades na administração da salubridade e a manutenção dos mananciais urbanos.

Em Londres, existe o grave problema da contaminação dos rios. Existe na capital uma massa informe de antigos regulamentos e de organismos de inspeção, porem operam com critérios antiquados. Por exemplo, os esgotos foram concebidos inicialmente como canais para recolher as águas pluviais, e é proibido liga-los às casas ou aos edifícios públicos, embora os dejetos líquidos possam passar, das fossas negras, para os esgotos. Quando, entretanto, generaliza-se o uso dos sanitários, essa proibição cai em desuso, entre 1810 e 1840. Todos os esgotos confluem para o Tâmis, enquanto esse mesmo rio fornece água para a cidade; assim uma causa permanente de epidemias aflige a capital inglesa (BENÉVOLO, 2009, p. 77-78).

Na opinião de Gorsky (2010), exemplos como o Tâmis do século XVIII ainda são recorrentes nos dias atuais, pois representam alterações nas áreas lindeiras a rios urbanos, cujo resultado são espaços desconfigurados por intervenções que interpretam os rios como obstáculos geográficos, plasmando-os de acordo com suas conveniências.

Kahtouni (2004), em sua análise dos recursos hídricos no território paulistano, por exemplo, demonstra que as “mortes das águas” foram regidas, sobretudo, pela aplicação de decisões tecnológicas baseadas nos interesses econômicos e de funcionalidade urbana, associada aos aspectos fundiários de projetos que incluíam o território das águas. Segundo a autora, os efeitos das intervenções apresentaram uma evolução na diversificação e na intensificação dos problemas e riscos, pela presença constante da poluição e do afastamento das áreas ribeiras.

De acordo com Ferrara (2000), a cidade se constrói adaptando-se às necessidades da população por espaço, trabalho, transporte e serviços, num processo incessante. Nesse sentido, a drenagem urbana, o saneamento ambiental, a gestão da água e dos resíduos sólidos, bem como a própria condição dos corpos d'água urbanos, em sua maioria, são questões à mercê do processo de urbanização desenfreado, como explica Mello:

A afirmação de que fatores econômicos e falta de interesse político sobrepujam fatores técnicos, no impedimento da adoção generalizada de infraestrutura sanitária, é válida especialmente em cidades marcadas por graves discrepâncias socioeconômicas, como o contexto brasileiro. Esses fatores, associados ao gigantismo da cidade contemporânea, fazem com que as questões de coleta, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos e

sólidos estejam ainda longe de ser equacionadas (MELLO, 2008, p. 123).

No entendimento de Mello (2014), é possível classificar o modo de ver e atuar sobre os espaços urbanos de beira-d'água em duas vertentes. A primeira vertente é a de valorização dos corpos d'água, onde o manancial é valorizado e incorporado à paisagem urbana, geralmente rios e lagos de maior porte. São criados espaços em orlas aquáticas abertos para a utilização pública e apropriados para a qualificação do cenário urbano.

Mello (2014) destaca ainda que, geralmente, são espaços concebidos sob uma visão estritamente urbanística¹, desconsiderando as funções ambientais das zonas ripárias, fundamentados na adoção de tecnologias de engenharia civil e sanitária, onde predominam soluções de pavimentação de grandes faixas marginais, implantação de vias automotivas, contenção de encostas e alteração do perfil do leito com técnicas artificiais (canalização ou retificação), notadamente pela utilização do concreto armado.

Entretanto, esse tipo de intervenção gerou uma tendência de projetos de requalificação em áreas no entorno de corpos d'água urbanos com ou sem valor histórico, na qual os empresários da construção civil e os órgãos públicos adotam padrões internacionais de maneira generalizada.

Muitas propostas intencionam a recuperação exclusivamente estética para a promoção imobiliária, criando bairros elitizados onde as áreas verdes renovadas adquirem funções paisagísticas e recreativas, encerradas por edifícios ou condomínios privados.

Socialmente, constituem espaços de encontro, porém em locais escolhidos pelos

¹ Visão estritamente urbanística: Segundo Mello, um paradigma fruto da fragilidade teórica e técnica da gestão ambiental e urbana surgida a partir de polêmicas geradas nas discussões sobre áreas de preservação permanente – APP, na qual a gestão dos corpos d'água se apresenta como imposição da ação do homem, à revelia das condicionantes ambientais. Ela é inerente não apenas ao campo da Arquitetura e Urbanismo, mas também às áreas de conhecimentos correlatos, como Engenharia, Sanitarismo e Paisagismo.

Por outro lado, tem-se a visão estritamente ambientalista de que a gestão dos corpos d'água deve se basear apenas nos aspectos ambientais, à revelia das peculiaridades do meio urbano.

empreendedores de maneira a enobrecer e fragmentar a paisagem. A ausência de conexão com as demais áreas verdes ou com a malha urbana vem produzindo regiões isoladas e privilegiadas na cidade.

Na segunda vertente, desvalorização dos corpos d'água, o manancial é desconsiderado e as edificações e lotes lindeiros ficam de costas para ele a exemplo dos cursos d'água de menor porte frequentemente recobertos, tornando-se dutos de esgoto. Caracteriza a maior parte das áreas ribeirinhas e lacustres das cidades brasileiras, sendo representadas por dois tipos de configuração espacial: espaços privatizados em beiras d'água por meio de parcelamentos de baixa, média e alta renda, nos quais os lotes chegam até a beira d'água.

Por outro lado, há também os espaços de remanescentes de áreas públicas nos fundos dos lotes, que em geral acabam por virar espaços degradados, depósitos de lixo e áreas de invasão por edificações precárias, podendo avançar pelo leito em palafitas ou aterros. Essa prática transforma áreas ambientalmente intrínsecas à cidade, pela disseminação da segregação social, em regiões com graves consequências para a qualidade de vida de seus habitantes.

Na opinião de Jacobi (2000), a ocupação de espaços impróprios para habitação, a exemplo das áreas protegidas dos mananciais, ocorre principalmente a partir da habitação precária em regiões carentes por serviços urbanos.

De acordo com Mello (2014), a ocupação indiscriminada das zonas ripárias apoia-se em múltiplos fatores, mas principalmente em uma deficiência na lei. Para a autora, a inadequação da legislação ambiental, cujo idealismo das regras - e a inobservância das especificidades do ambiente urbano - não garantem as condições mínimas para a sua aplicação nas cidades, acaba por ter efeito inverso à proteção dos recursos ambientais.

Legalmente, as margens de corpos d'água são definidas como Áreas de Proteção Permanente - APP, segundo o Código Florestal Brasileiro - (Lei Federal nº 4771 de 1965, revogada pela Lei Federal 12.651/2012), mecanismo legal para proteger áreas ambientalmente sensíveis. Nos dizeres de Mello (2014), o conceito de APP traz

implícito o *princípio de intangibilidade*², o que impede qualquer tipo de ocupação e desconsidera as especificidades do meio urbano, bem como condições para a sua aplicação.

Ainda que o Código Florestal Brasileiro represente uma conquista importante no sentido de fortalecimento da preocupação ambiental no direito brasileiro, ao impedir a ocupação das APPs, acaba tornando-as alvo para esse fim, uma vez que são, em grande parte, carentes de fiscalização e proteção.

[...] A ausência de critérios de uso e ocupação dessas áreas ambientalmente sensíveis acarreta sérios impactos ao meio ambiente: altera substancialmente a dinâmica do curso d'água, provocando desequilíbrios diversos, como a intensificação de processos erosivos, inundação das áreas adjacentes, assoreamento dos corpos d'água e nascentes (MELLO, 2014, p. 169).

Aliado a esse fator, Mello (2014) destaca o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro predominante, materializado nas últimas décadas por processos de expansão e de inchamento urbanos desenfreados, calcados na exclusão sócio-espacial.

Segundo a autora, esse fator contribui para que a população sem acesso ao mercado imobiliário formal ocupe as áreas onde a lei não permite a ocupação formal, intensificando a precariedade do controle urbanístico sobre os assentamentos ilegais, em especial áreas ambientalmente sensíveis, como as margens dos corpos d'água, que não interessam ao mercado imobiliário. Essas ocupações, embora ocorram em sua maioria por população de baixa renda, também são realizadas pelas classes média e alta.

Soma-se a isso a inadequação dos modelos de gestão urbana, uma vez que, de forma geral, o setor público local apresenta graves deficiências em termos de recursos humanos e financeiros, dificultando a aplicação de uma gestão ambiental urbana e o controle sobre ocupações em áreas ambientalmente sensíveis. Ocorre, ainda, a

² Princípio de intangibilidade: Segundo Mello o dispositivo legal está voltado para a preservação das funções ambientais, vedando não apenas à retirada de vegetação, mas qualquer forma de uso e ocupação.

desinformação dos quadros técnicos e da sociedade sobre a importância dessas áreas, bem como a falta de integração entre dispositivos da legislação ambiental e urbanística (MELLO, 2014).

Nos dizeres de Mello (2008), a última atualização da lei, de 2012, mantém uma inovação adquirida ainda em 2006, regulamentando que as faixas marginais de qualquer curso d'água natural em perímetro urbano, que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação, terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, desde que ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 369/2006.

Para Mello (2008), esse item constitui uma primeira permissão legal de ação sobre as margens dos cursos d'água, abrindo caminho para que as prefeituras, através dos seus Planos Diretores, possam estabelecer políticas de intervenções sustentáveis e promover o resgate das representações socialmente positivas.

Por outro lado, Azevedo e Oliveira (2014) compreendem que não foi estipulada uma abordagem específica da aplicação dos parâmetros de preservação permanente às áreas urbanas, de forma que fica evidente o desperdício da oportunidade de se estabelecer regras mais claras a respeito. Constatam, também, o fato de ser possível a implantação de usos e ocupações que permitam a redução das áreas protegidas e, conseqüentemente, da diminuição dos espaços legalmente preservados.

Destacam, ainda, o aumento nas hipóteses de casos excepcionais de utilidade pública e de interesse social, como, por exemplo, a inserção de atividades duvidosas que possuem características relativas ao atendimento dos interesses da coletividade, como a infraestrutura para a realização de eventos esportivos, quase todos de inegável interesse meramente privado.

Em síntese, verifica-se que as mudanças provocadas pelo novo Código Florestal, no que tange aos casos de utilização de APPs em situações de utilidade pública e de interesse social, tiveram nítido caráter de abrandamento da preservação ambiental e satisfação maior de interesses econômicos e sociais. Conseqüentemente, essas alterações vulneram, de modo significativo, a proteção das APPs situadas em zonas urbanas (AZEVEDO e OLIVEIRIA, 2014, p. 90).

Efetivamente e independente das arbitrariedades legais, as alterações no território são registradas nas paisagens através da produção de imagens que acompanham simultaneamente o desenvolvimento das cidades, ou seja, criam diariamente informações sobre si mesmas. Nos dizeres de Ferrara (2000), essas informações se constroem e se renovam no imaginário de seus usuários, produzindo significados e representações.

Muitos rios urbanos e suas margens constituem espaços que tiveram seus usos e ocupações transformados através do tempo, e atualmente se configuram como o que Ferrara (2000) conceitua de “espaço residual” ou cicatriz no tecido urbano. Segundo a autora, reproduz-se uma lógica característica, observada na linguagem de espaços indefinidos e ambíguos, que perderam sua identidade com usos e significados sedimentados pela força de impactos ambientais que os desconsideram.

Aparentemente, o rio Meia Ponte na capital se configura como espaço residual. A degradação das suas áreas ribeiras, observada por meio de suas paisagens, o transforma em uma sobra física, um pedaço desnecessário da cidade. Suas margens não são adequadas, por um motivo ou por outro, a espaços de concentração comercial ou de serviços: parques, centros esportivos ou outras formas de consumo espacial (FERRARA, 2000).

As diferentes formas de usos e ocupações das margens de rios determinam relações representativas no contexto social do lugar, expressas, principalmente, nas suas paisagens. Na opinião de Costa (2006), o rio urbano cuja paisagem é valorizada ganha um valor ambiental e cultural que promove um avanço na ideia de rio apenas como peça de saneamento e drenagem.

Mello (2008) alega que a presença de locais com a possibilidade de se criar espaços verdes belos, agradáveis e com alto grau de qualidade ambiental potencializa os corpos d'água e suas margens como áreas de melhores condições para o estabelecimento de encontros públicos. Essa premissa permite que a população tenha acesso aos corpos d'água e construa uma representação positiva no seu imaginário e um “sentimento de pertença” que exalte a vontade de proteção e preservação dos mesmos. Para a autora, a diferença entre o grau de valorização dos corpos d'água diz

respeito ao desempenho de urbanidade³ da configuração espacial.

Por esse entendimento, faz-se necessário analisar as paisagens pela identificação dos usos e ocupações das margens do rio Meia Ponte no decorrer da história, buscando, sobretudo, apontar os espaços de encontro público que, segundo Mello (2008), podem valorizar o manancial.

1.3 A paisagem na análise urbana dos rios

A compreensão e a representação da paisagem têm se constituído a partir de reflexões ao longo do tempo, apreciadas sob diversos enredos como o utilitário, o simbólico, o pictórico, o estético, o aproveitamento dos recursos e o suporte das atividades humanas. Na opinião de Cauquelin (2007) e Saraiva (1999), os campos científico e artístico têm aberto o caminho para diversas abordagens baseadas na relação indivíduo-paisagem.

As áreas da geografia, ecologia, arquitetura paisagística, psicologia, estética, arte, entre outras, produzem metodologias de análise que refletem a filosofia, os objetivos e os métodos de cada área de conhecimento, orientados por perspectivas disciplinares isoladas, de caráter restrito e setorial (SARAIVA, 1999).

A variedade de análises e interpretações utilizadas pelos diferentes campos de conhecimento voltados ao estudo da paisagem pode ser, segundo Leite (1992), subdividida em duas vertentes: a vertente relacionada à paisagem, com sua essência física, material e objetiva categorizável, e a vertente que relaciona a paisagem à sua essência simbólica, à sua experimentação e à criação individual ou coletiva.

Conforme as referências conceituais constantes do item 1.1, baseadas nos

³ Urbanidade: No entendimento de Mello (2014), a urbanidade é aquilo que qualifica a vida urbana, no sentido da promoção do encontro social e da interação harmônica entre as pessoas e o meio. A autora utiliza a definição de Frederico de Holanda, onde urbanidade transcende a realidade física da cidade, ao incluir a “qualidade do cortês, do afável, relativo à negociação continuada de interesses” (HOLANDA, 2002, p. 126).

estudos de Saraiva (1999), a paisagem fluvial pressupõem três âmbitos de componentes que se inter-relacionam mutuamente: componentes biofísicas e ecológicas, componentes sociais, culturais e econômicas e componentes perceptivas, estéticas e emocionais (figura 02). Esse conceito “[...] representa a síntese espacial e temporal de inter-relações entre o homem e a natureza num dado cenário físico” (SARAIVA, 1999).

Com relação à paisagem fluvial, Saraiva (1999) e Gorsky (2010) entendem que a componente estética é de fundamental importância para sua percepção, devido, principalmente, à característica de fluidez dos rios e à peculiaridade da percepção da água na paisagem.

Figura 04: Diagrama dos componentes de apreciação da paisagem, baseado em Saraiva (1999)



Fonte: Diagrama adaptado pelo autor.

De acordo com Melo (2006), as transformações sobre os rios e suas margens resultam em paisagens com significados diversos, decorrentes, principalmente, da ação do homem no processo de construção social ao longo da história.

Baker (1992) alerta para a necessidade da observação das paisagens sob uma perspectiva histórica para situá-las dentro de um contexto natural, social e cultural,

assim como de sua ancestralidade. Nesse sentido, as representações das paisagens utilizadas no decorrer do tempo são os registros do que os rios foram nos diversos períodos, em cada momento da história, como também entende Melo:

[...] tais paisagens inspiraram as mais diversas representações, revelando a multiplicidade de significados que delas emanam. É nesse contexto que, através das representações retratadas em mapas, crônicas, poesias, romances, relatos de viajantes, litografias, fotografias, e pinturas, poderemos detectar os significados que tiveram, ao longo de diferentes períodos históricos [...] (MELO, 2006, p. 121).

No entendimento de Ferrara (2000), as diferentes representações ocorrem devido ao que a autora chama de “cirurgias de renovação”, nas quais o espaço urbano é submetido a renovações periódicas de signos novos e velhos pelo redesenho, baseado na lógica que reproduz as características da própria linguagem da cidade. Assim, compreender e precisar os elementos dessa lógica, que se define ao mesmo tempo em que se acompanha o desenho da cidade, é um dos caminhos para entendê-la.

Considerando a importância da componente estética na determinação de sua valorização, o presente trabalho tem como enfoque principal as transformações históricas das paisagens, principalmente nos seus aspectos estéticos e perceptivos, relacionados aos diferentes usos feitos pelo homem sobre as margens.

As componentes biofísicas e sociais foram representadas como elementos físicos que configuraram as paisagens. Para Mello (2014), os atributos das configurações espaciais que qualificam a vida urbana a partir da interação entre as pessoas e destas com os corpos d'água refletem a ótica do seu desempenho de urbanidade.

A partir das considerações feitas, a análise foi dividida em duas etapas. Na primeira, propôs-se um resgate histórico da metodologia de revisão bibliográfica disponível, no qual se buscou compreender os usos e ocupações em cada época do referido manancial e suas influências na constituição da paisagem, no trecho definido, descrito no Capítulo 2. O resultado dessa análise, além da descrição do desenvolvimento da atuação histórica, evidenciou os usos e ocupações sobre as orlas aquáticas do rio Meia Ponte.

Considerando a região do Parque Represa do Jaó, nos mais de 30km de percurso do rio no município, e sua presença desde o plano inicial de Goiânia no Plano de Atílio Correa Lima, em 1933, definiu-se como época de estudo o período entre 1930 a 2015. O percurso tem como enfoque o caráter espacial do rio e sua predominância visual e contínua, podendo ser ou não atravessado.

Na segunda etapa, compreendeu-se um diagnóstico perceptivo e visual, resultado dos usos e ocupações do mesmo trecho do rio analisado no Capítulo 2, buscando identificar os elementos que constituem a paisagem urbana atual do manancial apresentado no Capítulo 3. Tais etapas são importantes para constatar as transformações da paisagem do manancial no tempo, conforme diagrama da Figura 02:

Figura 05: Diagrama de análise das transformações estéticas num contexto histórico



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A análise da paisagem empreendida no Capítulo 3 baseou-se no conceito de paisagem definido anteriormente, no qual o conjunto de elementos que constituem um determinado sítio físico (natural ou artificial), que pode ser fixo ou estacionário, e os

elementos frutos das relações entre as componentes (físicas, culturais e perceptivas), pode se organizar de forma a potencializar ou limitar o desenvolvimento de um lugar – componente estética.

A proposta de análise baseia-se na leitura dos elementos físicos constituintes da paisagem que geram as imagens a serem interpretadas pelos usuários. Para tanto, utilizou-se fatores estabelecidos por Mello (2008), a partir de Holanda (2002) e do “Estudo tipológico das configurações de espaços urbanos em Beira D’Água”, pautado pelas dimensões local e global de análise da cidade para determinar os tipos de configuração espacial das margens dos corpos d’água.

Neste trabalho, optou-se pelos critérios da “dimensão local” para determinar a configuração das margens dos corpos d’água, uma vez que possibilita uma leitura da urbanidade que reflete na paisagem da área de estudo. Porém, a análise foi diferente da utilizada por Mello – técnica de axialidade. A análise foi feita por imagens em pontos específicos do percurso do Parque Represa do Jaó.

A autora elege os seguintes aspectos da “dimensão local”: domínio, constitutividade, acessibilidade física, acessibilidade visual e artificialidade. Mello (2008) classifica os aspectos que configuram os espaços de beira d’água como distinções na “dimensão local”, no qual o primeiro se refere ao domínio dos espaços das margens, que pode ser público ou privado: D1 – espaços abertos de domínio público ou D2 – espaços fechados, de domínio privado.

Para a autora, a classificação das margens dos cursos d’água no Brasil é caracterizada, predominantemente, por espaços de domínio privado D2, embora esse tipo de configuração não seja exclusivamente brasileiro. As ocupações englobam todas as classes, a exemplo dos loteamentos para condomínios privados ou dos parcelamentos por população de baixo poder aquisitivo.

No caso dos espaços abertos, de apropriação pública (D1), estes são mais observados em margens de mananciais de maior porte, com importante papel na estrutura física da cidade. Podem ser de dois tipos, segundo a natureza de sua função: D1s – espaços de encontro social; e D1u – espaços de função utilitária.

O D1s comumente é retratado em rios navegáveis, onde as margens são ocupadas por instalações de atividades ligadas ao transporte fluvial, como o mercado e os espaços ligados a ele. Por outro lado, a configuração D1u é retratada, geralmente, como área portuária.

O grau de constitutividade das margens dos corpos d'água é determinado conforme as transições entre o espaço aberto e os espaços fechados. O espaço é mais constituído quanto mais aberturas houver voltadas a ele. As configurações são do tipo onde as transições se voltam para um espaço aberto frontal ao corpo d'água, constituindo-o C1; ou quando as transições dos lotes dos edifícios lindeiros não se voltam para ele, ou, ainda, quando existem barreiras que impeçam o contato físico e visual das pessoas com a água, desconstituindo os espaços das margens - C2.

No que se refere a este aspecto da dimensão local, contata-se uma diferenciação entre as configurações urbanas à margens de cursos d'água de menor porte (P2) e de maior porte (P1). Nas cidades servidas por cursos d'água mais estreitos, em geral, a maior parte dos espaços ribeiros são desconstituídos (C2). Entretanto, em alguns pontos-chave da estrutura urbana, notadamente nos locais de travessia de cursos d'água, é comum a criação de espaços abertos voltados para o rio, caracterizando o primeiro tipo de configuração (MELLO, 2008, p. 173).

Quanto às características de acessibilidade física dos espaços das margens, tem-se: A1 - espaços de fácil acesso físico; e A2 - espaços de difícil acesso físico. Mello (2008) refere-se à presença de vias - para veículos e/ou para pedestres, que permitam o acesso aos espaços da margem.

A acessibilidade local (A1) possibilita vias no sentido longitudinal, entre a borda e as edificações ou os lotes lindeiros e os perpendiculares, levando até o espaço da margem do corpo d'água.

A acessibilidade visual na dimensão local pode apresentar configurações entre V1 - espaços que permitem a visibilidade do corpo d'água e V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. A existência de elementos naturais, como a vegetação, ou construídos, como edificações, cercas e muros impedem a visibilidade do corpo d'água a partir dos espaços das margens. De acordo com Mello (2008), as

características morfológicas do corpo d'água e do sítio físico condicionam a sua potencialidade. Os rios e os lagos de maior porte são facilmente visíveis a partir das margens e de áreas afastadas.

A amplitude do campo de visão dos espaços das margens é associada ao efeito produzido em função do porte do rio. Em rios e lagos de grande porte P1, os efeitos de alargamento e amplidão são maximizados. Cursos d'água de pequeno porte (P2) maximizam os efeitos de estreitamento e envolvimento (MELLO, 2008, p. 177).

O grau de artificialidade dos espaços das margens é definido, segundo Mello (2008), por extremos opostos de configuração: N1 - espaço naturalizados e N2 - espaços artificializados. Pode haver variações, conjugando diferentes graus de artificialidade.

A configuração de artificialização N2 caracteriza-se pela predominância de feições materiais e técnicas artificiais, impermeabilização do solo e ausência de vegetação. As configurações de extrema artificialização são também definidas como mineralização. Por outro lado, a configuração de naturalização N1 caracteriza-se pela predominância de feições naturais: manutenção ou recuperação da vegetação autóctone, permeabilidade do solo, materiais orgânicos e manutenção das características originais do leito e bordas do corpo d'água. As configurações de extrema naturalização são também definidas como vegetalização (MELLO, 2008).

Neste trabalho, foram utilizados os critérios da "dimensão local" para determinar a configuração das margens dos corpos d'água e, portanto, suas paisagens - todavia, com análise diferente da utilizada por Mello. A análise foi feita por imagens em pontos específicos do percurso do rio Meia Ponte.

Como complementos à análise, destacamos, na metodologia, os estudos de Kevin Lynch (2011) e Gordon Cullen (2009), que utilizam a leitura da cidade a partir da paisagem para identificar os impactos de ordem emocional que o conjunto de elementos que a compõem poderia produzir nos usuários dessa cidade e, conseqüentemente, despertar a percepção e a consciência em relação aos problemas reais e potenciais.

Nos entendimento de Lynch, a análise espacial compreende a identificação dos elementos marcantes da paisagem urbana: vias, limites, pontos nodais e marcos que estruturam um ambiente e são responsáveis por produzir as imagens públicas de qualquer cidade, representando a sobreposição de muitas imagens individuais (LYNCH, 2011).

Tabela III: Elementos de identificação espacial definidos por Lynch (2011)

| Elementos | Definição |
|---------------------------------|---|
| Percursos – <i>paths</i> | Canais de circulação por onde o observador pode se locomover de modo habitual, ocasional ou potencial e cuja identificação permite a primeira abordagem da paisagem urbana. |
| Limites – <i>edges</i> | Representam os elementos lineares correspondentes às fronteiras permeáveis entre diferentes regiões que se relacionam entre si. |
| Setor – <i>district</i> | São regiões médias ou grandes de uma cidade, reconhecíveis por possuírem características comuns que as identificam como uma zona heterogênea. |
| Pontos Nodais – <i>nodes</i> | São lugares estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador pode entrar, além de serem focos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. |
| Marcos – <i>landmarks</i> | São, geralmente, objetos físicos definidos de maneira muito simples, como edifício, sinal ou loja e que servem de referência externa ao observador. |

Os elementos utilizados por Lynch auxiliam na leitura da paisagem das margens dos corpos d'água. Para Lynch, o rio é considerado um limitador entre regiões diferentes – solo e água –, o que classifica o rio Meia Ponte como um limite a ser transposto no espaço da cidade, podendo ou não ser percorrido por um percurso, e caracterizado por distritos diferentes, cada qual com marcos e pontos nodais.

Culen (2009), por outro lado, define três aspectos relativos à paisagem: a ótica, o local e o conteúdo, descritos na Tabela V abaixo:

Tabela IV: Aspectos da análise da paisagem definidos por Culen (2006)

| Aspecto | Descrição |
|----------------|--|
| Visão Ótica | Compreende a sequência de imagens ao longo de um percurso realizado por um transeunte, que pode revelar uma sucessão de pontos de vista e de imagens que emergem, aos poucos, na paisagem, onde diferentes imagens surgem durante o trajeto, como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas. O conjunto dessas impressões pode ser definido como Visão Serial ⁴ . |
| Visão Local | Diz respeito às diversas reações, de um observador de acordo com sua posição no espaço. A exemplo das diferentes zonas da cidade (amplas ou delimitadas), provoca alternâncias de sensações, desde tensão até tranquilidade. A importância dessa visão se baseia no entendimento de que o ser humano relaciona-se institivamente e continuamente com o meio em que vive. |
| Visão Conteúdo | Relaciona-se aos aspectos constituintes e característicos da cidade – cor, textura, escala, estilo, natureza, personalidade (individualidades do lugar). |

Assim como os elementos de Lynch, os aspectos salientados por Cullen (2006) na Visão Conteúdo caracterizam a individualidade do lugar e se relacionam com os atributos estéticos das paisagens aquáticas, que, na visão de Mello (2008), são a razão principal da ligação entre a cidade e os corpos d'água.

Saraiva (1999) destaca as características formais ou estéticas da água e sua relação com a paisagem, elencando os principais fatores levados em conta na percepção, avaliação e preferência das paisagens pluviais, a partir de vários estudos e respectivas abordagens, desde o final da década de 1960 até a década de 1990.

Esses aspectos serão analisados a partir da Tabela VI - Análise da Paisagem Fluvial, à qual foi acrescida a descrição da paisagem do rio Meia Ponte, a partir dos aspectos identificados na metodologia da “dimensão local” (MELLO, 2008) e da análise das imagens.

As paisagens foram definidas por fotografias em pontos no percurso do Parque Represa do Jaó, com enfoque no caráter espacial do rio e em sua predominância visual e contínua, podendo ser ou não atravessado. O percurso foi definido pelos equipamentos públicos mais acessíveis ao rio (ruas, praças, espaços verdes), uma vez

⁴ Visão Serial: refere-se ao percurso de um extremo ao outro da planta a passo uniforme, por meio do qual se obtém a descrição da paisagem urbana. É uma técnica que visa identificar, conforme progressão uniforme do transeunte, uma série de contrastes súbitos que, além de ter grande impacto visual, causam várias sensações ao ser humano (Cullen; 2006, p.11).

que a presente análise se refere às imagens do Meia Ponte oferecidas aos usuários da cidade.

Tabela V: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: pontos no percurso

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do Local | |
| Domínio | D1 - espaços abertos de domínio público. |
| | D2 - espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C1 - espaços constituídos. |
| | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A1 - espaços de fácil acesso físico. |
| | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade Visual | V1 - espaços que permitem a visibilidade do corpo d'água. |
| | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | N1 - espaços naturalizados. |
| | N2 - espaços artificializados. |
| Síntese da Paisagem do rio Meia Ponte | |

Dessa forma, propôs-se analisar os elementos constituintes da paisagem das margens do Parque Represa do Jaó, de forma a identificar quais paisagens o goianiense dispõe para formar sua representação nos dias atuais.

[...] depois de incômoda marcha de muito tempo, chegou a sua comitiva ao ribeirão que se chama hoje de Meia Ponte.

Raymundo José de Cunha Mattos, Chorographia Histórica da Província de Goyas, enviado ao imperador D. Pedro I em 31 de dezembro de 1824.

CAPÍTULO 2

GOIÂNIA PELO RIO MEIA PONTE: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

2.1. Goiânia e a apropriação da paisagem do rio: primeiros planos

Uma cidade pode ser reconhecida por suas representações individuais, mas, principalmente, pelas coletivas – uma espécie de totalidade possível em meio ao espaço da diversidade do ambiente urbano. Dentre elas, a análise das paisagens é o instrumento cujo objeto é o imediatamente apreensível, constituindo análise comum a todos os usuários da cidade. Quanto maior é a cidade, mais variadas serão suas formas, estruturas, funções e, proporcionalmente, suas experiências com os deslocamentos.

Assim, cidades com a escala de Goiânia nunca serão abarcadas por completo, pois seus quase seiscentos bairros (IBGE, 2010) e milhares de ruas mudam constantemente e deixam cicatrizes do que foram tempos atrás. É nesse contexto que figura o rio Meia Ponte. Em meio ao emaranhado urbano goianiense percorre, aparentemente, uma cicatriz com mais de 30 km, cujas paisagens, em vista da poluição no momento atual, são representadas, possivelmente, de forma negativa pela memória do goianiense.

Por outro lado, o referido manancial pode ter assumido outras identidades no passado, cuja paisagem contemporânea necessariamente é o resultado do processo das trocas de funções, usos e imagens no decorrer do tempo (FERRARA, 2000). Nesse sentido, faz-se necessário buscar dados de sua concepção e evolução em distintos períodos da história, de forma a tentar reconstituir os fatores que definiram sua paisagem contemporânea.

A história do rio Meia Ponte remonta à história do seu nome. Nos descritos de Castelnau (1949), em visita de reconhecimento do território brasileiro no século XVIII, o rio deve o nome ao município de Bonfim, na época Meia Ponte, por causa de uma grande pedra, que avançava por cima dele, formando por assim dizer a metade de

uma ponte, a qual os habitantes do lugar tiveram apenas de concluir.

Contraditoriamente, no documento “Chorographia da Histórica da Província de Goyas”, de autoria de Raymundo José de Cunha Matos, enviado ao imperador D. Pedro I em 31 de dezembro de 1824, tem-se a seguinte descrição:

[...] Neste ponto, o autor interrompe a sua narrativa para então informar a seus leitores que este nome se deve ao fato de que os “Paulistas chegando a este ribeirão em ocasião da cheia, para o passarem fabricaram uma espécie de ponte de dous páos, dos quais um foi levado pela corrente; e por este incidente deram o nome de Meia-Ponte ao ribeirão, e depois ao arraial [...] (Chorographia Histórica da Província de Goyas, 1979).

Percorrendo o tempo e o lugar no rio, encontra-se o rio Meia Ponte no território e na história de Goiânia. A cidade nasceu a partir de uma localização estudada e escolhida da região denominada Campinas, preocupada, entre outras questões, com o abastecimento aquífero e, por conseguinte, com a necessidade de mananciais apropriados. O território determinado possuía, principalmente, constituições hidrográficas caracterizadas pela abundância de cursos d’água dos afluentes do rio Meia Ponte.

Essa peculiaridade potencializava fisicamente a localidade para a formação da nova capital e, ao mesmo tempo, apresentava qualidades estéticas importantes na constituição da paisagem, onde o rio poderia assumir funções de escoamento e abastecimento aquífero, ou seja, o seu aproveitamento poderia ter implicações urbanas, sociais, ambientais e estéticas no desenvolvimento da cidade.

Situada numa extensa e vasta planura, na altitude de 700 (setecentos) metros sobre o nível do mar, circundada pelos rios “Meia Ponte” e “Anicuns” e o ribeirão “Cascavel”, Campinas oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna e salubérrima.

[...]

Dos estudos hidrográficos resulta:

1º - Rio “Meia Ponte”, situado a nordeste a sete quilômetros de distância, com uma descarga horária de 15.120.000 (quinze milhões cento e vinte mil) litros. Nesse rio existe a corredeira denominada “Jaó”, com uma diferença de nível aproximadamente de 8 metros, podendo fornecer uma força hidráulica

Armando Augusto de Godói, destacando as condições hidrográficas, topográficas e estéticas naturais dentre os requisitos utilizados como critérios necessários à fundação de um moderno centro de população:

Todos os terrenos se acham bem expostos à influência das correntes aéreas. [...] vasta superfície em torno da referida povoação goiana só apresenta ligeiras ondulações. [...] o favorável grau de umidade, a circunstância de o rio Meia Ponte e regatos que banham a área em questão não apresentarem margens alagadas. Isto provém da impermeabilidade e da regular declividade dos terrenos. As águas fluem com boa velocidade, formando fortes correntes em vários trechos, e as secções não variam muito, sendo relativamente uniformes. Também concorre para temperar o clima a vizinhança de matas, as quais constituem um elemento precioso nas proximidades de um centro urbano, [...] pela salutar influência sobre as condições atmosféricas e pelo que podem proporcionar sob o ponto de vista paisagista e recreativo (GODOY apud MANSO, 2001, p. 78).

A peculiaridade de ter sido uma das quatro capitais projetadas do Brasil é simbolizada, historicamente, pelo seu estudo prévio, determinante para a localização de cidade, na qual a caracterização hidrográfica do rio Meio Ponte e seus afluentes apresentam, nesse contexto, certa relevância.

Dando continuidade à evolução histórica do rio, o curso d'água ainda viria a ser registrado nos planos urbanísticos com implicações contundentes para a construção da sua identidade no contexto urbano.

O primeiro plano e projeto de implantação de Goiânia nasceu do traçado clássico de Atílio Corrêa Lima (1933-1935). De acordo com Ribeiro (2004), ele articula as questões ambientais e sociais a partir de um sistema de áreas verdes cuja implantação respeitava a topografia e a paisagística no desenho dos *park-ways* adequados à região e ao clima local, cujos estudos privilegiavam a cidade em áreas sociais com o máximo de espaços livres. O resultado foi uma generosa malha verde articulada à vida urbana, com o máximo possível de espaços livres preservados (RIBEIRO, 2004).



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

O projeto de Atílio não só propõe uma nova capital, mas dá início às diretrizes para alterar a paisagem natural, inserindo-a em um contexto urbano. No tocante ao rio Meia Ponte, ele compunha o sistema de áreas verdes integrado à cultura local pela seleção de sua área no trecho da Cachoeira do Jaó. O arquiteto indicou-o como área a ser preservada, podendo futuramente constituir um grande parque aquático (RIBEIRO, 2004).

Enfim, pode-se dizer que o plano de Atílio Corrêa Lima buscou atender às diretrizes pré-definidas no Decreto 3.359, de 18 de maio de 1933, respeitando as condições da natureza local, buscando preservá-las e valorizando a cultura simples de morar do povo goiano. Mas buscou também alternativas, as mais variadas possíveis, dentro dos preceitos modernos da cidade, aliando a monumentalidade e a perspectiva do século XVIII da França absolutista – expressadas em Versalhes e reproduzidas para a escala e época do Centro-Oeste brasileiro da década de 30, tendo sua expressão máxima no centro administrativo da nova capital goiana – aos valores do urbanismo moderno do século XIX, oriundos dos estudos de cidades jardins surgidos na Inglaterra, nos quais o ambiente natural se integrava harmoniosamente ao traçado e às funções urbanas, com áreas verdes e de recreação permeando toda a malha e, ainda, circundando o espaço urbano [...] (RIBEIRO, 2004, p. 68).

Nesse sentido, a paisagem do rio em Goiânia é idealizada, primeiramente, com funções técnicas e estéticas, a partir da construção da represa e da usina por meio da

alteração do trecho do leito para a construção da lagoa. O plano de Atílio é implantado paralelamente à sua concepção desde agosto de 1933, o que, na opinião de Ribeiro (2004), garantiu a permanência da maioria das suas ideias.

Após o cumprimento do contrato inicial, Atílio abandona o projeto, sendo posteriormente complementado pelo engenheiro Armando Augusto de Godói (1936-1937). Na opinião de Ribeiro (2004), os trabalhos de Atílio e Armando apresentam pontos de convergência quanto às áreas de preservação a serem tratadas e conservadas. O fato de a cidade possuir um grande número de córregos, leitos e mananciais propiciaria a implantação de uma série de *park-ways* e, também, grandes parques em suas cabeceiras e nascentes.

Godói apresenta a planta geral de urbanização de Goiânia, demonstrando a preocupação com a preservação das áreas ao redor dos córregos e rio, onde as nascentes seriam transformadas em áreas de parques, de defesa do verde e de recreação, em harmonia com os *park-ways* ao longo dos leitos (RIBEIRO, 2004).

Nesse novo plano, o rio Meia Ponte foi definido como um dos pontos estratégicos, com função social relevante para a cidade, preservando condições indispensáveis de saneamento, saúde pública e salubridade. No mesmo local idealizado por Atílio, Godói define a área como Avenida-Parque, Represa do Jaó e Jardim Botânico.

Na área de alagamento da represa do rio Meia Ponte, numa extensão calculada de mais ou menos quatro quilômetros, fazia-se necessárias medidas imperiosas de limpeza e manutenção. Para isso, ficou projetada ao redor de toda a represa a Avenida-Parque, que, além de sua beleza proporcionada por um paisagismo bem cuidado e pela visão do lago artificial da área inundada, cumpriria a função de vigilância ininterrupta das áreas marginais e da bacia alagada.

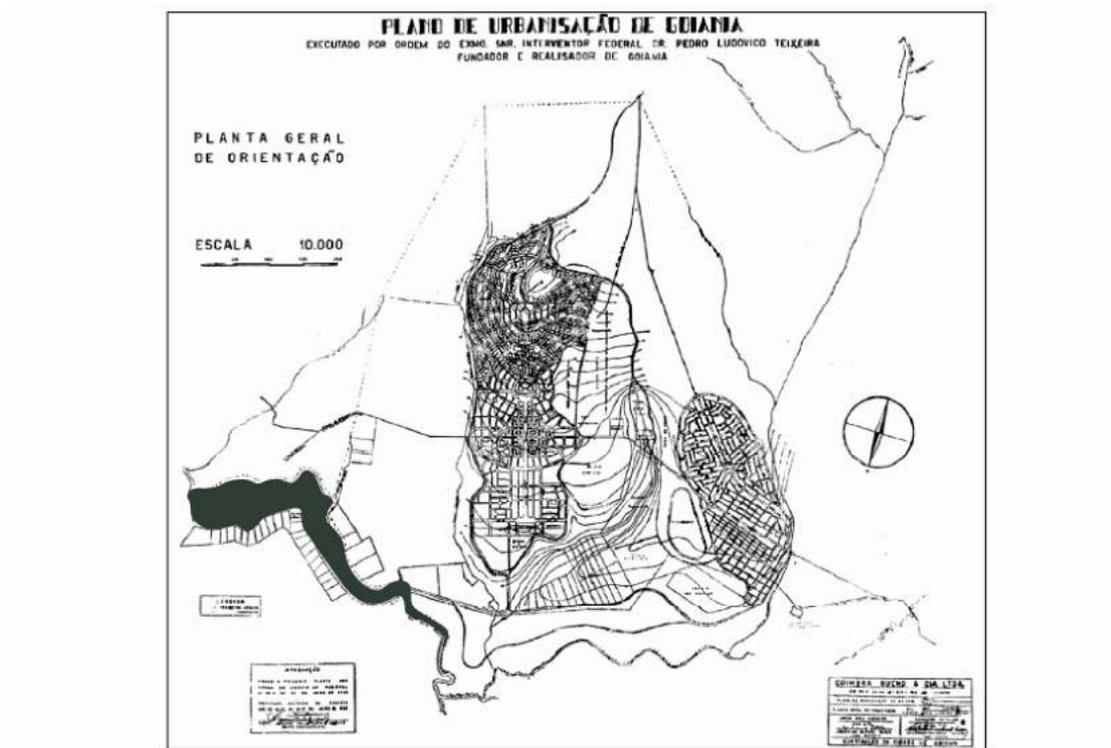
O projeto previa que, em todo o contorno da Avenida-Parque, determinado conforme perímetro calculado pelos técnicos e pela área de alagamento, as bordas seriam gramadas e ainda seriam plantadas no local espécies variadas da flora nacional, apresentando-se como um jardim botânico. As áreas marginais receberiam um loteamento cuidadosamente estudado, com a valorização da paisagem e com construções rústicas e casas de campo.

Nesse local, instalar-se-iam ainda clubes náuticos, como o Yacht Clube, o Regatas e outros, com ancoradouros, lanchas, barcos, veleiros e toda sorte de esportes aquáticos, a exemplo da Lagoa da Pampulha de Belho Horizonte. Haveria, ainda, uma grande pista e estação para hidroaviões, com rota para a

Lagoa Feia, em Formosa.

Esse conjunto de estudos e projetos de logradouros públicos, parques de diversões e turismo, nos quais a recarga ambiental, além da estética urbana, era valorizada, seria um dos maiores símbolos de beleza paisagística urbana da capital (RIBEIRO, 2004, p. 75).

Figura 08: Represa do Jaó no Plano de Urbanização de Goiânia de Armando de Godói.



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

Desde o princípio, urbanistas fazem uso do atrativo estético natural proporcionado pela água e pelas margens dos mananciais no planejamento de espaços públicos adaptados à cultura local, que, na área determinada pelo rio Meia Ponte, seria o espaço de destaque social e ambiental no contexto urbano da capital.

Os urbanistas demonstram um cuidado especial com a questão ambiental dentro do espaço urbano, sobretudo dos cursos d'água – cuidado claramente observado pela exigência na defesa das matas de galeria e na proteção das encostas dos leitos e das nascentes, num raio determinado por técnicos competentes.

Por outro lado, a proposta de integrar os espaços verdes aos espaços de recreação, uso e ocupação daria condições de proporcionar uma paisagem positiva e criar uma identidade da natureza, dos espaços verdes e, também, dos cursos d'água para a cidade, dada a complexidade e abrangência da organização e do zoneamento da cidade, através da regulamentação das construções e da prestação de serviços de limpeza, esgoto, luz e força (Ribeiro 2004).

Em 15 novembro de 1936 é realizada a inauguração da Usina do Jaó – três anos depois do lançamento da pedra fundamental de Goiânia. O represamento do rio pela construção da usina marca de maneira definitiva a ação do homem sobre as margens do rio, transformando sua paisagem natural com a formação da lagoa e inserindo-o na paisagem da cidade.

Nos dizeres de Lima (2011), o Correio Oficial, jornal do governo estadual, anunciava que a primeira-dama do estado teria a honra de dar a partida para a iluminação pública goianiense: “A Exm^a Sr^a Dn^a Gercina Borges Teixeira ligou, na grande Usina do Jaó, a chave da rede que iluminou, pela primeira vez, a cidade”. O secretário de governo, João Teixeira Álvares (irmão do interventor Pedro Ludovico Teixeira) e o político e empresário Felismino Viana também participaram da inauguração, em 15 de novembro daquele ano.

Nos dizeres de Lima (2011), a usina representou um dos principais ingredientes para o pleno desenvolvimento nos primeiros anos da capital. Com seus 180 “quilovoltsampère” (KVAs) de potência, era grandiosa para os padrões da época, mesmo porque energia era coisa rara em todo o Centro-Oeste e em grande parte do Brasil. Mesmo assim, no início poucas casas tinham o benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes (LIMA, 2011).

A usina, cujo nome deriva do trecho utilizado do manancial, cachoeira do Jaó, pássaro em extinção muito comum no local, designa ao rio outra importante função adquirida pelo seu aproveitamento.



Fonte: SENDUS.

Figura 10 – Construção da Usina do Jaó e Lagoa



Fonte: SENDUS.

Figura 11 – Construção da Usina do Jaó e Lagoa



Fonte: SENDUS.

Figura 12 - Construção da Usina do Jaó e Lagoa



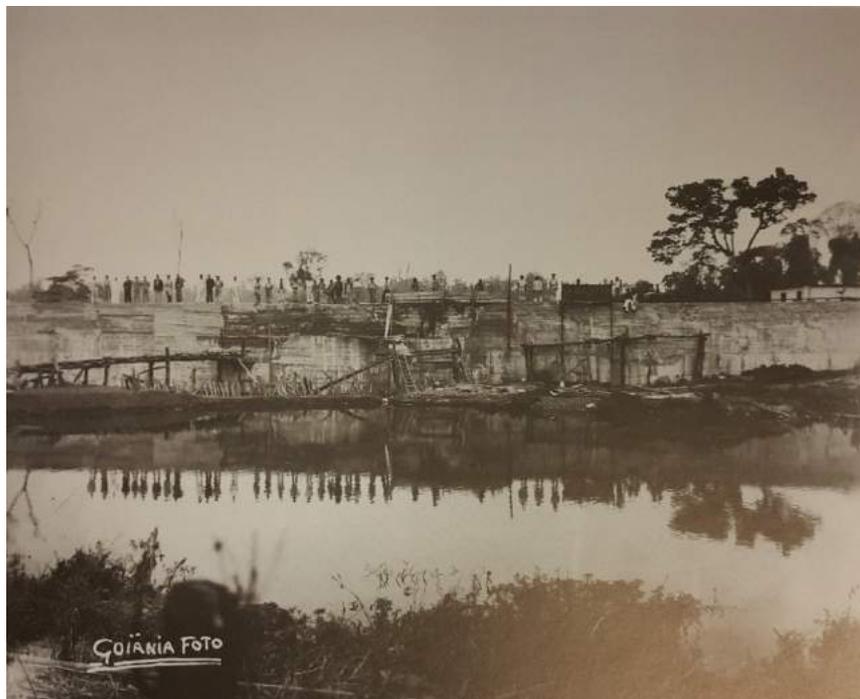
Fonte: SENDUS.

Figura 13 - Construção da Usina do Jaó



Fonte: foto de Eduardo Bilenjiam em: *Goiânia/60anos: um passeio pela história* / Eloi Calage. – Goiânia: Casa das Letras, 1993.

Figura 14 – Autoridades visitam Usina do Jaó c. 1939



Fonte: Livro *Pioneiros da fotografia em Goiânia*.

Figura 15 – Construção da Usina do Jaó



Fonte: SENDUS.

Figura 16 - Usina do Jaó



Fonte: SENDUS.

Figura 17 e 18 - Inauguração da Usina do Jaó, em 1936



Fonte: Celg.

Com o represamento, a partir da construção da usina, formou-se então um lago na extensão de quase quatro quilômetros, de grande largura (superior a 500 metros em alguns pontos), que forneceria luz e força a Goiânia. O arquiteto Jerônimo Coimbra Bueno, superintendente das obras, apresentou sugestões e medidas indispensáveis de saneamento, reflorestamento e defesa da salubridade pública (LIMA, 2011).

De acordo com Lima (2011), os responsáveis pela obra sugeriram medidas imperiosas e indispensáveis, sendo que a barragem, em hipótese alguma, deveria ser fechada sem que nas áreas marginais a serem alagadas se procedesse a uma limpeza radical, deixando-as isentas de qualquer vegetação, por pequena que fosse, a fim de dar facilidade de escoamento e evitar estagnações perniciosas ou focos de mosquitos. Em abril de 1945, a barragem e os equipamentos sofrem danos com uma grande enxurrada.

Figura 19 - Enxurrada na Usina do Jaó, em 1945



Fonte: Livro *Otton Nascimento: vida e obra*.

Embora o plano proposto tenha efetivado apenas a construção da usina e futuramente do clube, ele exerceu forte influência porque orientou as ocupações até a década de 50, com a administração pública controlando o uso e a ocupação do solo, contendo a ação dos especuladores com os parâmetros urbanísticos definidos pelos planos (RIBEIRO, 2010). Assim, pode-se dizer que os cursos d'água e o rio tiveram suas orlas protegidas pelo Estado até essa data.

2.2 A paisagem do rio no desenvolvimento da cidade

Os primeiros planos urbanísticos de Goiânia formalizaram os ideais para ordenar, dar as diretrizes e estruturar a ocupação do território de uma nova capital. Atílio e Armando tinham claramente definidas intenções quanto a salvaguardar as áreas verdes e, com elas, os cursos d'água. Por outro lado, a cidade também é regida por outras dinâmicas, motivo pelo qual os planos não abrangeram todas as ações relativas à constituição da cidade.

A formação das paisagens da capital também foi acompanhada pela realidade

de ocupações por um sistema de invasões de terrenos⁵, sobretudo das áreas dos corpos d'água. Nos dizeres de Moraes (2003), os sem-teto, nos tempos da fundação de Goiânia, ocupavam os terrenos à margem direita do córrego Botafogo, lado oposto do traçado urbano em processo de construção.

De acordo com Gonçalves (2002), a rapidez da construção da nova capital trouxe um problema social constante, uma vez que exigiu um número expressivo de mão de obra, na época caracterizada por operários e técnicos sem especialização para a construção civil, dada a expressividade da pobreza do Estado no contexto brasileiro:

Goiânia marcou uma nova etapa na expansão do capitalismo em Goiás, na qual a forma inicial de acumulação foi através da indústria da construção civil, subsidiada de certa forma pelo Estado intervencionista de Pedro Ludovico e pela exploração da mão de obra dos primeiros operários. No parcelamento do solo urbano, parte da população ficou do outro lado da margem, como no assentamento dos primeiros alojamentos para operários, de outro lado da margem do Botafogo. Construíram uma cidade marginal, que se constituiu nos assentamentos espontâneos nas áreas que pertenciam ao Estado e que foram invadidas (GONÇALVES, 2002, p. 92).

A região da represa do rio Meia Ponte, em vista de sua localização ainda afastada da cidade e das rigorosas recomendações, por parte dos engenheiros, de ocupação da área do seu entorno, pode ter dificultado a sua invasão, visto que as áreas públicas eram as regiões disponíveis. Segundo Daher (2003), em 1945, o Estado era o único proprietário de terras na nova capital, uma vez que os loteamentos particulares eram proibidos.

Ribeiro (2010) destaca a década de 50 como o início efetivo das ocupações das áreas verdes e dos fundos de vale da capital. Nesse período, o Estado cede à pressão de especuladores imobiliários, liberando os parcelamentos para particulares e a obrigatoriedade de se fazer a implantação com infraestrutura mínima, o que resultou

⁵ Sistema de invasão de terrenos ou sistema de ocupação de vazios urbanos. De acordo com Moraes (2003), seria a solução encontrada para quem buscava trabalho e melhores condições de vida nas novas capitais, dentre elas Goiânia. A invasão seria o *locus* urbano dessa população. Segundo a autora, a história das invasões faz parte de como se formou e se produziu a cidade planejada do século XX no Brasil, caracterizada pela formação de uma cidade formal e de uma cidade informal, através da produção das desigualdades socioespaciais proporcionadas pelos gestores do urbanismo moderno. (MORAES, 2006, p. 196-197).

em uma situação caótica.

O momento político representou uma fase de transição em Goiás, quando o fim da Segunda Guerra Mundial, em meados de 1945, implicou na queda do grupo político de Pedro Ludovico e a eleição para governador do engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1951), cuja família era uma das maiores proprietárias de terras em Goiás. Aliado a outros proprietários, Jerônimo Coimbra Bueno utilizou o poder de forma a legalizar os interesses de sua classe (RIBEIRO, 2004).

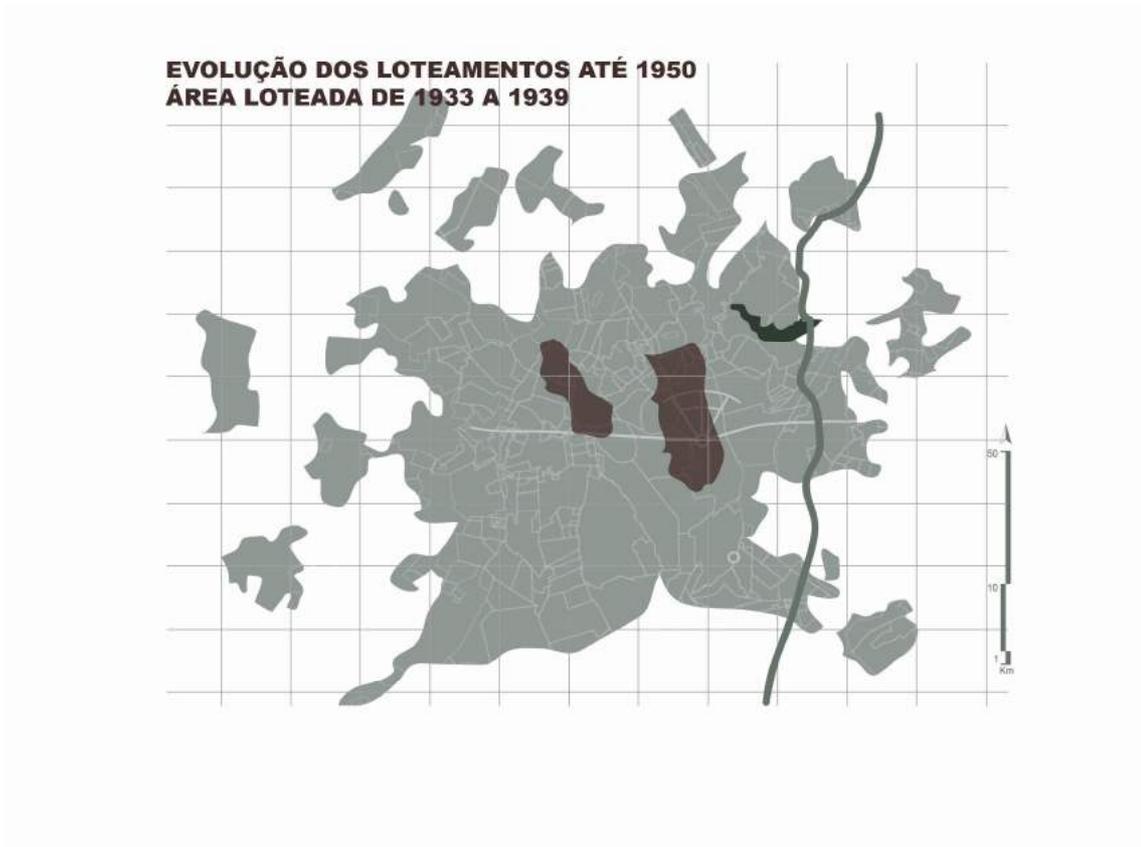
De acordo com Ribeiro (2004), até 1947, o parcelamento urbano era prerrogativa exclusiva do poder público, devido à prevalência do plano urbanístico de Atílio Corrêa Lima, através da Lei Municipal nº 574 e do Código de Edificações de Goiânia. Essa legislação urbana compreendia a Lei de Zoneamento, a Lei de Loteamentos e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, cuja determinação para aprovação de novos loteamentos particulares exigia uma série de obrigações, conforme os artigos 5 e 6.

Os artigos impunham, às expensas do loteador, toda a implantação da infraestrutura básica (arruamento, água e esgoto, energia elétrica e calçamento das vias principais), o que desestimulava a especulação imobiliária. Em 16 de março 1950, o poder público suprimiu os artigos, através da Lei Municipal nº 176 e do Decreto-lei Municipal nº 16, como resposta às pressões (RIBEIRO, 2004).

[...] Entre a cidade planejada pelos urbanistas de renome dos anos 30 e a ausência de um novo plano diretor nos anos 50, a cidade viu surgir uma verdadeira “colcha de retalhos” de novos loteamentos, onde a qualidade individual de um ou de outro não conseguiu melhorar o resultado final de desordem e caos (GONÇALVES, 2003, p. 114).

A partir daquele momento, o empreendedor tinha por obrigação apenas a locação e a abertura de vias, sem qualquer regulamentação às condições morfológicas ou ambientais do terreno. De acordo com Ribeiro (2010), as áreas centrais são absorvidas por particulares, os loteamentos proliferam descontroladamente e a população desprovida acabou expulsa e forçada, de certa forma, a ocupar as áreas públicas verdes, os parques e, principalmente, os fundos de vale.

Figura 20: Represa do Jaó na evolução dos loteamentos aprovados em Goiânia, de 1933 a 1939, baseado em Ribeiro (2004)



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

Nos dizeres de Ribeiro (2010), a combinação de loteamentos, que dispõe do suporte físico sem nenhuma consideração de sua capacidade biofísica, somada ao processo de ocupação irregular, resultou no extermínio de várias áreas públicas relativas, principalmente, às áreas verdes e aos fundos de vale, alterando o perfil físico e ambiental da cidade.

Figura 21: Represa do Jaó na evolução dos loteamentos aprovados em Goiânia, até 1951, baseado em Ribeiro (2004)

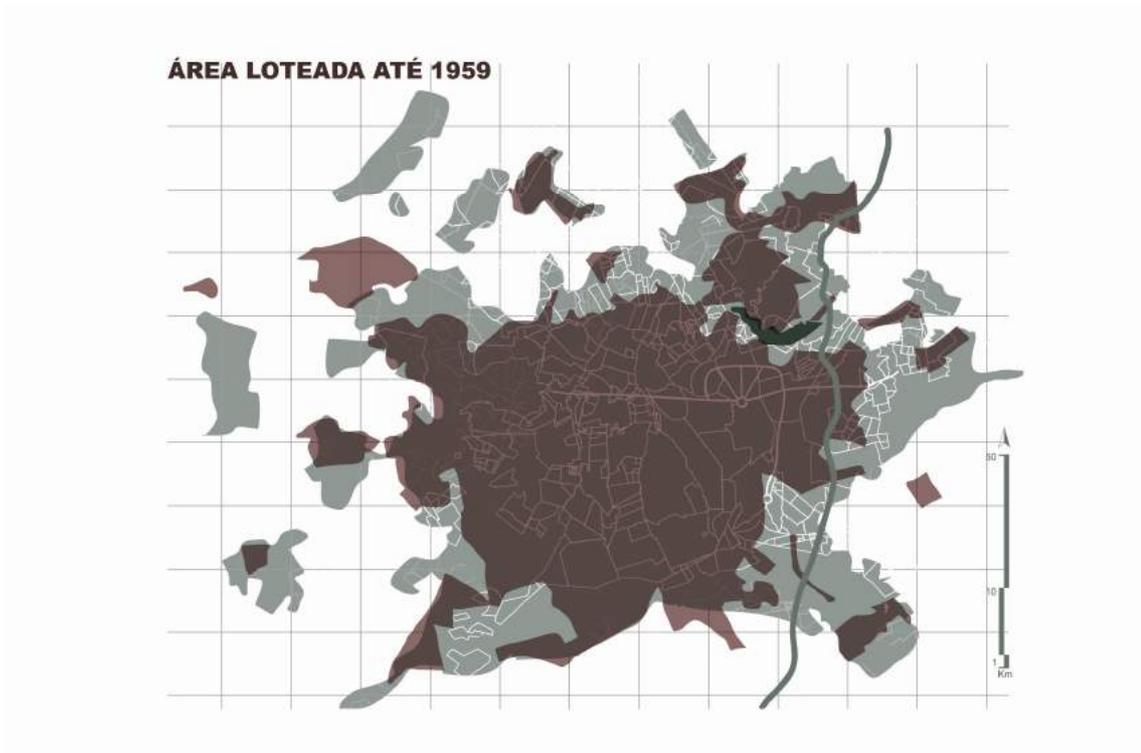


Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

O caráter preservacionista dos planos anteriores é perdido e, no que diz respeito aos cursos d'água, suas orlas têm suas funções e representações alteradas, acompanhando o processo de ocupação por loteamentos particulares aprovados pelo Estado, como também por invasões das áreas públicas de fundos de vale por uma população carente. Na conclusão de Ribeiro (2010), entre 1950 e 1964, foram aprovados 183 loteamentos sem nenhum critério técnico, criando uma deficiência de áreas verdes.

[...] Os lotes tinham muitas vezes seus limites no talvegue, situação agravada pela falta de articulação entre loteamentos, gerando uma ocupação rarefeita com grandes vazios urbanos e infraestrutura em descontinuidade, construções feitas de forma desordenada e sem restrições de uso, fosse ele residencial, comercial ou industrial (RIBEIRO, 2004, p. 65).

Figura 22: Represa do Jaó na evolução dos loteamentos aprovados em Goiânia, até 1959, baseado em Ribeiro (2004)



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

Outro fator que concorreu para a transformação da paisagem do rio foi a inauguração da Estação Ferroviária, em 11 de novembro de 1952, acompanhando um processo de construção desse modelo de transporte no Estado, totalizando 46, no período de 1912 até 1952 (COELHO, 2002). A margem direita do rio Meia Ponte é escolhida para instalação do percurso a uma distância do curso d'água, principalmente no trecho da represa do Jaó, cortando as ocupações já instaladas e provocando o nascimento de outras, por parte dos operários que trabalharam em sua instalação.

A década de 50 foi o período em que as margens do rio Meia Ponte tiveram a maior parte de seus loteamentos particulares aprovados, constituindo o processo de ocupação do seu entorno, caracterizado, também, pelas invasões das áreas públicas do entorno da represa. A desconfiguração das áreas verdes é acompanhada pela ausência de infraestrutura básica, bem como de espaços recreativos. A área reservada anteriormente para o parque da represa do Jaó entra no contexto do sistema de invasões (MORAES, 2006) e inicia a processo de formação de paisagem residual (FERRARA, 2000).

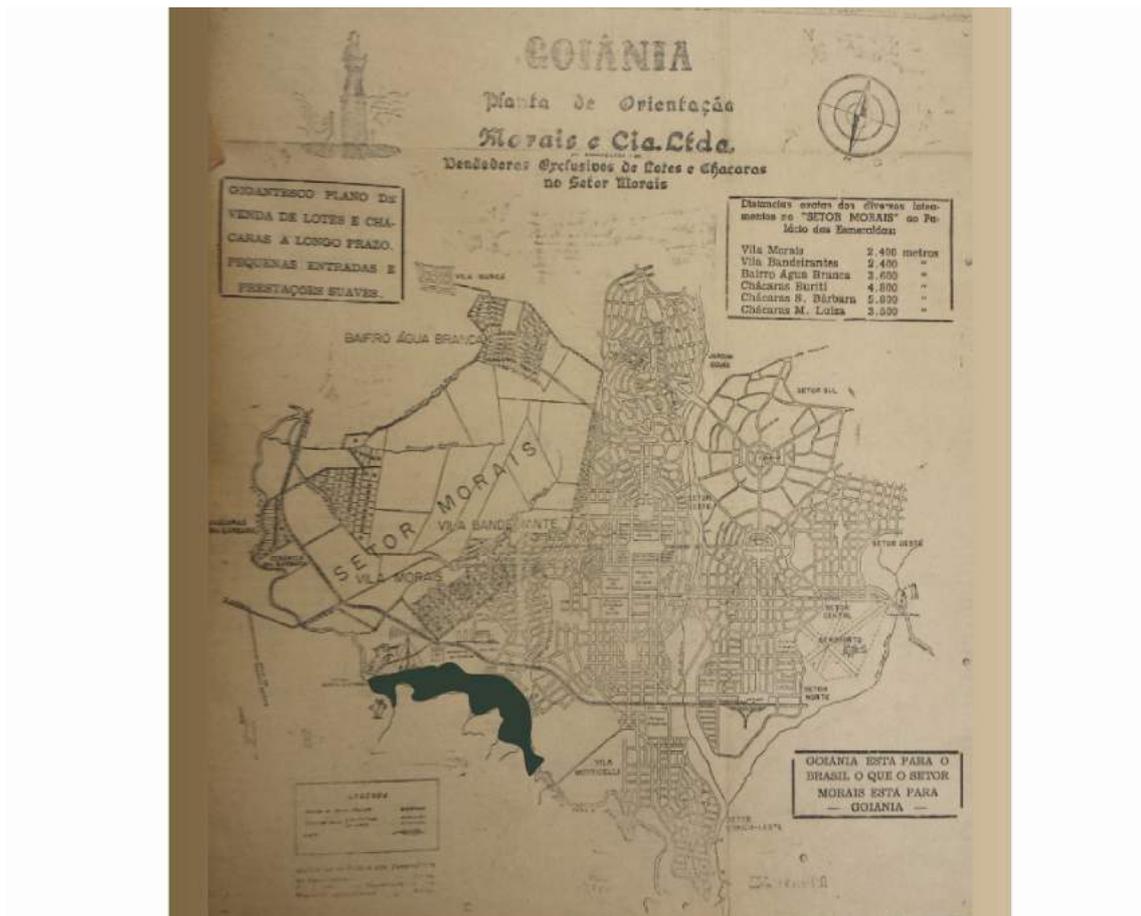
Gonçalves (2002) chama a atenção para o desconhecido estudo do Plano Diretor do topógrafo alemão Ewald Janssen. O plano criticava a falta de ligação entre as áreas residenciais com os “centros de trabalho” e a localização inadequada das indústrias, do ponto de vista ambiental. O urbanista recomendava a utilização das áreas próximas à represa do rio Meia Ponte para o projeto de um bairro-jardim, a exemplo da Pampulha, em Belo Horizonte.

Com relação às margens dos cursos d’água, Janssen, segundo Gonçalves (2002), faz uma leitura equivocada da proposta original de Atílio, sugerindo a canalização dos leitos com a construção de “ruas decorativas” e faixas verdes. O plano de Janssen não foi efetivado depois que ele o entregou ao DVOP, em abril de 1954, mas continua atuando em Goiânia, o que poderia comprovar a semelhança de loteamentos com os estudos para o Plano Direto.

Nos desenhos que ele fez para o Plano Diretor, é possível perceber sua preocupação com as questões ambientais. Para a determinação mais adequada das cidades satélites industriais, Janssen estudou detidamente as condições dos ventos dominantes, a topografia e as condições climáticas. Chegou à conclusão de que uma das melhores regiões para situar as indústrias seria ao longo da ferrovia e às margens do Rio Meia Ponte [...] (GONÇALVES, 2002, p. 156-157).

De acordo com Gonçalves (2002), em 6 de junho de 1950 é aprovado o loteamento Vila Moraes. O empreendimento, de posse de Andrelino de Moraes, era composto por diversos setores localizados entre os córregos Palmito e Água Branca, o rio Meia Ponte e as terras de Lourival Louza. Na área do rio, são implantados os setores Jardim Novo Mundo, Parque Industrial e Vila Moraes, estes dois últimos às margens do rio Meia Ponte, na região do Parque Represa do Jaó.

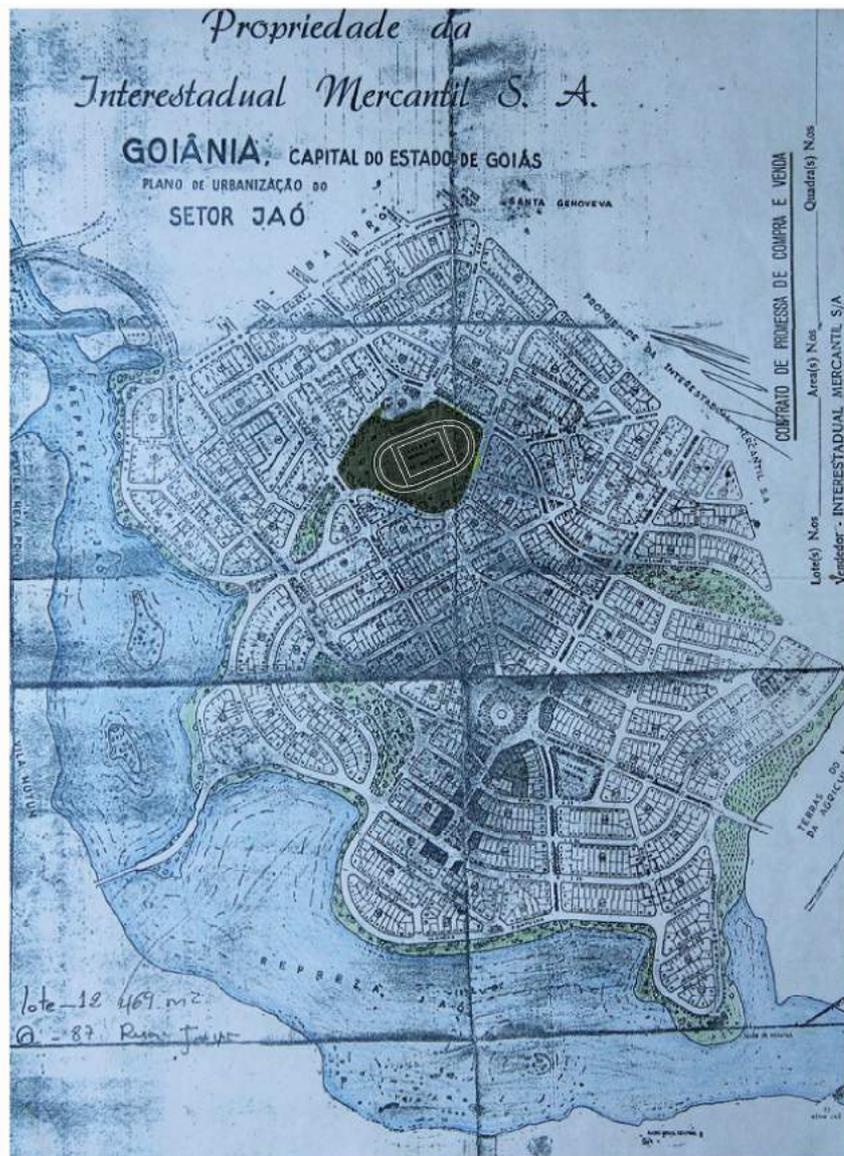
Figura 23: Represa do Jaó no mapa de orientação de vendas de lotes do Setor Moraes, baseado no jornal “O Popular” (1951)



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

Na margem esquerda, é aprovado o Setor Jaó, pelo Decreto Lei nº 97, de 09 de março de 1952. Em análise do mapa de aprovação do loteamento do Setor Jaó, são identificados, ainda, embora não detalhadamente, os setores Vila Meia Ponte, Vila Mutum e Coronel Cosme, na margem direita. Posteriormente, o Setor Meia Ponte e o Setor Negrão de Lima passam a constituir um único bairro, denominado Setor Negrão de Lima, em 08 de janeiro de 1987.

Figura 24: Represa do Jaó no mapa de aprovação de implantação do Setor Jaó, baseado no Jornal "Opção" (2013)



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

O Setor Vila Viana é aprovado pelo Decreto Lei nº 38, de 25 de outubro de 1954, e nasce da ocupação da margem direita da estrada de ferro. Localizado ao lado do Setor Negrão de Lima, é caracterizado pela ausência de infraestrutura, sendo denominado “Favela do Trilho”, com predominância de ocupações irregulares.

Na década de 60, ao lado da Vila Moraes, é aprovado o loteamento Bairro Feliz – Decreto Lei nº 251, de 08 de agosto de 1967. A construção do bairro iniciou-se a partir da criação da Cooperativa Habitacional dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás, formada por pessoas antigas da região, que pretendiam fundar um conjunto residencial (JORNAL O POPULAR, 1994).

Nesse mesmo período, é lançada a pedra fundamental do Clube de Regatas Jaó, um dos resquícios dos planos originais de Atílio Corrêa Lima, por intermédio de Ubiratan Berrocan Leite e sua esposa Stella Berrocan, idealizadores e financiadores do empreendimento. O clube oferecia, além das atividades de um clube social aquático, a prática de esportes náuticos, como barco, esqui, lancha e remo, proporcionados pelo represamento do rio Meia Ponte (Figura 25).

Figura 25: Fotocópia de propaganda do Clube de Regatas Jaó, de 1962



Fonte: Jornal O popular, 1962.

Figuras 26 e 27: Imagem aérea da represa do Jaó na época do Clube Jaó



Fonte: Clube Jaó.

Figura 28: Imagem aérea da represa do Jaó



Fonte: SENDUS.

Na década de 70, com a desativação da Usina do Jaó e a sua implosão, o clube deixa de oferecer as atividades e passa a se chamar Clube Jaó (LIMA, 2011).

[...] Existem duas versões sobre a explosão da represa, uma de que a própria população – moradores do local – dinamitaram a barragem e outra que foi o governo. A segunda versão é contada por Ubirajara Berocan Leite Filho, que explica que na época a represa estava muito poluída, causando transtornos aos moradores das imediações por causa das inundações. Ele conta que foi o governo que explodiu a barragem, pois a cidade corria o risco de ficar sem água devido ao alto índice de poluição [...] (JORNAL FOLHA DE GOIAZ, Set-Out 1994, p. 19).

A implosão da represa, ao que tudo indica, possibilitou o surgimento do loteamento Rasmussem, uma vez que este aparece em alguns mapas, mas não foram encontrados registros da identificação atual. A desativação da Estação Ferroviária, decorridas três décadas de sua inauguração, em 1980, também deixou rastro de ocupações ao longo de seu percurso na área.

Com a desativação da represa a área foi sendo ocupada inicialmente por pessoas carentes, mas hoje, além de casinhas e casebres, o local está repleto de mansões. De acordo com o Núcleo de Cartografia do Iplan – Instituto de Planejamento do Município, a área continua sob o domínio público e as ocupações se constituem em invasões [...] (JORNAL FOLHA DE GOIAZ, Set-Out 1994, p. 19).

Em 1980, houve uma campanha para remover os trilhos e o prédio da Estação Ferroviária do centro de Goiânia, com o argumento de que seriam incompatíveis com o modelo arquitetônico que se instalava nas modernas capitais do mundo. Contudo, esse argumento foi duramente contestado e deixado de lado.

Um estudo do Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia – IPLAN, solicitado pelo então prefeito, Nion Albernaz, sobre a Reserva Ecológica na área da antiga Represa do Jaó relatou a presença de invasões esparsas, a maioria formada por populações de baixa renda, mas também de invasões “milionárias”. As invasões são pequenas, se comparadas com o tamanho da área da represa. Entre os usos das

[...] No término do milênio, passados 50 anos do início desse modelo de urbanização, dados da Secretaria do Planejamento indicavam que 35% da população haviam migrado para as regiões periféricas [...].

Dessas ocupações, a mais grave e perniciosa iniciou-se na década de 1980, junto ao leito do rio Meia Ponte, na cabeceira de captação da água para o abastecimento de Goiânia, à época zona rural. Promovida pelo Governo do Estado de forma ilegal e sem nenhuma infraestrutura, foi composta inicialmente pelas vilas Finsocial e Mutirão, Jardim Curitiba e Bairro Vitória, conta hoje, porém, com 33 loteamentos irregulares. Sua ocupação é superior a 150.000 habitantes, com expressiva maioria em situação de miséria econômica, social e ambiental, sem um quadro alentador quanto à sua regularização (RIBEIRO, 2010, p. 68).

O rio Meia Ponte, nesse contexto, embora se posicione atualmente dentro do espaço urbano, apresenta ainda hoje características periféricas. Seu espaço sofreu seriamente por uma urbanização cujos inúmeros desdobramentos se destacam à segregação populacional e sua conseqüente marginalização e à consolidação do processo de deterioração ambiental das áreas de fundo de vale, que foram, inicialmente, planejadas como alternativa de lazer para a população (RIBEIRO, 2010).

2.3 Outras paisagens do rio

Os documentos oficiais, bibliografias, fotografias, mapas e jornais consultados auxiliaram na percepção dos desdobramentos dos usos e ocupações das margens do rio, na área da antiga represa, na percepção das paisagens. Por outro lado, a percepção das paisagens também pode ser interpretada pelas imagens fotográficas, sobretudo as imagens fotojornalísticas, registrando o ponto de vista particular dos jornalistas sobre a área de estudo.

Na década de 50, o destaque dado ao rio é o de [...] passeio domingueiro que a classe média de Goiânia costuma fazer ao rio Meia Ponte, onde, além das diversões próprias de um piquenique, goza principalmente do banho no mencionado rio (JORNAL FOLHA DE GOIÁS, 1959). Porém, o trecho mencionado do rio é o do

município de Bela Vista, a distâncias do lugar idealizado por Attílio Corrêa Lima como área de lazer da cidade (JORNAL FOLHA DE GOIÁS, 1959).

As dinâmicas naturais do rio e as dinâmicas urbanas sobre a área do seu entorno estão presentes e entram em conflito, podendo ser percebidas nas paisagens descritas e fotografadas. Na margem direita, o Jornal Diário da Manhã, em 1982, registra, no dia 16 de dezembro do mesmo ano, a violência de uma enchente que invadiu casas no Bairro Feliz e na Vila Santa Izabel.

Na margem esquerda, o Setor Jaó é o responsável pela formação da paisagem do manancial nesse local.

Para os moradores do Setor Jaó, ali só tem brejos e muita sujeira, sendo que uma parte da Avenida Venerando de Freitas foi tomada por monturos de areia e cascalho provenientes de lotes baldios, pois são transportados pelas chuvas para o meio da pista. As áreas que seriam praças estão cobertas de mato e água estagnada, assemelhando-se realmente com os brejos da beira rio (JORNAL FOLHA DE GOIAS, 1982).

Nota-se a ausência de infraestrutura, em contraste com a ação do homem sobre o domínio do meio, como a construção da linha férrea. Nessas áreas, conforme descrito nos item 2.2, a predominância de invasões são retratadas com casebres ao longo do rio e nas margens do percurso dos trilhos, a exemplo dos setores Vila Mutum e Vila Coronel José Cosme, em 1987 Figura 30,31 e 34:

Situada nas proximidades do rio Meia Ponte, num terreno baixo e úmido, a Vila Mutum faz divisa com o Setor Negrão de Lima e a Vila Viana. As suas carências abarcam praticamente todas as áreas, que vão desde a inexistência de equipamentos comunitários até a falta total de infraestrutura, pavimentação, rede d'água e esgoto sanitário (Jornal Diário da Manhã, 1987, p. 11).

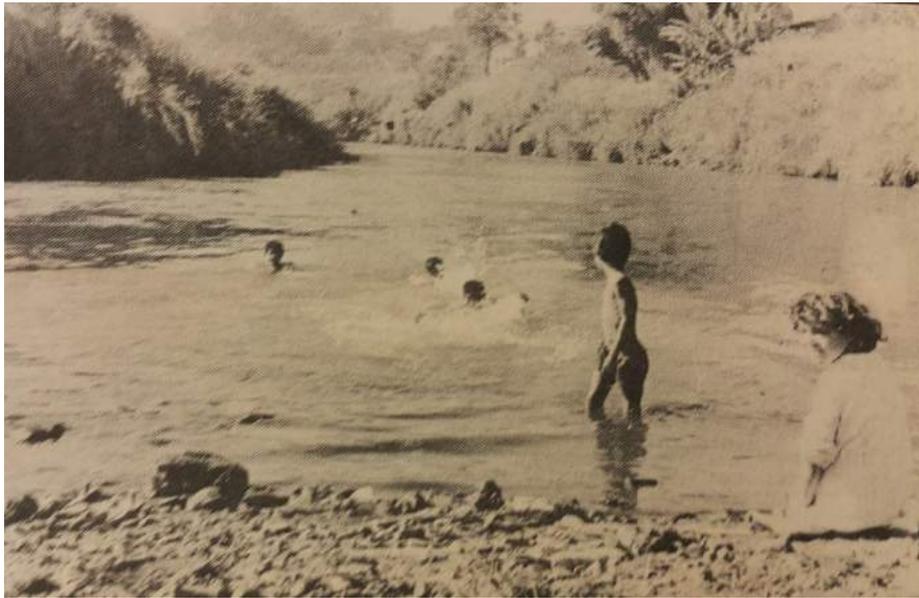
Figura 30 e 31: Vila Mutum, em 1987



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1987.

[...] A Vila Coronel Cosme está situada nos fundos do Bairro Feliz e faz divisa ainda com a Vila Viana e a Vila Nova [...]. Próximo ao centro, a Vila nem por isso foi contemplada com benefícios públicos. Os moradores costumam afirmar que “falta de tudo”. De fato, a Vila não conta com pavimentação asfáltica, escola, redes de água e esgoto, creche e posto de saúde (Jornal Diário da Manhã, 1987, p. 16).

Figura 32: Vila Coronel Cosme, em 1987, com o título “A água suja do Meia Ponte está sendo usada para lavar roupa”



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1987.

Figura 33: Vila Coronel Cosme, em 1987, com o título “A água suja do Meia Ponte está sendo usada para lavar roupa”



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1987.

Figura 34: Vila Coronel Cosme, às margens da antiga linha do trem.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1987.

O rio não passa despercebido pelos usuários da Vila Coronel Cosme aos usos recreativos, demonstrando que havia outras formas de se relacionar com o manancial Figuras 32 e 33. Essas podem ser as únicas representações registradas no período, o que não significa que o rio não fosse utilizado pelos demais moradores dos outros setores.

A margem direita é marcada pelo contraste dos loteamentos particulares e das invasões. O jornal “O Popular”, de 1994, destaca:

[...] Ao lado de luxuosas mansões construídas na Vila Osvaldo Rosa, Vila Santa Tereza Leste, Jardim Moema e Vila Santa Izabel, aparecem as favelas da Vila Bandeirantes [...] Vila Coronel Cosme, Vila Romana e Vila Yate, onde os benefícios públicos e o progresso são apenas uma pálida esperança dos moradores (JORNAL O POPULAR, 1994).

O jornal “Diário da Manhã”, em 1994, com a reportagem “Jaó, a área em que o lazer virou problema”, destaca a preocupação com a ocupação em detrimento do lazer, ressaltando o “imenso verde” cortado pelo rio:

[...] A desativação da usina e a falta de projetos específicos fizeram com que a área ficasse entregue ao abandono e à ação de grileiros. Hoje, onde deveria haver equipamentos de ginástica, pistas de *cooper*, entre outros aparatos característicos de um parque, existem apenas chácaras e casas construídas, perdidas num verde imenso, cortado pelo rio Meia Ponte. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1994, 4B).

O Setor Vila Moraes, primeiro loteamento na margem direita do manancial, na região do lago, com sua aprovação datada de 28 de julho de 1950, foi assim descrito pelo jornal: “[...] A água tratada só foi inaugurada em 82 e o asfalto somente em 85 [...]” (JORNAL O POPULAR, 1995). Tais condições ficam mais evidentes com o decorrer do tempo.

Figura 35: As margens do rio Meia Ponte, em Goiânia



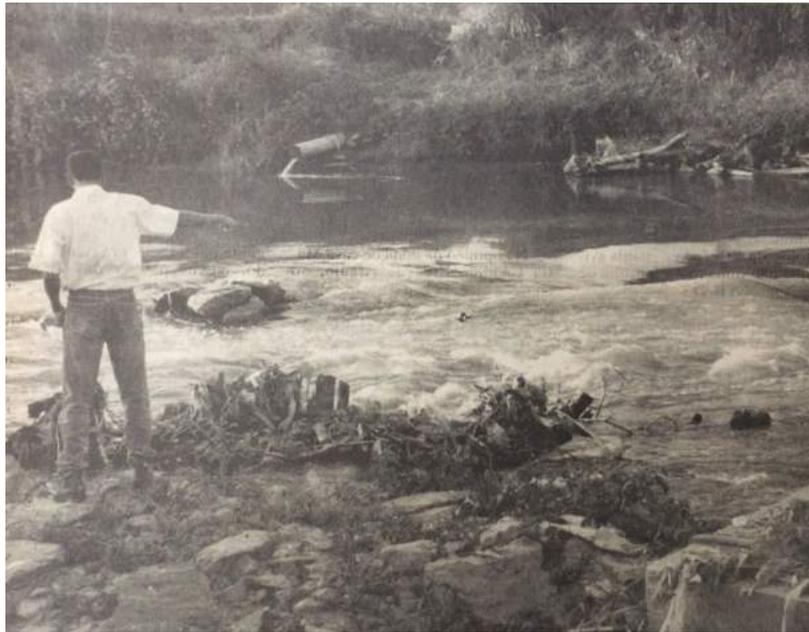
Fonte: Jornal “O Popular”, 1997.

Apesar de a imagem mais representativa do Rio Meia Ponte ser a de um curso d’água fétido e imundo, antes de chegar a Goiânia ainda conserva um pouco da sua formação natural e serve de moradia para razoável diversidade de aves, mamíferos e peixes (Jornal O Popular, 1997, p. 4B).

Outro destaque é dado, também pelo jornal, à qualidade da água, a exemplo do grau de contaminação: “[...] O grau de poluição é tamanho que os técnicos

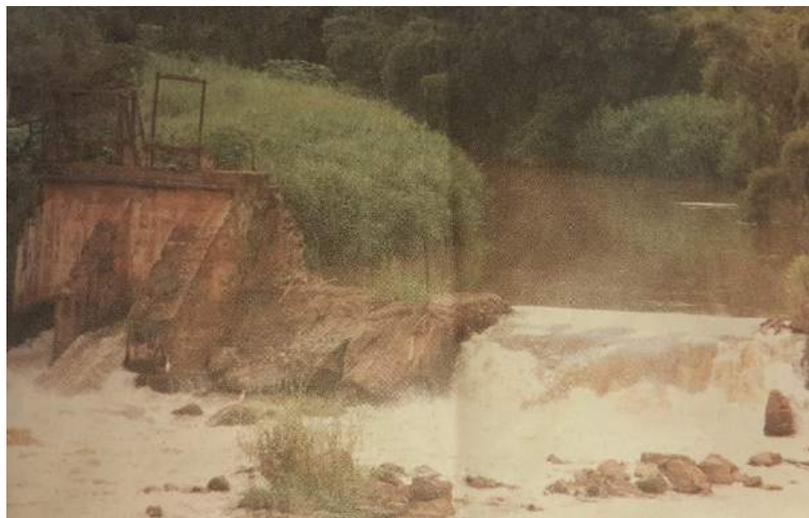
desaconselham o uso da água para qualquer finalidade” (JORNAL O POPULAR, 2000).

Figura 36: Rio Meia Ponte, em Goiânia.



Fonte: Jornal “O Popular”, 1996.

Figura 37: Ruínas da Represa do Jaó.



Fonte: Jornal “O popular”, 1999.

Às águas do rio aos poucos vão se juntando resíduos despejados por indústrias, restos de agrotóxicos usados nas lavouras e lixo, muito lixo, que inclui desde o esgoto sanitário lançado pelas prefeituras até plásticos, latas, pneus e outros detritos jogados pelos mesmos ribeirinhos que dependem do Meia Ponte. As agressões não param por aí. A derrubada de matas ciliares, que colabora para o surgimento das erosões e o agravamento do processo de assoreamento do rio, e o uso indiscriminado da água na irrigação de lavouras são apenas dois outros problemas que ameaçam a fonte (Jornal “O Popular”, 1999, p. 2B).

Figura 38: Setor Negrão de Lima, próximo à margem do rio Meia Ponte



Fonte: Livro “A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas”, 2003.

Figura 39: Setor Negrão de Lima, na linha do trem



Fonte: Livro “A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas”, 2003.

As imagens oferecidas ao goianiense são as de um espaço cujas transformações

acompanham o desenvolvimento das invasões ao longo da linha férrea que delimita o espaço entre o rio e a cidade, na margem direita. O outro lado, embora conviva com uma evolução menor dessa prática, também é marcado pela ausência de infraestrutura de serviços urbanos básicos. A percepção estética da paisagem e da água é continuamente alterada pelo esgotamento sem tratamento, lançado por toda a cidade, em vista da posição geográfica do manancial.

Nesse sentido, a construção da representação desse trecho ao longo do rio também é alimentada por impressões negativas, principalmente no tocante à qualidade da água, sugerindo o aspecto de esgoto a céu aberto, cercado por invasões.

2.4 Outros planos: paisagem de degradação

De acordo com Ribeiro (2010), durante a década de 50, o governo manteve o crescimento da cidade controlado e dentro dos parâmetros urbanísticos definidos nos projetos originais. Posteriormente, contudo, cede à pressão de especuladores imobiliários, liberando os parcelamentos para particulares e isentando estes da obrigatoriedade de fazer a implantação de infraestrutura mínima compatível com a vida cidadina, resultando em uma situação caótica.

Nesse cenário, é convidado o urbanista Luís Saia pelo então governador, José Feliciano, para realizar um novo plano. De acordo com Ribeiro (2004, 2010), a equipe do urbanista fez uma radiografia dos problemas da cidade, que abrangiam desde equívocos da proposta inicial até os provocados pelo crescimento descontrolado. Para a autora, o plano encerra o ciclo de projetos elaborados no formato de diagnóstico, planejamento comunitário e desenho urbano, sendo inviabilizado em vista do momento político nacional e taxado de comunista.

De acordo com Ribeiro (2010), o paulista identificou uma cidade com crescimento desordenado, permeado por grandes vazios urbanos, em infraestrutura suficiente e com ruas e praças assumindo apenas a função de deslocamento, sendo as

áreas de matas destituídas e os fundos de vale loteados como chácaras.

De fato, o plano de Luís Saia (1960-1962) baseou-se sistematicamente sobre os recursos hídricos. A começar pelo projeto, que dividia a cidade em seis partes, com vistas a facilitar os levantamentos por áreas afins e evidenciar os diagnósticos da cidade. Essas áreas – Central, Campinas, Dergo, Macambira, Leste Universitário e Meia Ponte – foram delimitadas pelos fundos de vale dos leitos dos córregos e rios que cortam Goiânia, pois estes constituíam, juntamente com a especificação e a delimitação de áreas centrais, comerciais e industriais, a “linha dorsal” de todo o plano.

A partir daí, definiu-se a metodologia de trabalho através da conceituação de fatores, dentre eles o “fator barreira”, cuja manifestação mais visível se verificava nos córregos, potencializado pelas condições dos mananciais, que “[...] se encontravam bastante dilacerados, invadidos e altamente deteriorados em razão da especulação desenfreada da última década” (RIBEIRO, 2004).

Para o urbanista, era evidente a forma de implantação dos loteamentos surgidos após os planos iniciais, pois não observavam as áreas de reserva destinadas ao setor público nem as áreas verdes, verificando apenas os limites de preservação dos fundos de vale, que, ainda assim, eram loteados como chácaras. O levantamento e a caracterização real da cidade na época indicavam, ainda, um déficit muito grande de áreas verdes, em relação ao sistema de parque e jardins, que se resumiam às matas do Araguaia, Buritis, Horto, Veredas e aos canteiros e praças da cidade (RIBEIRO, 2004).

Nesse sentido, Saia propõe a implantação de avenidas expressas de fundos de vale ao longo de todos os leitos, após uma área de proteção, para regularizar os cursos d’água, na tentativa de solucionar tanto o problema da preservação e conservação dos leitos como o problema viário e de escoamento. Definia a apropriação e utilização pela população, visando um rendimento maior para a cidade, pois propunha, para os futuros loteamentos, índices mais generosos de áreas públicas e verdes, que garantiriam a recuperação em médio e em longo prazo do que fora perdido (RIBEIRO, 2004).

Assim, o plano recuperava, em parte, a proposta original dos *park-ways* de Atílio Corrêa, em que as passagens seriam feitas por viadutos a cada 500 ou 1000

metros, o que fazia desaparecer o fator barreira. Nesse cenário, o rio Meia Ponte, no percurso em que percorre a cidade no período, seria considerado um “ponto focal – parque urbano ou municipal”, juntamente com o Horto.

O ponto focal – parques, definido por Saia como relevância para a vida e o funcionamento da cidade, foi escalonado e tratado de acordo com sua localização, tamanho da gleba e recursos naturais existentes, o que, em conjunto, resultaria na caracterização de seu raio de influência, se vicinal, se no bairro, se urbano, na cidade, ou regional (RIBEIRO, 2004, p. 81).

No entendimento de Ribeiro (2004), a proposta dos “pontos focais” era um complemento fundamental do plano. Na visão da autora, eles representavam grandes unidades urbanas de interesse municipal e/ou regional, com o objetivo de reunir um público variado em gênero e número. Sua localização estratégica garantiria a acessibilidade e a visibilidade, ao mesmo tempo em que respeitaria a legislação do uso do solo e a rede viária.

Para Ribeiro (2004), os parques urbanos, juntamente com os parques regionais, seria o conjunto do que a autora denomina sistema de parques, onde “[...] esses focos comporiam a malha de forma harmônica, trabalhando complementarmente e equilibrando o meio ambiente à vida urbana.” (RIBEIRO, 2004, p. 81).

O parque do Jaó, trecho do rio Meia Ponte, seria o grande parque da cidade, uma vez que abrangia a represa do Jaó, que teve tratamento especial já no projeto original, com a formação de uma área de inundação muito grande. Como a reserva das áreas marginais tornava-se extremamente onerosa para o Estado, Saia propôs duas soluções diferenciadas para cada uma das suas margens. Na margem sul, seria criada uma exposição que contaria a história de Goiás, fonte de recursos para a manutenção do parque; na margem norte, seriam instalados clubes.

Saia destacava o estudo de soluções múltiplas de parques, centros comerciais e instalações especiais de forma a viabilizar os parques urbanos nas reservas de fundo de vales, o que poderia ter sua área percentual elevada em 20% a 30%, ou ainda mais, da área de gleba, concorrendo para o equilíbrio da composição urbana.

No que diz respeito ao tratamento de esgoto, seria instalada mais uma estação de captação e tratamento de água potável no rio Meia Ponte, complementando o Ribeirão João Leite com a implantação de uma rede de esgoto, acolhida por gravidade em tubulações nos fundos de vale que desaguariam em uma nova estação de tratamento a jusante da represa do Jaó.

O rio Meia Ponte, nesse aspecto, voltaria a ter um tratamento especial em relação ao uso de suas orlas aquáticas, especialmente no local onde tocava a cidade, devido ao processo de expansão. De acordo com Ribeiro (2004), embora arrojado, o plano de Saia, em sua proposta de compartimentação, sistema viário, redes de abastecimento de água e tratamento de esgoto, avançaria muito em termos de planejamento, se aplicado apenas em alguns pontos que não o efetivam.

Com o início do período militar e da ditadura, compreendendo a Recessão (1964-1967), seguida do Milagre Econômico de (1967 -1972), surgiu um novo plano, de Jorge Wilhelm 1969 a 1971 (RIBEIRO, 2004). Esse plano baseava-se em uma nova filosófica, definida por Luiz César de Queiroz Silveira e Adauto Lúcio Cardoso como técnico-burocrático desenvolvimentista⁶ (RIBEIRO, 2010).

Assim como Saia, Wilhelm faz um apanhado histórico, mas desta vez compreendendo os trinta anos de Goiânia e sem críticas aos planos anteriores, onde identifica a predominância da especulação imobiliária, do crescimento populacional vertiginoso e da carência de habitação, gerando uma expansão desordenada e fora do controle administrativo (RIBEIRO, 2004).

Nos dizeres de Ribeiro (2004), a realidade dos problemas da cidade, no final da década de 60, era de crescimento acelerado, num ambiente com falta de infraestrutura urbana não só visível, mas vivenciado, instalando um caos físico como na época de

⁶ O plano técnico-burocrático desenvolvimentista caracteriza-se por um padrão que se constrói a partir da importação de ideias, e não mais pelos princípios organicista e funcionalista, mas com propostas de racionalização administrativa desenvolvidas, principalmente, pelo 'planning' americano e com ideias desenvolvidas no âmbito da geografia humana, principalmente em sua vertente francesa. Esse padrão se caracterizará por assumir o urbano como um problema do desenvolvimento econômico a ser objeto de um tratamento nacionalizador e administrativo. Trata-se não mais de criar a cidade ideal, mas de gerir com eficiência a cidade existente, eliminando-se os focos de "distorção", oriundos da "disfuncionalidade" do crescimento econômico (RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & CARDOSO, Adauto Lúcio apud RIBEIRO, 2004, p. 93).

Saia, mas com dimensões sociais muito evidentes. As áreas verdes e, principalmente, os fundos de vale apresentavam-se quase que totalmente invadidos.

Nesse sentido, pretendendo o reordenamento da cidade, o urbanista estabelece quatro medidas fundamentais, sendo que no tocante às áreas verdes e aos mananciais destacam-se duas: a suspensão de loteamentos de terras até a aprovação da lei de parcelamento e a proibição de construções nos fundos de vale. Depois, estabelece diretrizes diversas, uma delas abrangendo seriamente a área do rio Meia Ponte, com “[...] estímulo ao crescimento para o norte-sul, no vale dos rios Anicuns e Meia Ponte, criando uma faixa produtiva verde, com a implantação de mini-hortas como forma de preservar leitões [...]” (RIBEIRO, 2004).

No plano, o urbanista cria três categorias para as áreas verdes e sua composição: bosques, fundos de vales dos córregos e praças e jardins, ou áreas reservadas para esse fim em loteamentos aprovados ou a aprovar. A partir daí, é denominado um sistema verde relativo à paisagem urbana, onde Wilhelm cria novas categorias de acordo com as dimensões físicas, a localização e o uso das mesmas: áreas lineares equipadas, áreas de morro, parques municipais e regionais e áreas produtivas, com as mini-hortas (RIBEIRO, 2004).

Wilhelm faz, então, um diagnóstico de cada categoria, de acordo com a metodologia usada, concluindo com as ocupações humanas ultrapassando o campo do planejamento (principalmente político e econômico) e determinando uma nova forma de vivência do espaço.

Nos dizeres de Ribeiro (2004), diante dessa realidade, o urbanista busca uma alternativa de convívio equilibrado da cidade com suas áreas verdes lineares e os fundos de vale para manter a sua sobrevivência. Para tanto, recorre aos aspectos socioculturais de forma a responder física e espacialmente ao problema social, que, segundo o urbanista, se baseava nas diferenças socioeconômicas estabelecidas entre

dois grupos extremamente diferentes⁷.

Essa foi a justificativa da proposta de ocupação dos fundos de vale com equipamentos culturais e recreativos, utilizando-se, para tanto, da canalização dos leitos pluviais. Nesse contexto, a bacia do Meia Ponte tem sua ocupação orientada da seguinte forma:

Utilização dos fundos de vale da rede dos coletores da bacia do rio Meia Ponte, que se situam na área urbana, para a criação de um sistema verde linear, com predominância Norte-Sul e funções recreativas e culturais.

(...) A largura mínima do verde linear será de cem metros, sem incluir o córrego. Essa dimensão poderá ser situada simetricamente com relação ao córrego ou não, conforme o sistema viário e as consequências de uso local e outras considerações.

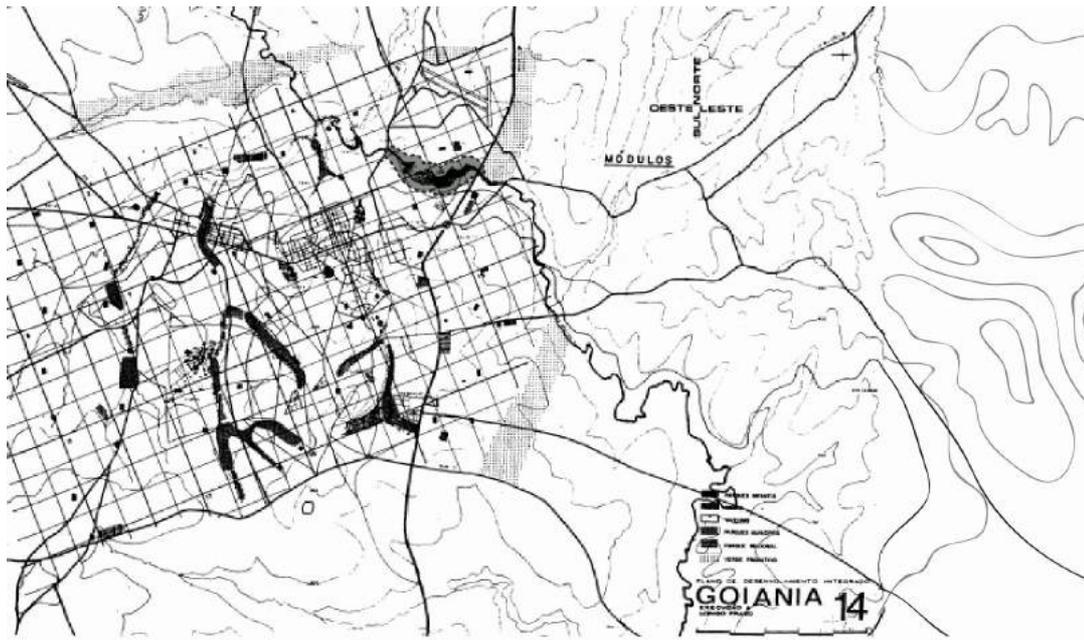
(...) Esse verde linear poderá receber um tipo de ocupação mista, que reúna equipamentos educacionais, culturais e assistenciais, recreativos e produtivos, assim como hospitais e centros de saúde.

(...) Os centros culturais (...) poderiam atender estudantes e, nos dias de feriados, à população (WILHEIM apud RIBEIRO, 2004, p. 264-265).

Nos dizeres de Ribeiro (2004), o urbanista coloca especial atenção aos terrenos banhados pela represa do Jaó, que, embora não criasse receita para o município, oferecia ótimas condições de aproveitamento.

Figura 40: Represa do Jaó no Plano de Áreas Verde de Wilhelm 1969, baseado em Ribeiro (2010)

⁷ Wilhelm retrata um quadro ocupacional a partir de dados que caracterizassem a população goianiense na época. Segundo a sua análise, havia dois grupos, a classe mais ativa em termos de tempo livre (B) e o grupo formado pelas classes A e C, os quais, segundo ele, têm relações de diferentes níveis com a vida rural (RIBEIRO, 2004, p. 89-90).



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

Para Ribeiro (2004), a proposta para os leitos dos fundos de vale urbanos era, via de regra, a retificação, a dragagem e a canalização, de modo que as áreas de proteção seriam totalmente ocupadas com equipamentos culturais, recreativos, viveiros e, também, verde produtivo. Segundo a autora, considerando as características hidrográficas urbanas, bem como sua importância no equilíbrio biológico, hídrico e de áreas verdes, tal proposta resultaria em uma solução de baixa qualidade de vida urbana e de alto custo.

A política adotada por Wilhelm, bem como pelos autores dos projetos complementares, Jaime Lerner e Lubomir Ficinsky, seguiram os mesmos paradigmas econômicos. Dentro dessa concepção, as áreas verdes resumiram-se a quatro itens [...] sem nenhuma preocupação de articulação dessas áreas entre si, que não seria restrita à preservação, mas deveria sempre assumir funções, principalmente as de utilidade pública. Dessa maneira, as áreas verdes foram reduzidas de forma drástica.

A retificação, dragagem e a canalização dos leitos urbanos, a produção rentável dos fundos de vale com a implantação de equipamentos de natureza social, fossem eles culturais, de saúde, de segurança pública, etc. eram, por assim dizer, a linha dorsal do projeto que, por sorte, por falta de recursos econômicos ou por ineficácia, ou ainda pela combinação desses fatores, não foi implantado na íntegra. Todavia, a descaracterização do projeto sistêmico de áreas verdes teve nesse período sua maior eficácia, ao passar da ilegalidade das invasões para as ocupações e os índices permitidos (RIBEIRO, 2010, p. 71).

Ribeiro destaca o período de reordenação dos espaços urbanos ocupados que se apoiou no plano de Jorge Wilhelm - 1975. Segundo a autora, no decorrer dos primeiros cinco anos após a aprovação do plano foram construídos 32 conjuntos habitacionais, majoritariamente de grande porte.

Nos dizeres de Ribeiro (2004), essa política tinha objetivos político-ideológicos de afastar a população pobre da cidade, instalando-a em conjuntos habitacionais com um mínimo de infraestrutura, em moradias de baixo custo relativo e alto alcance populacional. Essa seria uma solução necessária, entendida naquele momento para enraizar na periferia o grande e expressivo número de migrantes de baixo poder aquisitivo.

Configurando-se em um cenário cujas bases se apoiavam na infraestrutura deficitária e na falta de ocupação rentável, ao mesmo tempo em que criava vazios urbanos entre os conjuntos e a cidade, evidenciava-se ainda a obrigatoriedade do deslocamento dessa população de baixa renda, em busca de emprego (RIBEIRO, 2004).

Prevalecem, nesse período, os privilégios concedidos aos grandes empreendedores imobiliários da construção civil e fundiários com livre trânsito no governo estadual, que novamente coordenavam o processo de ocupação via Companhia de Habitação (Cohab), utilizando-se das menores exigências legais e das ressalvas da lei para a construção dos conjuntos, edificando-os sem nem mesmo fazer aprovar o projeto correspondente no órgão da prefeitura com competência para tal (RIBEIRO, 2004, p. 94).

Pode-se dizer houve uma divisão da paisagem da cidade. Segundo Ribeiro (2004), essa fragmentação ocorreu agregada por classes, nas quais cada conjunto ou prédio correspondia a uma faixa de renda. À classe média, eram destinados os edifícios próximos ao centro; à classe média baixa, conjuntos habitacionais na periferia distante; e, à classe mais pobre, excluída do processo, restava ocupar as áreas públicas situadas entre os conjuntos e a cidade, intensificando as invasões, sobretudo dos fundos de vale.

Ribeiro (2004) destaca, também, as implicações das leis complementares ou leis paralelas ao plano, no contexto das áreas verdes de Goiânia. Através delas, é criado,

em dezembro de 1972, o Escritório de Planejamento, em vista do aumento do número de invasões, aliado ao fim do Milagre Econômico, levando os empreendedores imobiliários a investir apenas nas construções de alto nível. Conta-se, ainda, com a preocupação da expansão urbana provocada pelo aparecimento de novos parcelamentos nos municípios vizinhos, sem nenhuma exigência urbanística. Para Ribeiro (2004), Goiânia mantém o seu espaço parcelado até a década de 80, embora tenha alcançado um aumento populacional considerável.

Adaptação da lei aos cumprimentos legais da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do Município de 1990 foi a razão para o próximo plano. Sob o comando da Prefeitura Municipal de Goiânia, iniciou-se o estudo da realidade local que daria origem ao Plano Diretor de Goiânia - PDIG/Lei 015/92, aprovado em 31 de dezembro de 1992, em decorrência do qual foi elaborada a Lei Complementar nº 031/94, que dispôs sobre o uso e a ocupação do solo nas zonas urbanas e de expansão urbana do município de Goiânia.

De acordo com Ribeiro (2004), o plano era um tipo de projeto elaborado por grandes firmas de planejamento e consultoria, no caso a Engevix Engenharia S/A, feito por pacotes, altamente técnicos, que primavam por apresentar um estudo detalhado da realidade local, levantando os objetivos e traçando as metas para a correção dos problemas já existentes e planejando as ações futuras. Para tanto, enfocou os aspectos institucionais administrativos sob a ótica da reforma e da modernização administrativa e do arsenal da legislação urbanística municipal para a sua implementação.

Foram tratadas as estruturas geográficas naturais que dão suporte ao tecido urbano e, em particular, a extensa rede hidrográfica regional, bem como os principais processos de degeneração de interface entre a ocupação urbana e o meio ambiente. Ribeiro (2004) aponta um estudo da realidade do final da década de 80, a serviço do plano, que evidenciou aspectos importantes como taxas de crescimento populacional em declínio, quando comparadas aos índices anteriores.

Outros indicadores apresentados, mas que se mostravam contraditórios em relação à realidade, foram a queda drástica do crescimento de Goiânia e a constatação

estatística de que a renda média da cidade mantinha-se relativamente alta. Na realidade, o crescimento populacional foi freado devido à grande taxa de migração da população de baixa renda para os municípios vizinhos, que eram em sua maioria, dependentes de Goiânia.

Na questão ambiental, o plano diagnosticou, com base na Carta de Risco de Goiânia, de 1991, que os maiores problemas referiam-se à: presença reduzida da cobertura vegetal, notadamente em relação à vegetação original; intensa contaminação dos cursos d'água, sobretudo daqueles localizados nas áreas urbanas; degradação dos solos, principalmente em decorrência dos parcelamentos mal projetados e da remoção indiscriminada da cobertura vegetal, que resultara na instalação de intensos processos erosivos; alteração climática, com formação de ilhas de calor nas regiões centrais e diferença de até 6° C, decorrente da desproporção entre o adensamento populacional e as áreas contínuas; e poluição atmosférica. Em função do tamanho da cidade e de sua densidade, na década de 80, fez-se inicialmente um reconhecimento do sítio físico e de todas as relações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Determina-se, pela primeira vez, a importância ambiental da bacia hidrográfica dos afluentes e do rio Meia Ponte, bem como a consequência da ocupação nos últimos 50 anos.

No aspecto geomorfológico, constatou-se que o vale do Meia Ponte era o agente modelador de maior significado do sítio da cidade, determinando o nível de erosão das calhas de seus contribuintes secundários e atravessando o município no sentido noroeste-sudoeste. Seu principal afluente à margem direita era o ribeirão Anicuns, que, por sua vez, recebia em sua sub-bacia os córregos Botafogo, Cascavel e Macambira, onde se localizava a maior parte das áreas urbanas e de expansão urbana do município.

Essa região era constituída por uma topografia suave, cortada por uma vasta rede hídrica, onde se localizava o centro histórico da cidade. Apresentava uma ocupação humana bastante densa, inversamente proporcional à cobertura vegetal, quase inexistente, o que levava a uma intensa contaminação e poluição dos cursos d'água, além da degradação dos solos e fundos de vale.

A margem esquerda do rio Meia Ponte, por serem áreas de maior declividade e onde se encontrava os principais mananciais de abastecimento da cidade, era ainda o local onde existiam remanescentes de vegetação original. Por isso, deveria ser preservada e ter uma ocupação altamente monitorada e rarefeita. Entretanto, mais uma vez por interferência do Estado sobre o município, continha uma ocupação que caminhava a passos largos, porém de forma descontínua, atingindo ecossistemas frágeis e solos de melhor aptidão

agrícola. Tal ocupação contrariava todos os esforços de preservação dos mananciais, além de romper as barreiras físicas naturais representadas pela topografia e o vale do rio Meia Ponte (RIBEIRO, 2010, p. 100).

Com relação aos mananciais, a área urbana de Goiânia, inicialmente projetada nos limites dos córregos Botafogo e Capim Puba, logo após a sua implantação se estendeu até o córrego Cascavel, incorporando Campinas à trama de Goiânia, numa expansão continuada e crescente. O avanço ultrapassou os mananciais iniciais de abastecimento da cidade, resultando na implementação de novos sistemas, que são os atuais ribeirão João Leite (1957) e rio Meia Ponte (1987), demonstrando claramente o conflito gerado entre o crescimento da cidade e a preservação dos mananciais (RIBEIRO, 2004).

Aliada a isso, constatou-se a estratificação social, observada tanto na concentração de renda quanto na ocupação do espaço físico, discriminando bairros nobres, médios e periféricos, bem como o sistema educacional e as estruturas de lazer (2004, p. 103). O crescimento desordenado acompanha um déficit habitacional, gerando problemas sociais e ambientais.

Os cursos d'água que abasteciam Goiânia, o rio Meia Ponte e o ribeirão João Leite, por terem suas cabeceiras fora do município – o primeiro em Itauçu e o segundo em Anápolis – e receberem, ao longo do seu percurso, inúmeros afluentes, suportavam diversas atividades de uso e degradação urbana ou rural, apresentando sua situação agravada em alguns trechos do próprio município.

O plano identificava ainda que, na questão ambiental, o município possuía legislação suficiente para atuar na área, todavia, apesar de contar com vários instrumentos legais disponíveis (federais, estaduais e municipais), não conseguiu atuar de forma eficaz. Nos dizeres de Ribeiro (2004), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada com a finalidade controlar as fontes poluidoras, em conjunto com a Secretaria do Solo Urbano, era incapaz de atuar, uma vez que não havia a definição da forma de atuação integrada, sem contar o déficit de pessoal.

Nesse sentido, a paisagem dos cursos d'água urbanos era caracterizada de forma negativa. Segundo Ribeiro (2014), o plano apontava “[...] o saneamento básico e

as condições ambientais como os principais indicadores de qualidade de vida e das condições de saúde da população [...]”.

Embora o plano indicasse que Goiânia tivesse altas taxas de abastecimento de água tratada e de coleta de esgoto, ainda assim o esgoto era lançado *in natura* nos rios e córregos urbanos. As encostas das planícies dos leitos fluviais, por sua vez, encontravam-se invadidas tanto por populações menos favorecidas quanto pelos parcelamentos mal projetados, comprometendo diariamente a saúde das pessoas de toda a cidade, situação agravada, ainda, pela falta de infraestrutura funcional da Vigilância Sanitária.

Havia intensa contaminação e poluição dos cursos d’água, sobretudo daqueles localizados nas áreas urbanas; presença reduzida da cobertura vegetal, especialmente da vegetação original (as matas ciliares, essenciais aos cursos d’água, eram raras e, quanto existentes, apresentavam um elevado nível de degradação); degradação do solo, com intensos processos erosivos, em decorrência dos parcelamentos e invasões e da remoção indiscriminada da cobertura vegetal; alterações climáticas, com formações de ilhas de calor nas regiões centrais e poluição atmosférica.

Com o potencial natural comprometido pela urbanização, o lazer ficou restrito às áreas culturais e verdes restantes, uma vez que, das propostas feitas pelo plano anterior, relativas aos equipamentos a serem instalados nos sistemas de áreas verdes, apenas ações pontuais foram realizadas. (RIBEIRO, 2004).

A proposta do plano, a partir de diretrizes gerais e específicas no tocante aos mananciais, resultou na Carta de Risco do Município. Dentre as situações específicas, relativas aos cursos d’água, a carta recomendava evitar a ocupação de áreas de fundo de vale, promovendo a recuperação das já degradadas e preservando as não ocupadas, em observância às normas instituídas pelas legislações federal e municipal, como “preservação permanente de reservas ecológicas”, impróprias para a ocupação, em virtude de sua função de drenagem, declividade acentuada e erosões.

No tocante ao rio Meia Ponte, a carta recomendava recuperar as áreas de drenagem de captação dos mananciais de abastecimento de Goiânia, através de ações conjuntas com os municípios cuja localização se encontrava na cabeceira (no caso do

Meia Ponte, o município de Anápolis).

Assim, o Plano Diretor/92 propôs a criação de unidades de conservação, visando proteger mananciais de abastecimento de água e preservar ecossistemas, monumentos naturais e locais de beleza cênica especial e de importância histórico-cultural, criando pequenos parques municipais, além de unidades fisiográficas especiais. A partir desse plano, as Áreas de Proteção Ambiental – APA e as Unidades de Conservação – UC passam a integrar as Zonas de Proteção Ambiental – ZPA, sendo regulamentadas pela Lei 031/94 e definidas, no artigo 17, como:

Áreas urbanas sujeitas a restrições de uso e ocupação do solo, estabelecidas com a finalidade de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e combater a degradação ambiental em todas as suas formas, caracterizando-se pela garantia de condições ecológicas e pelo desenvolvimento de atividades recreativas, técnico-científicas e culturais compatíveis (RIBEIRO, 2010, p. 74).

No plano, o rio Meia ponte é contemplado como APA do Meia Ponte, por sua importância vital no sistema hídrico da cidade – principal leito da rede –, além de ser um leito de abastecimento de água, devendo ter suas planícies e bacia de captação preservadas para a recuperação do manancial.

O plano salientava a necessidade de articulação entre as entidades ambientais estaduais e municipais, propiciando ações efetivas de regularização, recuperação e preservação das unidades de conservação existentes. Propunha um procedimento rotineiro de avaliação da necessidade de oportunidade de transformação de áreas de vegetação e determinadas áreas verdes e urbanas em unidades de conservação, o que, segundo Ribeiro (2004), seria um sistema de conservação. Propunha, ainda, um macrozoneamento, subdividindo as macrozonas em zonas por características físicas, onde foi definida a zona de preservação ambiental composta por todas as áreas relativas às unidades de conservação e similares e por todas as áreas de preservação permanente instituídas em legislações federal, estadual e municipal.

De acordo com Ribeiro (2010), o Plano Diretor/92 considerava a realidade levantada por meio de diretrizes, metas e simulação de situações, cujo aparato técnico-metodológico determinava a “Estrutura Urbana”, os instrumentos para implementá-

la, os programas de apoio ou base, as estratégias de implementação e, por fim, a forma jurídico-legal de executá-la. Um planejamento com discurso bem articulado, mas que não reflete o projeto da cidade, suprimindo o contexto do projeto urbano.

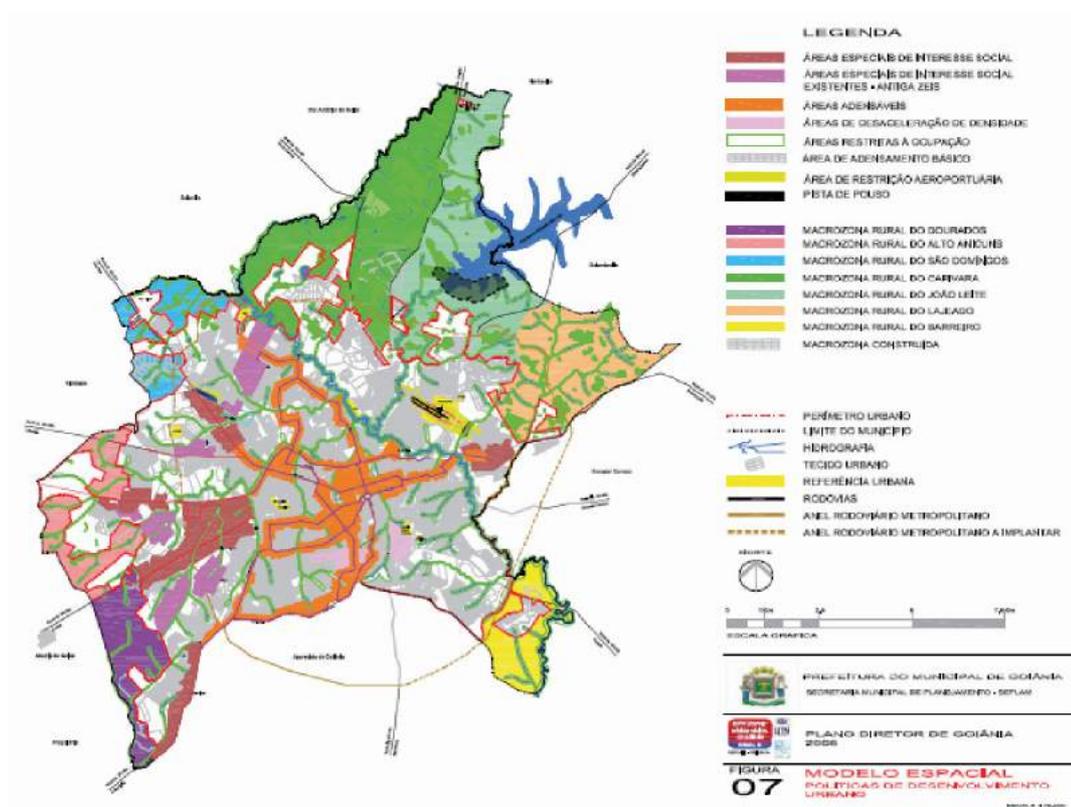
[...] Em Goiânia, ele ficou alinhado aos conceitos atuais de controle e preservação do meio ambiente, avançando na retomada da ideia de um sistema de áreas verdes. Contudo, como é de seu caráter burocrático, não estabeleceu o elo entre a teoria e a prática e, mais uma vez, a população ficou excluída dos processos de decisão e a cidade à mercê das forças político-ideológicas de uma minoria econômica (RIBEIRO, 2010, p. 75).

Seis anos mais tarde, é aprovado o atual Plano de Diretor de Goiânia/2007. Como bem afirma Ribeiro (2010), o novo documento repetiu a fórmula de diagnóstico proposta pelo último plano, mas promoveu um avanço, pois colocou como referência de planejamento as bacias hidrográficas e propôs o desenvolvimento do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e a atualização da Carta de Risco, justificando coerentemente o seu procedimento:

Tem-se considerado a água e a biodiversidade como fontes de fundamental importância. A cada dia, a gestão dos recursos hídricos é um desafio maior, principalmente quando se mostra com clareza sua interface com: as atividades próprias do desenvolvimento regional e urbano; gestão do uso do solo; gestão da drenagem urbana; gestão da agricultura irrigada e da agroindústria; gestão das hidrelétricas; gestão do saneamento e do esgotamento sanitário; gestão dos resíduos sólidos; gestão da exploração mineral; gestão das áreas verdes. (PLANO DIRETOR, 2007, p. 114-115).

Por outro lado, nos dizeres de Ribeiro (2010), o plano não instituiu um planejamento urbano ecológico e os projetos-pilotos para a sua materialização no ambiente urbano, o que pode facilitar, novamente, o distanciamento entre plano e cidade.

Figura 41: Parque Represa do Jaó no Plano Diretor de 2007



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

No que tange ao rio Meia Ponte, sua descrição e diagnóstico no ZEE foram detalhados e resumidos no Anexo I. O documento aponta as características geológicas, hidrográficas e da biodiversidade, bem como os processos de degradação existentes ao longo do manancial em Goiânia. A tabela abaixo descreve a caracterização e a delimitação do Parque Represa do Jaó, primeira área de contato da cidade com o curso d'água e que se configurará, neste trabalho, como o trecho de estudo de caso para o reconhecimento da paisagem urbana do rio, devido à sua presença histórica desde a concepção inicial da cidade.

Tabela VI: Vulnerabilidade da biodiversidade da macrozona construída do Parque Represa do Jaó (ZEE, 2007)

| Região Norte | | | | | | | |
|--------------|------------------------|--|--------------------------------------|-----|--|------------|---|
| Nº | Unidade de Conservação | Localização | Fitofisionomia e Grau de Preservação | | Aspecto Institucional | Área (m²) | Recursos Naturais e Interações Biológicas |
| 99 | Parque Represa do Jaó | Entre a Avenida Vereador José Monteiro, Alameda Pampulha, avenidas Meia Ponte e Contorno da Represa no Setor Jaó e Vila Negrão de Lima, Setor Meia Ponte e Loteamento Rasmussem. | Mata Ciliar | 3,0 | Regatas Jaó; Lei nº 8.875, de 14/07/1980 | 272.500,00 | Córrego Jaó |

Para Barrera e Nucada (2008), o novo plano diretor teve seu zoneamento reformulado, com os mananciais circundados por residências, comércio e/ou indústria, devido à falta de rigor da legislação, à deficiência na monitoração e à especulação imobiliária, resultando em danos aos cursos d'água que serpenteiam Goiânia.

Nesse processo, as autoras sublimam os danos ao lençol freático como resultado do crescimento vertical da cidade na zona de alta densidade, provocando danos específicos na vazão dos corpos d'água. Isso ocorre devido a fatores como: a redução da recarga com a impermeabilização; a construção de garagens subterrâneas, que impedem a alimentação do lençol freático no subsolo; a prática do bombeamento constante da água do lençol freático que aflora no subsolo de edifícios; e a prática de perfuração de poços artesianos como meio de baratear a conta junto à concessionária do serviço de tratamento de água.

Aliado à canalização de córregos e à retirada da vegetação ciliar, os fatores acima mencionados são, segundo Barrera e Nucada (2008), os grandes responsáveis pela degradação e pelo risco à perenidade dos cursos d'água de Goiânia, principalmente o rio Meia Ponte.

No cenário atual, as ocupações irregulares continuam ocorrendo, a exemplo do caso do Setor Goiânia II, onde foi edificado o Condomínio Reale em área de preservação permanente localizada às margens do rio, que se apresenta embargado desde março de 2013 pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA).

Essas ocupações aceleram o processo erosivo em vertentes, provocando assoreamento, o que implica no aumento do processo de poluição, na diminuição da vazão e na sujeição do rio à ocorrência de enchentes e inundações nos períodos de chuva, em médio e em longo prazo, como já acontece nas regiões da Vila Rosa e da Vila Roriz.

2.5 Conclusão do capítulo

A revisão histórica acerca dos documentos relacionados à ocupação das margens do rio Meia Ponte pelo crescimento de Goiânia gerou a Tabela VIII:

Tabela VII: Evolução do planejamento e dos usos das margens do rio Meia Ponte

| PLANO DIRETOR | PLANEJAMENTO DAS ÁREAS VERDES | PLANEJAMENTO DAS MARGENS DO RIO MEIA PONTE | UTILIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO MEIA PONTE (REPRESA DO JAÓ) |
|---|---|--|---|
| Estudo para implantação da nova capital | Região cortada inteiramente por diversos leitos e seis afluentes. | A localização geográfica do rio é um dos fatores para a implantação de Goiânia. | ----- |
| Plano Diretor de Atílio Corrêa Lima (1933-1935) | A cidade é inaugurada em 1933. Idealização de sistema de áreas verdes, protegidas e interligadas entre si por vias e <i>park-ways</i> interligando parques e áreas de recreação. | Indicação do trecho do rio Meia Ponte – Cachoeira do Jaó como de proteção. | Planejamento e início da construção da Represa do Jaó, em 1934. |
| Plano de Armando de Godói (1935-1938) | Definição do Plano Diretor de 1938, com sistema de áreas verdes, protegidas e interligadas entre si por vias e <i>park-ways</i> interligando parques e áreas de recreação. | Definição no plano da Represa do Jaó com a Avenida do Contorno. | Inauguração do Parque Represa do Jaó, em 1936. Percurso da linha de trem a poucos metros da margem do rio. |
| Período entre 1938 a 1950 | Início do processo de invasão das áreas verdes, a partir da década de 1950. | Ocupação contida até a década de 1950. | Loteamentos são autorizados e há invasões, ao longo da margem do rio e ao longo da linha do trem. Enxurrada destrói a barragem e seus equipamentos. |
| Plano de Luís Saia (1959-1961) | Plano de implantação de avenidas expressas de fundos de vale ao longo de todos os leitos, após uma área de proteção, bem como de um sistema de parques como pontos focais do projeto. | Definição do parque urbano do Jaó – trecho do rio Meia Ponte – o grande parque da cidade, com tratamento especial através de soluções para margem Norte e para a margem Sul. | Construção do Clube Jaó, em 1967. Bairros sofrem com a ausência de infraestrutura e dinâmicas entram em conflito com os setores. Águas em condição de poluição. |
| Plano de Jorge Wilhelm (1969-1971) | Criação de um sistema verde linear, com utilização ativa através | Idealização de ocupação das margens com equipamentos públicos. | Regularização das invasões, circundadas ao rio Meia Ponte. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| | de equipamentos públicos. | | Implosão da Usina do Jaó, na década de 1970. |
| Plano Engevix Engenharia (1990-1992) | Resgate da ideia de sistema de áreas verdes, através do Sistema de Unidades de Conservação. | Rio ganha proteção legal, através da definição de APA do Meia Ponte. | Águas poluídas pelo lançamento do esgoto e da carga pluvial; margens invadidas em processo de erosão; regularização das invasões. |
| Plano de Revisão SEPLAM (SEMDUS) (2007) | Sistema de áreas verdes, através do Sistema de Unidades de Conservação. | O Zoneamento Ecológico Econômico define o Parque Represa do Jaó como área a ser preservada. | Águas poluídas pelo lançamento do esgoto e da carga pluvial; margens invadidas em processo de erosão. Em 2011, o rio Meia Ponte é considerado o 7º manancial mais poluído do Brasil (ANA). |

A cidade não é apenas um objeto percebido ou desfrutado por milhões de pessoas de classes sociais e características diversas, mas também o produto de muitos construtores, que modificam sua estrutura por razões próprias (LYNCH, 2011).

A condição do quadro da situação dos mananciais de Goiânia, entre eles o rio Meia Ponte, como explica Lynch, é o reflexo dos interesses do Estado, dos empreendedores imobiliários e da população carente, que, nesse caso, busca constantemente locais distantes, sem ocupação, serviços públicos ou equipamentos urbanos, localizados em áreas marginalizadas.

Nesse contexto, a história do rio Meia Ponte é, sobretudo, a história de um longo processo de deterioração ambiental. Entre o idealismo dos planos iniciais, as invasões das terras do Estado, os loteamentos autorizados nas áreas verdes e na proximidade dos cursos d'água e a generalização do sistema de invasões, tem-se o resultado da condição atual do manancial.

Mesmo existindo um caráter harmônico entre os mananciais e a cidade, em sua inauguração, através do plano de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godói, com seu sistema de malhas verdes e a intenção projetual na represa do Jaó pela Avenida Park ao redor da represa formada pelo rio Meia Ponte, o poder público não conseguiu conter as pressões de especuladores imobiliários formados, principalmente, pela classe

detentora de terras rurais ao redor da cidade.

Goiânia, assim como no passado, continua sendo uma cidade banhada por inúmeras nascentes e córregos e um dos únicos rios da região, o Meia Ponte. A paisagem das nascentes, dos córregos e do rio se destacava no verde da cidade que, certamente, se fazia representar vivamente no imaginário da sociedade, atualmente, a trata com descaso e abandono, embora protegida por lei.

*Um rio que carrega tudo, nós dizemos que é violento.
Mas ninguém costuma classificar de violentas
As margens que o aprisionam.*

Bertolt Brecht

CAPÍTULO 3

O RIO NA PAISAGEM DE GOIÂNIA

3.1 Pesquisa empírica: um percurso a ser traçado

Neste capítulo, foram analisadas as paisagens que constituem o entorno imediato do rio Meia Ponte, a partir do trecho do Parque Represa do Jaó, conforme determinado no item 1.3, utilizando, para tanto, a metodologia igualmente especificada.

O rio Meia Ponte, na análise de Lynch (2011), constitui-se como um limite visual entre dois tipos de ambiente, o do rio – marcado pela presença da água – e o das margens – marcado pela estrutura topográfica do lugar. Na Visão Conteúdo de Cullen (2006), os aspectos físicos de cor, textura e natureza confirmam essas diferenças. A partir de então, procurou-se identificar os demais elementos e suas relações entre si na formação das imagens disponibilizadas por esse espaço para a construção de sua representação ao seu usuário mais próximo.

A região do Parque Represa do Jaó situa-se na Macrozona Construída de Goiânia, compreendendo a área urbanizada da capital onde a cidade cresceu, ultrapassando os limites do rio Meia Ponte em direção à região norte e noroeste. Nos sentido da correnteza do rio noroeste/sudeste, a margem direita do rio compreende os setores com contato direto: Negrão de Lima e Vila Viana, Setor Industrial de Goiânia e Bairro Feliz/Setor Rasmussem e Chácara Retiro e, na margem esquerda, os Setores Santa Genoveva e Setor Jaó, uma gleba e a Chácara Retiro, conforme mapa abaixo:

Figura 42: Área da Represa do Jaó, com setores que o delimitam



Fonte: Mapa adaptado pelo autor.

O percurso definido dentro da área de estudo e das características do objeto foi delimitado pelo limite entre as margens do rio e o seu contato mais próximo com a infraestrutura urbana – ruas, fundos de lote ou fachadas de residências, chácaras – de acordo com a característica do lugar.

No sentido Norte/Sul, o percurso ficou definido da seguinte maneira: Avenida Vereador José Monteiro (que corta o Setor Negrão de Lima e o Setor Santa Genoveva), Avenida Meia Ponte (com a Ponte que transpõe o rio ligando os dois setores), seguindo

na Avenida Meia Ponte (Setor Negrão de Lima) Rua Três Marias, Rua Comendador Negrão de Lima, Rua 410 (limite Setor Vila Viana), Rua 406-A, Rua 406, Rua 404, Rua 402, Antiga Linha Férrea, Rua Sabiá (Limite Setor Parque Industrial de Goiânia), Rua 405, Avenida Jaó, Rua sem identificação, Rua 401, Rua da Paz, Rua 8 (Limite Setor Bairro Feliz/ Setor R Rasmussem) Rua L-10, Rua L-11 (Limite com Chácara Retiro), Avenida Laurício Pedro Rasmussem, Rua Elias Zahran, BR-153 - Viaduto. Margem Esquerda BR-153, (Chácara Retiro) Avenida Ubirajara Berocan Leite - Viaduto BR 153, Rua sem identificação, Rua da Divisa, (Setor Jaó) Alameda Paraná, Rua J. 38, Alameda Pampulha, (Setor Santa Genoveva) Avenida Meia Ponte.

No percurso, foram definidos pontos numerados para análise de imagens das margens do rio selecionadas nos setores.

Figura 43: Mapa do percurso de análise da paisagem no Parque Represa do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.



3.2 No percurso do rio

Figura 44: Ponto 01 - Paisagem da ponte Avenida Vereador José Monteiro/ Avenida Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 45: Ponto 02 – Paisagem da ponte Avenida Vereador José Monteiro/ Avenida Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela VIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P01 e P02

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Ponte na Avenida Vereador José Monteiro/ Avenida Meia Ponte, transpondo os setores Negrão de Lima e Setor Santa Geneveva. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | N1- espaços naturalizados. |
| Síntese da Paisagem do rio Meia Ponte | Na Avenida, a ponte é o elemento urbano constituinte que transpõe o rio e marca a paisagem, com a vegetação existente nos dois lados das margens. As laterais elevadas de concreto da ponte impedem a visualização do rio e da água. Nos lotes vazios da margem, prevalece a vegetação nos quatro lados das pontes. O rio Meia Ponte não entra na composição da paisagem. A ponte possui acesso de pedestre com calçamento no Setor Santa Geneveva, o que não ocorre no Setor Negrão de Lima. Embora não possa ser visualizado pelo transeunte sobre a ponte, há presença de mau cheiro devido ao lançamento de esgoto e depósito de lixo nas margens, além do processo de assoreamento. |

Figura 46: Ponto 03 – Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Avenida Vereador José Monteiro



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 47: Ponto 04 – Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Mariquinha



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela IX: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P03 e P04

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Avenida Meia Ponte, no Setor Negrão de Lima. Margem ocupada por lotes vazios, com vegetação e lixo acumulado. Lotes opostos com residências. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | O efeito barreira provocado pela vegetação impede a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem, onde prevalece a vegetação de um lado da rua e residências muradas do outro. |

Figura 48: Ponto 05 – Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Dona Santinha



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 49: Ponto 06 – Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Dona Santinha



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela X: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P05 e P06

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Avenida Meia Ponte, no Setor Negrão de Lima. Ocupações nos dois lados da rua e lotes vazios. As construções e a vegetação produzem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada por margem ocupada por residências de até um pavimento, com a implantação abaixo do nível da rua. As construções se instalaram com os fundos voltados para o rio, constituindo uma barreira que impede a visualização do rio e impedindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 50: Ponto 07 – Paisagem da Avenida Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P07

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | A Avenida Meia Ponte, no Setor Negrão de Lima, termina em direção ao rio, mas é bloqueada pela vegetação. Ocupações nos dois lados da rua. As construções e a vegetação constituem uma barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada por residências térreas muradas, onde as construções se instalam com os fundos voltados para o rio, constituindo uma barreira que impede a visualização e a participação do mesmo na composição da paisagem. A vegetação no final da rua constitui uma barreira que impede a continuidade do percurso e da paisagem. |

Figura 51: Ponto 08 – Paisagem da Avenida Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P08

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | A Avenida Meia Ponte, no Setor Negrão de Lima, constitui outro acesso mais próximo ao rio. Ocupações nos dois lados da rua. As construções constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada por residências térreas muradas, onde as construções se instalam com os fundos voltados para o rio, constituindo uma barreira que impede a visualização e a participação do mesmo na composição da paisagem. |

Figura 52: Ponto 09 – Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Cândido das Neves



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P09

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Avenida Meia Ponte no Setor Negrão de Lima constitui outro acesso mais próximo ao rio. Não há ocupações porque o trecho é a transposição de um pequeno córrego que desemboca no rio, onde há o lançamento de esgoto e lixo acumulado. A topografia e a vegetação constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelo espaço verde, com vegetação e córrego ampliando a paisagem, que se restringe com as construções. O efeito barreira provocado pela vegetação nas laterais impede a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 53: Ponto 10 – Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Senador Péricles



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 54: Paisagem Ponto 11 – Avenida Meia Ponte com a Rua Senador Péricles



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XIV: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P10 e P11

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Avenida Meia Ponte, no Setor Negrão de Lima. Ocupações nos dois lados da rua com residências, serviços e comércios de até um pavimento e com a implantação abaixo do nível da rua. Também há a presença de lotes vazios, com vegetação e lixo acumulado. As construções constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelas construções e vegetação na continuidade da via. Elas impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 55: Ponto 12- Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Dona Maria de Fátima



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XV: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P12

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Avenida Meia Ponte, no Setor Negrão de Lima. Ocupações nos dois lados da rua com residências, serviços e comércios de até um pavimento. Também há a presença de lotes vazios com vegetação e lixo acumulado. As construções constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelas construções e vegetação na continuidade da via. Elas impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 56: Ponto 13 – Paisagem da Rua Três Marias



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 57: Ponto 14 – Paisagem da Rua Três Marias



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XVI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P13 e P14

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | A Rua Três Marias é o equipamento público paralelo e mais próximo ao rio. As ruas laterais vão em direção ao rio, limitadas por um empreendimento multiresidencial. Ocupações nos dois lados da rua, com residências térreas muradas. Também há a presença de lotes vazios com vegetação e lixo acumulado. As construções constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelas construções e pelo empreendimento. A distância impede a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 58: Ponto 15 – Paisagem da Rua Dona Maria de Fátima com a Rua Três Marias



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 59: Ponto 16 – Paisagem da Rua Dona Darci com a Rua Três Marias



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 60: Ponto 17 – Paisagem da Rua Dona Estela com a Rua Três Marias



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 61: Ponto 18 – Paisagem da Rua Dona Gercina com a Rua Três Marias



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XVII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P15 à P18

| | |
|--------------------|---|
| Descrição do local | Ruas Dona Maria de Fátima, Dona Darci, Dona Estela e Doná Gercina são equipamentos públicos mais próximo ao rio nesse trecho. Elas vão em direção ao rio, mas são limitadas por um empreendimento multiresidencial. |
|--------------------|---|

| | |
|---------------------------------------|--|
| | Ocupações nos dois lados das ruas, com residências térreas muradas e lotes vazios com vegetação e lixo acumulado. As construções e o empreendimento multiresidencial constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelas construções, pelo empreendimento e pela distância impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 62: Ponto 19 – Paisagem da Rua Comendador Negrão de Lima



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P15 à P18

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Rua Comendador Negrão de Lima é o equipamento público mais próximo ao rio nesse trecho. Ocupações nos dois lados da rua, com residências térreas e com alto gabarito. As construções constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelas construções e pela distância impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. Os edifícios no fim da rua constituem um marco na paisagem. |

Figura 63: Ponto 20 – Paisagem da Rua 410 com a Rua Comendador Negrão de Lima



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 64: Ponto 21 – Paisagem da Rua 410



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 65: Paisagem da Rua 410



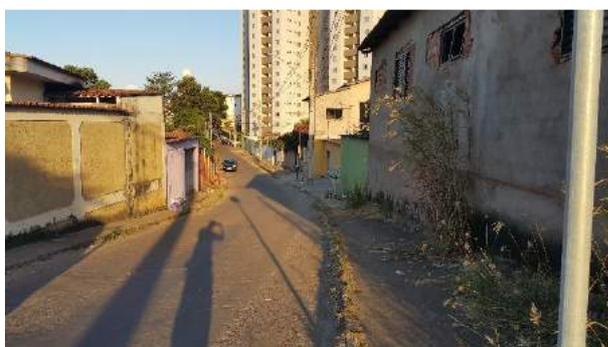
Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XIX: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P20 e P21

| | |
|--------------------|--|
| Descrição do local | Rua 410 é o equipamento público mais próximo ao rio nesse trecho. Ela vai em direção ao rio, mas é limitada por um empreendimento multiresidencial. Ocupações nos dois lados da rua, com residências térreas e com alto gabarito e empreendimento multiresidencial. As construções constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
|--------------------|--|

| | |
|---------------------------------------|---|
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | A paisagem é marcada pelos loteamentos, pela distância e pela vegetação que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 66: Ponto 22 – Paisagem da Rua 406-A com a Rua 410



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 67: Ponto 23 – Paisagem da Rua 406



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 68: Ponto 24 – Paisagem da Rua 406



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XX: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P22 à P24

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Rua 406-A e 406 são os equipamentos públicos mais próximos ao rio nesse trecho. Ocupações nos dois lados das ruas com residências térreas de casas e chácaras, além de lotes vazios. A Rua 406 vai em direção ao rio e o margeia. A vegetação e a distância constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são desconstituídas nas ruas 406-A e 406, mas a continuação por vegetação e construções impede a visualização do rio, por outro lado na Rua 406, paralela ao rio, a paisagem em parte apresenta abertura para o rio, porém a vegetação obstrui sua participação na composição da paisagem. |

Figura 69: Ponto 25 – Paisagem da Rua 404/402 com a Rua 406



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 70: Ponto 26 – Paisagem da Rua 402/404 com antiga linha férrea



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P25 e P26

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Rua 404/402 são os equipamentos públicos mais próximos ao rio nesse trecho. Ocupações nos dois lados das ruas, com residências de alto gabarito. A vegetação e a distância constituem um efeito barreira ao contato visual do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela distância e pela vegetação, que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 71: Ponto 27 – Paisagem da linha férrea



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 72: Ponto 28 – Paisagem da linha férrea



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 73: Ponto 29 – Paisagem da linha férrea



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 74: Ponto 30 – Paisagem da linha férrea



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 75: Canalização do córrego da Onça sob a linha férrea e Rua Coronel Cosme



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P27 à P30

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Antiga Linha Férrea (rua inexistente, sem asfalto ou calçamento). A paisagem é marcada com a continuidade dos trilhos. A linha férrea se configura como uma primeira barreira urbana, antes mesmo do rio. De um lado, os limites do condomínio multiresidencial e, do outro, os fundos dos lotes. Na continuidade da linha férrea, a paisagem é marcada pela presença dos limites dos setores Vila Viana, Colemar Natal e Silva e Parque Industrial de Goiânia. Na Vila Viana, a paisagem é marcada pela presença de vegetação até o rio. No Setor Colemar Natal e Silva, a paisagem é marcada pela vegetação e pela transposição do córrego da Onça na Rua Coronel Cosme, cujo leito desemboca no Meia Ponte. A linha férrea foi bloqueada por entulhos e não dá acesso ao rio. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado e D1 – espaços abertos, de domínio público. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas por empreendimento multiresidencial, distância e vegetação impedindo a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 76: Ponto 31 – Paisagem da Rua Perdiz



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P31

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Rua Perdiz no Setor Parque Industrial de Goiânia é o equipamento público mais próximo ao rio nesse trecho. Ocupações nos dois lados da rua, com residências de até um pavimento. A rua termina na Rua 405. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pelas construções que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 77: Ponto 32 – Paisagem da Rua Sabiá



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 78: Ponto 33 – Paisagem da Rua Sabiá com a Rua Beija-Flor



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXIV: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P32 e 33

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Rua Sabiá no Setor Parque Industrial de Goiânia é o equipamento público mais próximo ao rio, margeando o córrego da Onça. Um lado do córrego é limitado por uma cerca e residências; o outro lado, por residências de até um pavimento. A rua vai em direção, terminando na Rua 405. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado e D1 – espaços abertos, de domínio público. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pelas construções e barreiras que impedem a visualização do córrego e do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 79: Ponto 34 – Paisagem da Rua 405 com a Rua Sabiá



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXV: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P34

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Rua 405, no Setor Parque Industrial de Goiânia, é o equipamento público mais próximo ao rio, margeando-o, sendo as construções implantadas de costas para ele. |
| Domínio | D2 - espaços fechados, de domínio privado e D1 - espaços abertos, de domínio público. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pelas construções impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 80: Ponto 35 - Paisagem de rua sem nome com a Rua 405



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXVI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P35

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Rua sem nome no Parque Industrial de Goiânia é o equipamento público mais próximo ao rio indo em direção. |
| Domínio | D2 - espaços fechados, de domínio privado e D1 - espaços abertos, de domínio público. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pelas construções, vegetação e distância impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 81: Ponto 36 - Paisagem da Avenida Jaó com a Rua sem nome



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 82: Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 83: Ponto 37 – Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXVII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P36 e P37

| | |
|--------------------|--|
| Descrição do local | Avenida Jaó, no Setor Parque Industrial de Goiânia, é o equipamento público mais próximo ao rio, marcado por residências instaladas de costas para o rio e por áreas verdes. A paisagem é marcada com a presença do rio Meia Ponte, barrado algumas vezes por residências e por vegetação. |
| Domínio | D2 - espaços fechados, de domínio privado e D1 - espaços abertos, de domínio público. |

| | |
|---------------------------------------|--|
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V1 - espaços que possibilitam a visibilidade do rio e V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela presença do rio, embora impedida sua visualização pela barreira, em alguns momentos, formada pelas construções e pela vegetação. O rio participa da composição da paisagem, embora exista a presença de acúmulo de lixo e mau cheiro. |

Figura 84: Ponto 38 - Paisagem de rua sem nome



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P38

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Rua sem nome, no Setor Parque Industrial de Goiânia, é o equipamento público mais próximo ao rio indo em direção. |
| Domínio | D2 - espaços fechados, de domínio privado e D1 - espaços abertos, de domínio público. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V1 - espaços que possibilitam a visibilidade do rio. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela presença do rio, embora exista a presença de acúmulo de lixo e mau cheiro. |

Figura 85: Ponto 39 - Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 86: Ponto 40 – Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 87: Ponto 41 – Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 88: Ponto 42 – Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 89: Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 90: Paisagem da Avenida Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXIX: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P39 à P42

| | |
|--------------------|---|
| Descrição do local | Avenida Jaó, no Setor Parque Industrial de Goiânia, compreende o espaço público formado pela margem do rio e por residências térreas e área verde no lado oposto. |
| Domínio | D1 - espaços abertos, de domínio público. |
| Constitutividade | C1 - espaços constituídos. |
| Acessibilidade | A2 - espaços de difícil acesso físico. |

| | |
|---------------------------------------|---|
| física | |
| Acessibilidade visual | V1 - espaços que possibilitam a visibilidade do rio. |
| Artificialidade | N1- espaços naturalizados. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela presença do rio, embora exista a presença de acúmulo de lixo, mau cheiro e assoreamento da margem. |

Figura 91: Ponto 43 – Paisagem da Rua 08



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 92: Ponto 44 – Paisagem da Rua 08



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXX: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P43 e P44

| | |
|-----------------------|--|
| Descrição do local | Rua 08, limite entre os setores Parque Industrial de Goiânia e Bairro Feliz, é ocupada por residências térreas muradas e área cercada. A rua vai em direção ao rio, mas o estreitamento e a distância constituem um efeito barreira. |
| Domínio | D2 - espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |

| | |
|---------------------------------------|--|
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pelas construções, vegetação e distância que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 93: Ponto 45 – Paisagem da Rua L-10 com a Rua 08



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 94: Ponto 46 – Paisagem da Rua L-10



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 95: Ponto 47 – Paisagem da Rua L-10



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 96: Ponto 48 – Paisagem da Rua L-10



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 97: Ponto 49 – Paisagem da Rua L-10



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P45 à P49

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | A rua L-10, no Setor Bairro Feliz, é ocupada por clube, empresas, residências térreas muradas e com o fundo dos lotes voltados para o rio. Na outra margem, o espaço aberto é marcado pelo espaço público de uma praça, que abriga um trecho da linha férrea (Bairro Feliz). A rua é paralela ao rio, mas as construções, a vegetação e a distância constituem um efeito barreira. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da rua L-10 e pelas construções, vegetação e distância impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 98: Ponto 50 – Paisagem da Rua L-11



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 99: Ponto 51 – Paisagem da Rua L-11



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 100: Ponto 52 – Paisagem da Rua L-11



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P50 à P52

| | |
|--------------------|--|
| Descrição do local | A rua L-11, no Setor Bairro Feliz/Loteamento Rasmussem/Vila Moraes, é ocupada por empresas e residências térreas muradas. A rua vai em direção |
|--------------------|--|

| | |
|---------------------------------------|---|
| | ao rio, encerrando-se com uma chácara. As construções constituem um efeito barreira à paisagem do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da rua L-11 e pelas construções que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 101: Ponto 53 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 102: Ponto 54 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 103: Ponto 55 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 104: Ponto 56 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 105: Ponto 57 – Paisagem da Avenida Laurício Pedro Rasmussem



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 106: Paisagem das Ruínas da Usina do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 107: Paisagem das Ruínas da Usina do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 108: Ruínas da Usina do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 109: Figura XX: Ruínas da Usina do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P53 à P57

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | A Avenida Laurício Pedro Rasmussem, no Setor Vila Moraes, é ocupada por empresas, residências, serviços e indústrias térreas muradas (algumas abandonadas), além de áreas verdes. A rua vai em direção ao rio, encerrando-se com uma empresa. O trecho final é marcado por loteamentos vazios e indústrias. As ruínas da antiga Usina do Jaó (Figuras 109, 110, 111 e 112) ficam no terreno da empresa, sem acesso público formal. A rua é desprovida de calçamento, irregular e sem acesso ao rio. As construções constituem um efeito barreira à paisagem do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da Avenida Laurício Pedro Rasmussem e pelas construções e áreas verdes impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 110: Ponto 58 – Paisagem da Rua Elias Zahran com a Avenida Laurício Pedro Rasmussem



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXIV: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P58

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | A Rua Elias Zahran é o equipamento público mais próximo ao rio. A rua é ocupada nos dois lados por serviços e indústrias térreas muradas, formando uma barreira visual ao manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Sem condições de classificação. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da Rua Elias Zahran e Pedro Rasmussem e pelas construções que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 111: Ponto 59 – Paisagem da BR-153 com a Rua Elias Zahran



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 112: Ponto 60 – Paisagem da BR-153, sentido Brasília



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 113: Ponto 61 – Paisagem da BR-153, sentido Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 114: Paisagem lateral da ponte da BR-153



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 115: Paisagem sob a estrutura da ponte da BR-153



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 116: Ruínas da Usina do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXV: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P59 à P61

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | BR-153 é a via limite entre os setores Vila Moraes e Vila Bandeirantes e suas laterais são ocupadas por serviços, indústrias e áreas verdes no leito do rio. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | N1 – espaços naturalizados e N2 – espaços artificializados. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da BR-153 e pelas construções que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. A ponte com as laterais é o elemento urbano cujas elevadas de concreto impossibilitam a visualização do manancial. A BR vai em direção ao rio, transpondo-o. Abaixo da BR, existe uma estrutura que possibilita a visualização das ruínas da antiga Usina do Jaó (Figuras 117, 118 e 119). As construções e áreas verdes constituem um efeito barreira à paisagem do manancial. |

Figura 117: Ponto 62 – Paisagem da BR-153, sentido Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 118: Ponto 63 – Paisagem da BR-153, sentido Brasília



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 119: Ponto 64 – Paisagem da BR-153, sentido Brasília



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 120: Ponto 65 – Paisagem da BR-153, sentido Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 121: Ponto 66 – Paisagem da BR-153, sentido Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXVI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P62 à P66

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | BR-153 é a via limite entre os setores Vila Moraes e Vila Bandeirantes e suas laterais são ocupados por serviços, indústrias e, no leito do rio, pelo clube AABB e áreas verdes. As construções e áreas verdes constituem um efeito barreira à paisagem do manancial. |
| Domínio | D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | N1- espaços naturalizados e N2 Espaços artificializados. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade das vias, sendo que as laterais são marcadas pelas construções e pela vegetação das áreas verdes impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 122: Ponto 67 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite com a BR-153



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 123: Ponto 68 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 124: Ponto 69 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXVII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P67 à P69

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Avenida Ubirajara Berocan Leite é o equipamento público mais próximo ao rio. Os lotes são ocupados por serviços e loteamentos vazios e murados ou cercados. As construções privadas, institucionais e áreas verdes públicas cercadas constituem uma barreira na paisagem do manancial. |
| Domínio | D1 - espaços abertos, de domínio público e D2 - espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade das vias e as laterais são marcadas pelas construções e vegetação das áreas verdes impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 125: Ponto 70 – Paisagem de rua sem nome com a Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 126: Ponto 71 – Rua sem nome com a Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 127: Rua sem nome



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P70 à P71

| | |
|--------------------|---|
| Descrição do local | Rua sem nome que vai em direção ao rio, na divisa entre uma gleba e o Setor Jaó. Os lotes são ocupados por serviços murados e lotes vazios. A rua termina no viveiro da Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação – |
|--------------------|---|

| | |
|---------------------------------------|--|
| | SEAGRO. As construções e áreas verdes constituem uma barreira para a paisagem do manancial. |
| Domínio | D1 – espaços abertos, de domínio público e D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d’água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade das vias e as laterais são marcadas pelas construções e áreas verdes que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 128: Ponto 72 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 129: Ponto 73 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 130: Ponto 74 – Paisagem da Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 131: Ponto 75 – Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 132: Ponto 76 – Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XXXIX: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P72 à P76

| | |
|--------------------|--|
| Descrição do local | Avenida Ubirajara Berocan Leite é o limite entre a área do Aeroporto de Goiânia Santa Genoveva e o Setor Jaó. É o equipamento público mais próximo ao rio. Os lotes são ocupados por condomínios, instituições |
|--------------------|--|

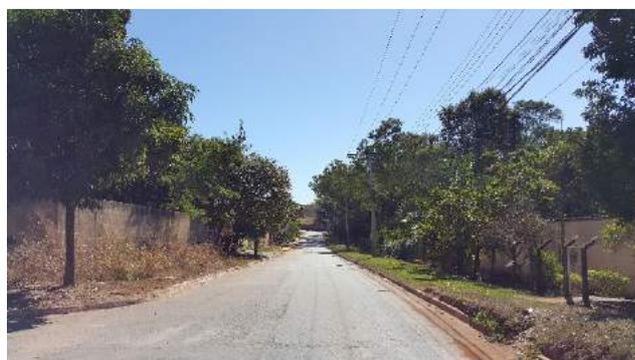
| | |
|---------------------------------------|---|
| | públicas, lotes vazios e áreas verdes com os fundos dos lotes voltados para o rio vazios. As construções e áreas verdes constituem um efeito barreira à paisagem do manancial. |
| Domínio | D1 - espaços abertos, de domínio público e D2 - espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade das vias e as laterais são marcadas pelas construções e áreas verdes que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. O rio corta um córrego cuja infraestrutura e vegetação impedem a sua visualização. |

Figura 133: Ponto 77 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Ubirajara Berocan Leite



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 134: Ponto 78 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Pedro A. Cabral



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 135: Ponto 79 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Pedro A. Cabral



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 136: Ponto 80 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-70



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 137: Ponto 81 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-70



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 138: Ponto 82 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-62



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 139: Ponto 83 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-62



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 140: Ponto 84 – Paisagem da Alameda Paraná com a Alameda Maracanã



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 141: Ponto 85 – Paisagem da Alameda Paraná com a Alameda Maracanã



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 142: Ponto 86 - Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-47



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 143: Ponto 87: Alameda Paraná com a Rua J-47



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 144: Ponto 88 - Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-46



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 145: Ponto 89 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-46



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XL: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P77 à P89.

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Alameda Paraná, no Setor Jaó, é o equipamento público mais próximo ao rio, margeando-o. A ocupação na margem aparece com áreas verdes ou lotes vazios cercados; no lado oposto, os loteamentos são ocupados por residências de até um pavimento, podendo ser muradas ou não. As cercas e a vegetação constituem um efeito barreira ao contato visual com o rio. |
| Domínio | D1 – espaços abertos, de domínio público e D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade das vias e as laterais são marcadas pelas áreas verdes e pela vegetação impedindo a visualização do rio e obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 146: Ponto 90 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Quitandinha (Rua J-19)



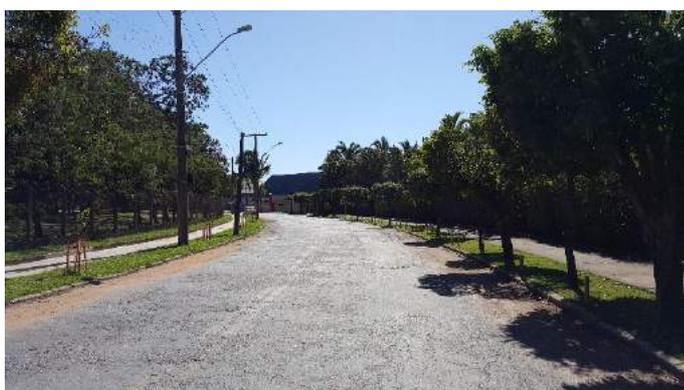
Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 147: Ponto 91 – Paisagem da Alameda Paraná com a Avenida Quitandinha (Rua J-19)



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 148: Ponto 92 – Paisagem da Alameda Paraná com a Rua J-38



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 149: Ponto 93 – Paisagem da Rua J-38



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 150: Ponto 94 - Paisagem da Alameda Pampulha



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 151: Ponto 95 - Paisagem da Alameda Pampulha com a Avenida Guanabara



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 152: Ponto 96 - Paisagem da Alameda Pampulha com a Avenida Guanabara



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 153: Ponto 97 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-32 e J-36



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 154: Ponto 98 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-32 e J-36



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XLI: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P90 à P98

| | |
|--------------------|--|
| Descrição do local | Alameda Paraná, Rua J-38 e Alameda Pampulha, no Setor Jaó, são os equipamentos públicos mais próximos ao rio, margeando-o. A ocupação na |
|--------------------|--|

| | |
|---------------------------------------|---|
| | margem aparece com o clube Jaó e um serviço de <i>pesque e pague</i> , sendo as áreas verdes aproveitadas na paisagem com a construção de lagoas artificiais sem contato com o rio. No lado oposto, os loteamentos são ocupados por residências de até um pavimento, podendo ser muradas ou não, e com lotes vazios. As cercas e a vegetação constituem um efeito barreira ao contato visual com o rio. |
| Domínio | D1 - espaços abertos, de domínio público e D2 - espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade das vias; as laterais são marcadas pelas construções; lotes vazios cercados ou murados impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 155: Ponto 99 - Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-31



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 156: Ponto 100 - Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-31



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 157: Ponto 101 - Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-37



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 158: Ponto 102 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-37



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 159: Ponto 103 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-36



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 160: Ponto 104 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-36



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 161: Ponto 105 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-28



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 162: Ponto 106 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-22 e J-88



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 163: Ponto 107 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-23



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 164: Ponto 108 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-23



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 165: Ponto 109 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-24



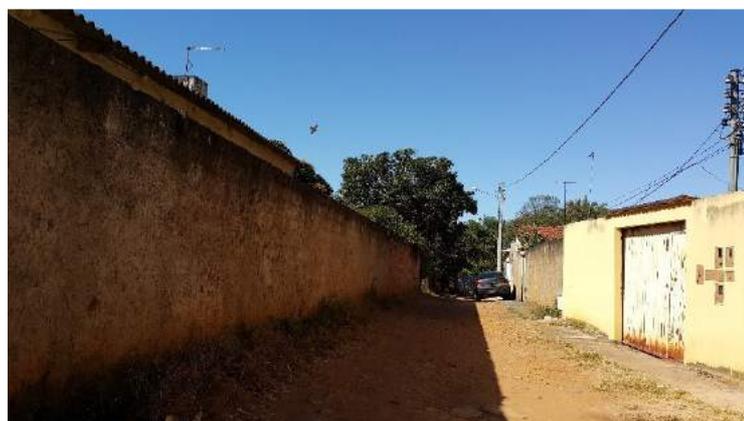
Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 166: Ponto 110 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-24



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 167: Rua Acesso ao rio



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 168: Ponto 111 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-27 (Rua Irmã Matilde)



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 169: Ponto 112 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-27 Rua (Irmã Matilde)



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 170: Ponto 113 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-25



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 171: Ponto 114 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-25



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 172: Ponto 115 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-25



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 173: Ponto 116 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-03



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 174: Ponto 117 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-03



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 175: Ponto 118 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-02



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 176: Ponto 119 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-02



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 177: Ponto 120 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-04



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 178: Ponto 121 – Paisagem da Alameda Pampulha com a Rua J-04



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 179: Ponto 122 – Paisagem da Av. Prof. Venerando de Freitas Borges com a Alameda Pampulha



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XLII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P99 à P122

| | |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do local | Alameda Pampulha, no Setor Jaó, é o equipamento público mais próximo ao rio, margeando-o. A ocupação na margem exibe residências e serviços de até um pavimento, murados, e chácaras muradas ou cercadas. No lado oposto, os loteamentos são ocupados por residências de até um pavimento, podendo ser muradas ou não, e por lotes vazios. As construções, as cercas e a vegetação constituem uma barreira ao contato visual com o rio. |
| Domínio | D1 – espaços abertos, de domínio público e D2 – espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 – espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 – espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 – espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da via; as laterais são marcadas pelas construções e cercas que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

Figura 180: Ponto 123 – Paisagem da Av. Prof. Venerando de Freitas Borges



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 181: Ponto 124 – Paisagem da Av. Prof. Venerando de Freitas Borges com a Avenida Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 182: Ponto 125 – Paisagem da Av. Prof. Venerando de Freitas Borges com a Avenida Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 183: Ponto 126: Avenida Prof. Venerando de Freitas Borges com a Avenida Meia Ponte.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Tabela XLIII: Análise da paisagem fluvial das margens do Rio Meia Ponte: P124 à P126

| | |
|---------------------------------------|--|
| Descrição do local | Av. Prof. Venerando de Freitas Borges, no Setor Jaó, é o equipamento público mais próximo ao rio, margeando-o. A ocupação na margem se dá por um grande serviço murado e por áreas verdes e, no lado oposto, por loteamentos formados por lotes vazios. As construções e os muros constituem uma barreira ao contato visual com o rio. |
| Domínio | D1 - espaços abertos, de domínio público e D2 - espaços fechados, de domínio privado. |
| Constitutividade | C2 - espaços desconstituídos. |
| Acessibilidade física | A2 - espaços de difícil acesso físico. |
| Acessibilidade visual | V2 - espaços que impedem a visibilidade do corpo d'água. |
| Artificialidade | Não é possível classificar. |
| Síntese da paisagem do rio Meia Ponte | As paisagens são marcadas pela continuidade da via; as laterais são marcadas pelas construções e pelos muros que impedem a visualização do rio, obstruindo sua participação na composição da paisagem. |

3.3 Conclusão da Pesquisa Empírica

A presente pesquisa de campo demonstrou que as paisagens das margens do rio Meia Ponte, ao longo do Parque Represa do Jaó, não são acessíveis ao goianiense. O percurso nos equipamentos públicos mais próximos ao manancial, em relação ao fator “domínio”, revelou a predominância de ocupações privadas D2 - espaços fechados em detrimento dos espaços abertos públicos - D1.

Ainda que a realidade das ocupações ao longo do parque seja comum aos dois

lados da margem, elas apresentam diferenças. A paisagem do percurso demonstra que a margem do lado direito, nos setores Negrão de Lima, Vila Viana, Parque Industrial de Goiânia, Bairro Feliz, Loteamento Rasmussem e Vila Moraes, apresenta ocupações na sua maioria fruto de invasões (algumas iniciadas ao longo da antiga linha do trem, conforme análise do Capítulo 02). A descontinuidade das vias ocorre em vários momentos, com a presença de ruas sem saída, sem informação ou mesmo sem asfaltamento.

Nesse trecho, a ausência de infraestruturas como esgotamento sanitário e asfalto é evidente, principalmente entre os setores Negrão de Lima, Vila Viana e Parque Industrial de Goiânia, embora ocorra a ocupação por empreendimentos multifamiliares no Setor Negrão de Lima.

A Avenida Jaó, no Setor Parque Industrial de Goiânia, é o único local onde o equipamento público e o rio têm acesso, sem qualquer infraestrutura e com acessibilidade visual, embora a física não seja formalizada com calçamento.

Por outro lado, na margem esquerda, compreendendo os setores Santa Genoveva e Jaó, as ocupações apresentam uma regularidade maior em relação à continuidade das vias, pelas Avenidas Meia Ponte e Prof. Venerando de Freitas Borges, Alameda Pampulha, Rua J-38, Avenida Paraná e Rua da Divisa.

A presença de infraestrutura em todo o percurso, embora sem calçamento adequado ou acesso ao rio, é marcada pela presença de áreas privadas, como chácaras e clubes. Estes últimos tiram proveito da paisagem com a formação de lagoas pelo tratamento da água.

Podemos destacar, ainda, uma terceira paisagem do trecho entre a BR-153 até a Avenida Ubirajara Berocan Leite. A grande extensão de espaços, ora ocupados por condomínios ou por grandes empresas muradas com os fundos de lotes voltados para o rio, ora por espaços verdes cercados, apresentam asfaltamento de melhor qualidade do que os constatados na margem direita.

A maior parte do percurso é formada por espaços desconstituídos, com os fundos dos lotes voltados para o rio, formando uma barreira visual, confirmada pelos

fatores “acessibilidade física” e “acessibilidade visual”. O fator “artificialidade” permaneceu impossibilitado de análise em praticamente todo o percurso, devido ao impedimento de acesso às margens – mesmo porque ele deve ser aplicado nos locais onde o acesso é facilitado ao público.

A preservação e a condição das margens e do rio Meia Ponte em si são problematizações indicadas no Zoneamento Ecológico de Goiânia, como indicado na maioria dos planos diretores anteriormente, com atenção ao trecho da antiga lagoa no Parque Represa do Jaó.

Essa realidade é comum a todo o trecho do rio e aos demais cursos d’água de Goiânia, como os três córregos que desembocam no trecho do rio do Parque Represa do Jaó, na Avenida Meia Ponte e no ponto no Setor Negrão de Lima, o córrego da Onça, nos pontos 29 e 30, no limite entre os setores Vila Viana, Parque Industrial de Goiânia e Colemar Natal e Silva, e um córrego na Rua Ubirajara Berocan Leite, no ponto 76.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

As paisagens contemporâneas do rio Meia Ponte, no percurso compreendido pelo Parque Represa do Jaó, são as de uma cidade que, literalmente, lhe “dá as costas”. Tal evidência é constatada, principalmente, devido à configuração das construções implantadas, com o fundo dos lotes voltados para o rio ao longo das margens. Essa pode ser a principal característica de uso prejudicial ao manancial que, conseqüentemente, afeta a construção de suas paisagens, na medida em que impossibilita o acesso público ao rio e o condena ao desconhecimento.

O resultado das análises da paisagem do manancial – histórica, no Capítulo 2, e empírica, no Capítulo 3 – demonstra que o desenvolvimento da cidade desconsiderou o ambiente do rio como pertencente à sua constituição, desperdiçando e degradando seu potencial ambiental, cultural e urbanístico. Assim, o rio Meia Ponte desempenha o papel, descrito por Ferrara (2002), de espaço residual: uma sobra física, um pedaço desnecessário à cidade, retratado pela situação da qualidade da água, visível pelo acúmulo de lixo e de entulhos nas margens e na água e perceptível pelo mau cheiro.

Dessa forma, a degradação da imagem e do espaço do Meia Ponte não permite que o rio se adapte a outros usos urbanos, a não ser o de recolhimento de esgoto e de águas pluviais, desmistificando a relação harmônica entre a cidade e o curso d’água proposta no plano de Atílio Corrêa Lima, uma vez que este foi considerado o sétimo curso d’água mais poluído do Brasil (ANA, 2011).

As diretrizes dos planos diretores para o Parque Represa do Jaó, desde o princípio, consideraram a necessidade de sua preservação – medida que, conseqüentemente, geraria a construção de paisagens de significados positivos aos indivíduos, a partir do sistema de malhas verdes destacado por Ribeiro (2004).

Do ponto de vista do rio, é a cidade que o torna inadequado ao seu próprio espaço e às necessidades do meio urbano. De acordo com Costa e Gomes (2011), as

ocupações e os usos irregulares gerados pela aglomeração urbana, a expansão desenfreada, a especulação imobiliária e os diversos tipos de atividades produtivas na indústria, no setor de serviços e na agropecuária fazem de Goiânia uma ameaça ao rio Meia Ponte.

As paisagens disponíveis aos usuários são provenientes, principalmente, de bibliografia jornalística e, pelas condições degradantes da água, percebidas principalmente pelo mau cheiro, sobretudo nas pontes que o transpõem. A inacessibilidade física às margens do manancial, especialmente em um trecho de importância histórica, impede que o goianiense tenha acesso a paisagens importantes na constituição de sua identidade.

Por outro lado, embora a representação visual do rio pareça ser negativa, sobrevivem, ainda, evidências de sua importância para Goiânia. Suas características hidrográficas o colocam como principal recolhedor das águas da região da bacia do Meia Ponte, conforme o Zoneamento Ecológico Econômico, tanto para a preservação enquanto manancial como para a composição vegetal de mata ciliar do Cerrado.

Culturalmente, a área do Parque Represa do Jaó, no rio Meia Ponte, abriga as ruínas da Usina do Jaó, na margem direita, em região compreendida pelo Setor Vila Moraes, e o Clube Jaó, antigo Clube de Regatas Jaó, formado com o alagamento da represa no setor de mesmo nome (LIMA, 2004). O Clube, atualmente como espaço privado, continua a exercer um papel importante no ambiente social goianiense, utilizando-se das qualidades paisagísticas do rio e de seu entorno. Ambos os espaços são referências culturais da história de Goiânia que reforçam a importância do rio.

A situação degradante de muitos cursos d'água demonstra que as ocupações humanas têm influência direta e refletem a forma como os mananciais são utilizados no espaço urbano. De acordo com Gorsky (2011), é preciso, antes de tudo, compreendê-los como elementos constituintes da paisagem e integrados à cidade, na qual as representações positivas do contato harmônico entre o homem e a natureza podem promover o resgate e a reconciliação de nascentes, córregos, ribeirões, rios e mares com a sociedade.

Nos dizeres de Mello (2008), as intervenções nas margens de corpos d'água

devem conter artifícios de urbanidade, de modo que a relação harmônica entre os cursos d'água e os usuários assumam intenção primeira e única. No caso do rio Meia Ponte, segundo Ribeiro, não se trata mais do resgate conceitual aplicado por Atílio em seu plano para a capital:

Resgatar, portanto, o traçado original de Goiânia não representa saudosismo estéril ou retrocesso, mas buscar o que os arquitetos modernos brasileiros empreenderam nos anos 30 e 50: beber a água na sua fonte, para, a partir dela e com base nela, fazer surgir uma nova modernidade mais humana, auto regulável e, assim, sustentável (RIBEIRO, 2004, p. 62).

Este trabalho apresenta um pequeno estudo voltado à paisagem de apenas um trecho nos mais de 30km de percurso do rio Meia Ponte em Goiânia. Rio este que, mesmo alvo constante da imprudência humana para com seu trato, ainda possui paisagens com valor estético, histórico e ambiental importantes para a construção de sua identidade, conforme Figuras 184:

Figura 184: Ruínas da Usina do Jaó



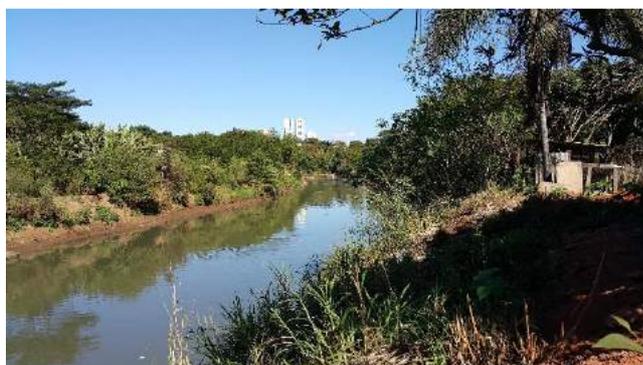
Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 185: Ruínas da Usina do Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 186: Margem do rio Meia Ponte, nos fundos de chácara no Setor Jaó



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 187: Margem do rio Meia Ponte sobre a Ponte Av. Vereador José Monteiro/Av. Meia Ponte



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 188: Espaço Verde na margem do rio Meia Ponte/Rua 406, Setor Vila Viana



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 189: Margem do rio Meia Ponte na Avenida Jaó, Setor Parque Industrial de Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 190: Margem do rio Meia Ponte na Avenida Jaó, Setor Parque Industrial de Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

Figura 191: Margem do rio Meia Ponte na Avenida Jaó, Setor Parque Industrial de Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2015.

A construção de relações harmônicas entre a cidade e o rio precisa, ainda, ser iniciada. Para tanto, Goiânia exige ser compreendida por todo o percurso do rio e pelos afluentes – nascente, córregos e ribeirões – que desaguam em seu leito, porque partes de um sistema, suas águas convergem para o mesmo rio: o Meia Ponte.

O rio Meia Ponte, atualmente, tem sua paisagem expressa de maneira semelhante à utilizada por Vidal (2010), em linguagem da literatura poética, para relatar a condição de invisibilidade condicionada aos rios por parte das cidades brasileiras; rios, de certo modo, esquecidos pela sociedade:

O que chama a atenção dos poetas é a invisibilidades dos rios nas grandes cidades. Como nos explica Dalila Teles Vera, não é mais uma ponte que atravessa o rio (ponte que ligava ou separava, mas que criava sentido particular), é um “indiferente viaduto”. Não é mais uma cidade que tecia laços particulares com o rio, é uma urbe; não é mais um rio, mas um fétido caudal (VIDAL, 2010, p. 112).

O rio ainda assim existem é razão para outras representações literárias, que embora podem ou não, contribuir na construção de uma sua imagem positiva no imaginário goianiense, revela uma consciência acerca da importância do manancial:

Meu rio desce!

Lá vai meu remanso
Correndo chão a baixo
Brota das trilhas em pindoramas
Tuas cristalinas águas mil!

Desce ribeirinhas léguas
Ponte e meia, dito em reverso
Alcunhas das bandeiras vindas
Do senil Bueno dos Bartolomeus

Corre caudaloso e sereno...
Pra terras amenas do “meio sul”
Do norte surge, e vem desaguando
Pra divisa das “minas dos gerais”

É, o meu Rio Meia Ponte
Tão nobre, nas tuas ribeiras de Goiás
Mesmo que tu não vejas em alpestre
Esse rio doce, também corre em mim.

Nascendo coração viril
Do outeiro dos Brandões
Comuna promissora de Itauçu,
Rincão fidalgo do meu Goiás!

Oh! Rio Meia Ponte

TAVARES, Wolney Tavares Disponível: <http://meiaponte.org/poemas.php>,
acesso: 04/08/2015 às 01:43

Por José Wellington Marciano de Souza - 11 anos
O Rio Meia Ponte era um amor
Mas ninguém lhe deu valor
O Rio que era limpinho e cheiroso
Agora se tornou um fedor
Oh!
Rio Meia Ponte como dava gosto te ver
Agora é o local onde se joga esgoto
Oh, Rio onde brincava muitas crianças
Agora se encontra tanto lixo

SOUZA, J. M. Disponível: <http://meiaponte.org/poemas.php>, acesso:
04/08/2015 às 01:43

As representações negativas acerca da realidade dos mananciais urbanos são

formas de denunciar a deficiência humana em lidar com a própria identidade, que no caso dos cursos d'água, representa cotidianamente o afastamento entre o homem e a natureza, entre o homem e si mesmo.

REFERÊNCIAS

1.0 Bibliografia:

ALVES, J. M. Oton Nascimento: Vida & Obra. 2007. Composição.

ARAÚJO, E. S.; RUBIN, J. C. R. de; SILVA, R. T. da. *Patrimônio natural de Goiânia: ontem e hoje*. In - Formas e Tempos da Cidade. Goiânia; Cãnone Editorial, Ed UCG, 2007.

BAKER, A. Introduction on ideology and landscape. In: Ideology and landscape in historical perspective: essay on the meaning of some places in the past. (Orgs.) Baker, A. et. Alii. Cambridge University, 1992, Press. pp. 1-14.

BARRERA, C.C.M. A.; NUCADA, M. K. Rio Meia Ponte e córregos que serpenteiam a cidade de Goiânia. Revista Mosaico, v1. n.2, p. 206-214, jul.- dez./2008.

BENEVOLO, L. História da arquitetura moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

_____. História da cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

CALAGE, E. Goiânia/60anos: um passeio pela história. Goiânia: Casa das Letras, 1993.

CASTELNAU, F. Expedições às Regiões Centrais da América do Sul. v.1 Companhia Editora São Paulo, São Paulo, 1949.

CAUQUELIN, A. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins, 2007.

COELHO, G. N. Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004.

_____. Patrimônio ferroviário tombado em Goiás. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2002.

COSTA, L. M. S. A. (org.), Rios e paisagens urbana em cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2006.

CULLEN, G. *Paisagem Urbana*. Lisboa. Editora 70, 2009.

DAHER, T. Goiânia: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: Editora ICBC 2003.

FERRARA, L. D. *Os Significados Urbanos*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

GONÇALVES, A R. Goiânia: uma modernidade possível. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

GORSKI, M. C. B. *Rios e cidades: Ruptura e Reconciliação*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

HOLANDA, F. de. O espaço da exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KAHTOUNI, S. Cidade das Águas. São Paulo: Ed. RiMa, 2004.

LIMA, Nádia. *História do Setor Jaó*. 2ª Ed. Goiânia: Editora PUC/GO: Kelps, 2011.

LYNCH, K. A imagem da Cidade. São Paulo: 3ª ed., Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MAGALHÃES, M. R. A arquitetura paisagística: morfologia e complexidade. Lisboa: Editora Estampa, Ltda. 2001.

MANSO, C. F. A. Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MATTOS, R. J. C. Chorographia Histórica da Província de Goyas. Goiânia: Editora Lider, 1979.

MELO, V. M. *Dinâmica das Paisagens de rios urbanos*. In: XI Encontro Nacional da ANPUR Planejamento, soberania e solidariedade: perspectivas para o território e a cidade. Salvador, 2005. (Disponível em CD-ROM).

_____. *A formação histórica das paisagens do rio Capibaribe na cidade do Recife*. In: Rios e paisagens em cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2006.

MELLO, Sandra Soares. *As múltiplas dimensões das Áreas de Preservação Permanente*/ Sandra Irene Momm Schult, Noemia Bohn organizadoras. 1ª ed. Blumenau: Edifurb, 2014.

_____. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. 2008. 348p. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pesquisa e Pós-graduação, PPG/FAU, 2008.

MORAES, L. M. A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. 2ª ed. Goiânia: ed. da UCG, 2003.

MUNFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PANERAI, P. Análise urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

PORATH, S. L. *A Paisagem de rios urbanos. A Presença do rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau*. 2004, 150p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2004.

RIBEIRO, M. E. J. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

_____, *Infraestrutura verde, uma estratégia de conexão entre pessoas e lugares: por um planejamento urbano ecológico para Goiânia*. 2010, 374p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.

SARAIVA, M. da G. A. N. *O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

SWYNGEDOUW, E. *A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização - ciborg*. In: ACSELRAD, H. (Org.) *A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

TEIXEIRA, P. L. *Memórias; auto-biografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

2.0 Documentos:

ANA. *Panorama da Qualidade da águas superficiais no Brasil: 2012/ Agência Nacional das Águas - Brasília ANA, 2012.*

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965. Código Florestal.

BRASIL. Lei Federal 12.651, de 25 de Maio de 2012. Novo Código Florestal.

BRASIL. Lei Federal Resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006, Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.

GOIÂNIA. Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste. ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico do município de Goiânia: relatório técnico e modelo espacial. Goiânia. PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2008.

GOIÂNIA. Decreto Lei nº 26 26/07/1954 - aprovação do loteamento Vila Negrão de Lima.

GOIÂNIA. Decreto Lei nº 38 25/10/1954 - aprovação Vila Viana.

GOIÂNIA. Decreto Lei nº 97 09/03/ - aprovação loteamento Setor Jaó.

GOIÂNIA. Decreto Lei nº 251 08/08/1967 - aprovação do loteamento Bairro Feliz.

3.0 Revistas:

ABREU, V. Empresas poluem e o Meia Ponte. **O Hoje**. Goiânia, 20 de ago. de 2011. Tema do dia, p.3.

AZEVEDO, R. E. S.; OLIVEIRA, V. P. V. Reflexos do novo Código Florestal nas Áreas de Preservação Permanente – APPs – urbanas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, p. 71-91, abr. 2014.

BORSOI, M. Z. F.; TORRES, S. D. A. “A política de recursos hídricos no Brasil”, **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, 4(8):143-166, dez. 1997.

COSTA, R.; GOMES, J. Meia Ponte: um grito de socorro. **Revista Hoje**. Editora Caraíba; Ano 5, 55ª ed., jul., 2011, p. 36-41.

JACOBI, P. *Do Centro a Periferia – Meio Ambiente e Cotidiano na cidade de São Paulo*. In. Revista Ambiente e Sociedade – Ano III – nº 6/7 – 1º Semestre 2000/ 2º Semestre de 2000.

LEITE, M. A. F. P. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. Paisagem e Ambiente: Ensaio. São Paulo: FAUUSP, n.4. p.45-66. 1992.

VEIGA, P. da. A Cidade Invade O Rio. **Revista UFG Afirmativa**. Preservação, Goiânia, nº 7, p. 24-27, jan. 2013.

4.0 Jornais:

4.1 Jornal Diário da Manhã

4.1.1 Jornal Diário da Manhã, 16 dez. 1982.

4.1.2 Jornal Diário da Manhã, 15 de jul. 1987.

4.1.3 Jornal Diário da Manhã, 19 de nov. 1987.

4.1.4 Jornal Diário da Manhã, 06 de fev. 1994.

4.2 Jornal Folha de Goiaz

4.2.1 Jornal Folha de Goiaz, 14 de nov. 1959.

4.2.2 Jornal Folha de Goiaz, 25 de set. a 10 de out. 1994.

4.2.3 Jornal Folha de Goiaz, 02 de fev. 1982.

4.3 Jornal O Popular

4.3.1 Jornal O Popular 11 de set. 1962.

- 4.3.2 Jornal O Popular, 09 de jan. 1994.
- 4.3.4 Jornal O Popular 10 de jul. 1996.
- 4.3.5 Jornal O Popular 22 de jun. 1997.
- 4.3.6 Jornal O popular. Goiânia, 18 de mar. 1999, p.2B.
- 4.3.4 Jornal O Popular, 24 de abr. 2000.